

AS CIDADES DO MEU TEMPO

**Turismo, história e
patrimônio em Bananal**

AS CIDADES DO MEU TEMPO

**Turismo, história e
patrimônio em Bananal**

Clarissa Gagliardi

G128 Gagliardi, Clarissa Maria Rosa.
As cidades do meu tempo: turismo, história e patrimônio em Bananal. / Clarissa Maria Rosa Gagliardi. Prefácio de Paulo César Garcez Marins. Apresentação de Lúcia Maria Machado Bógus. – São Paulo: Annablume; Fapesp, 2011.

14 x 21 cm. 122 p.
ISBN 978-85-391-0328-7

1. Turismo. 2. Cidades. 3. Bananal. 4. Vale do Paraíba Paulista. 5. Estado de São Paulo. 6. Patrimônio Histórico. 7. Desenvolvimento Local. 8. Turismo em Bananal. I. Título. II. Turismo, história e patrimônio em Bananal. III. Marins, Paulo César Garcez. IV. Bógus, Lúcia Maria Machado.

CDU 338.48

CDD 338.47

Catalogação elaborada por Ruth Simão Paulino

AS CIDADES DO MEU TEMPO:
TURISMO, HISTÓRIA E PATRIMÔNIO EM BANANAL

Produção e Finalização
Coletivo Gráfico Annablume

Foto da capa
Festa de Cosme e Damião em frente ao Grupo Escolar Cel. Nogueira Cobra. 1985, acervo do Solar Aguiar Vallim, cedida por Reinaldo Afonso, da ABATUR - Associação Bananalense de Turismo.

Conselho Editorial
Eduardo Peñuela Cañizal
Norval Baitello junior
Maria Odila Leite da Silva Dias
Célia Maria Marinho de Azevedo
Gustavo Bernardo Krause
Maria de Lourdes Sekeff (*in memoriam*)
Pedro Roberto Jacobi
Lucrecia D'Alessio Ferrara

1ª edição: dezembro de 2011

© Clarissa Maria Rosa Gagliardi

ANNABLUME editora . comunicação
Rua M.M.D.C., 217. Butantã
05510-021 . São Paulo . SP . Brasil
Tel. e Fax. (011) 3812-6764 – Televidas 3031-1754
www.annablume.com.br

Ao meu pai (in memoriam).

Agradecimentos

O livro *As Cidades do Meu Tempo* é fruto de uma pesquisa de mestrado defendida no ano de 2005 junto ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

A publicação contou com o apoio da Fundação de Auxílio à Pesquisa do Estado de São Paulo, FAPESP, a quem agradeço por ajudar-me a compartilhar algumas reflexões acerca das relações entre turismo, cidade e patrimônio cultural com um público mais amplo. Estendo meus agradecimentos à Lúcia Maria Machado Bógus, pela orientação da dissertação; à PUC-SP, pela estrutura oferecida e pela bolsa concedida durante o curso, e aos professores Báder Buriham Sawaya, pelas sugestões na condução da pesquisa, e Paulo César Garcez Marins, também pelas recomendações e por sua inesgotável dedicação, estímulo e interesse pelo trabalho desde seu início.

Aos meus familiares, amigos e companheiros de trabalho que, direta ou indiretamente, acabaram conhecendo Bananal e me incentivando. Ao Fernando de Oliveira Camargo, pelo companheirismo e apoio. À Cássia Regina Gonçalves dos Santos, pelo interesse e disponibilidade a mim dedicados e aos bananalenses, pela hospitalidade e entusiasmo com que me receberam e que, sempre dispostos a oferecer a sala de estar e uma boa prosa, transformaram esta pesquisa numa experiência inestimável, e cujos depoimentos permitiram conhecer em Bananal, tantas cidades.

São Paulo, maio de 2011

Sumário

Prefácio	11
Apresentação	15
Introdução	17
I - Para escutar a cidade	33
II – Bananal, um breve encontro com suas histórias	41
III - Percepções e representações: a atribuição de sentidos, a questão da identidade e a produção da cidade turística	59
1. Ecos do neoclassicismo nas relações de poder e na produção de sentidos da cidade turística	61
2. Sentimentos de pertencimento nas lembranças de um grupo	71
3. Tecendo identidades: o artesanato em crochê de Bananal	75
IV – Emoções que revelam uma cidade múltipla: depoimentos que denunciam noções de pertencimento, relações de poder e diferentes sujeitos na construção de identidades	83
1. Outros tempos e o tempo dos outros: acontecimentos e seus significados entre diferentes memórias	86
2. Individualidades e institucionalidades: o espaço das ações e das opiniões na produção da cidade	96
V – Rematando algumas ideias para a busca de novas viagens	109
Referências bibliográficas	115

Prefácio

Em agosto de 2005 o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, concedeu o Prêmio Rodrigo Mello Franco de Andrade, na categoria apoio institucional e financeiro, à Associação Pró-Reforma do Solar Aguiar Vallim, localizado no centro da cidade paulista de Bananal. Laureava-se, assim, um esforço de vários anos da comunidade local em captar recursos para a conservação de um dos mais amplos remanescentes das antigas construções urbanas erguidas no Vale do Paraíba paulista durante a Era do Café. Antiga propriedade do comendador Manoel de Aguiar Vallim, o sobrado com 16 janelas de frente evidenciava o poder econômico do fazendeiro, detentor da célebre Fazenda Resgate, e formava, juntamente com o vasto sobrado de seu sogro, Luciano José de Almeida, um testemunho da riqueza havida na cidade durante o Império, sustentada pelo café e pela exploração da mão-de-obra escrava. Tais características ensejaram o tombamento do sobrado de Vallim pelo governo paulista em 1972, honraria que seria estendida ao conjunto arquitetônico do centro de Bananal em 1991.

Poucos meses antes da concessão do referido prêmio, em junho de 2005, Clarissa Gagliardi defendeu sua dissertação de mestrado, que aqui ganha formato de livro, já atenta a esse revelador movimento de valorização de um edifício tombado, eleito para receber um prêmio nacional, a evidenciar a força da comunidade na salvaguarda de seus suportes de memória. A autora lembra-nos, entretanto, que não foram os vínculos com o passado opulento da cafeicultura que motivaram fundamentalmente os cidadãos de Bananal a contribuírem para sua reforma; tampouco foi o fato de ter sido propriedade “dos Vallim” e de seus membros, “barões do café”.

Adquirido em 1907 para sediar uma escola pública, o Grupo Escolar Cel. Nogueira Cobra, o sobrado marcou gerações de bananalenses como

espaço de instrução e de socialização; local, portanto, de memórias afetivas trazidas da infância e juventude. Bingos, festas beneficentes e carnês levantaram fundos para a restauração, que permite compreender outros caminhos de significação, de atribuição de sentido em relação a bens culturais situados em localidades que reconhecemos, rotineiramente, pelo rótulo de “cidades históricas”.

Bananal, assim como São José do Barreiro, Areias, São Luís do Paraitinga e outras cidades do Vale do Paraíba paulista, vêm sendo alvo de ações governamentais de preservação cultural por meio de tombamentos. Tais ações visam a salvaguardar testemunhos da opulência arquitetônica gerada pelo café durante o Império, efeito que insere essas localidades, ainda que sem os edifícios coloniais incensados pelo IPHAN, no rol das cidades preservadas como monumento coletivo. Uma outra vertente de valorização dessas cidades e de seus bens protegidos, contemporânea aos tombamentos, foi conferida pela prática turística, que se insere com certa dificuldade no Vale do Paraíba paulista, se comparada ao sucesso dos roteiros que atingem as cidades e fazendas fluminenses. Ali, o Vale é mobilizado como espaço de evocação senhorial, materializada em pacotes que celebram a riqueza dos fazendeiros, os vínculos com a Corte e a submissão escrava, num passado idealizado que confere a ilusão de distinção aristocrática, ao menos em um fim de semana. Longe está Bananal desse patamar de eficiência comercial e, certamente, de alienação das tensões do passado escravista.

Clarissa Gagliardi, neste livro revelador, insere-nos no emaranhado de conflitos e opacidades que configuram um tênue “limite entre reconhecimento e o descaso”, no qual se equacionam intervenções oficiais de valorização e o alheamento em relação às dignidades conferidas pelos tombamentos, alicerçados nos critérios clássicos de valor histórico e valor artístico. Uma das raras localidades paulistas a ter bens tombados tanto pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo, CONDEPHAAT, quanto pelo IPHAN, Bananal soma ainda, desde 1986, o título paulista de Estância Turística. Nem uma dessas ações conseguiu efetivamente impulsionar a economia do turismo a partir da apropriação de seus bens arquitetônicos, sobretudo no que tange à sua área urbana. Célebre pelos hotéis-fazenda, pelas matas da Serra da Bocaina e pelo crochê de barbante – introduzido em Bananal por D. Laurinha Ramos, recentemente falecida – a localidade, embora tombada, permanece no impasse de ser “uma cidade histórica não reconhecida como tal”.

Por meio de entrevistas com diversos agentes da cidade, Clarissa Gagliardi nos permite compreender, de maneira bastante concreta, que o processo de patrimonialização comandado pelo Estado jamais é, *a priori*, coletivo; ou o é apenas na letra da Lei. O valor atribuído por instâncias governamentais a um edifício – seja por seus vínculos estilísticos com o neoclassicismo, seja pela associação com velhas fortunas do café – esvai-se diante de práticas quotidianas, de memórias e de circuitos simbólicos alheios ao passado oitocentista. A autora, ciente da necessidade de práticas turísticas que evitem tomar a cidade como mercadoria asséptica e desenraizada das projeções e demandas sociais, coloca-nos em face ao desafio de imaginar visitas que se pautem não pela visualidade fetichista, mas pela visibilidade que conscientiza; um horizonte que permite ler a paisagem local a partir das marcas advindas do passado escravista, das dificuldades oriundas do desastre ecológico gerado pelas fileiras verticais de cafeeiros que devastaram a fertilidade dos morros, mas também a partir das projeções afetivas, das redes de solidariedade, das memórias de seus idosos, das demandas de sua juventude.

Cidade paulista mais rica em meados do século XIX, Bananal apresenta-se neste livro novamente opulenta, nas inúmeras sugestões que inspira para uma reflexão crítica relativa às relações entre turismo e patrimônio cultural no Brasil. Percebendo muitas, e contraditórias, cidades em uma só, Clarissa Gagliardi guia-nos por um percurso simultaneamente aflitivo e estimulante, que ressalta a necessidade de atentar para as múltiplas projeções e significados que a experiência urbana permite justapor e que não devem ser olvidadas; uma riqueza que também estimulou os muitos que apoiaram a Comissão Pró-Reforma do Sobrado Vallim e que, de alguma forma, tornou aquele símbolo de alguns na causa e afeto de inúmeros cidadãos de Bananal.

PAULO CÉSAR GARCEZ MARINS

Docente do Museu Paulista da USP

e do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP.

Apresentação

Este livro, inspirado em pesquisa acadêmica e em sólido material bibliográfico, tem como um dos principais objetivos inserir o leitor no instigante diálogo entre Turismo e Sociologia, a partir de uma perspectiva multidisciplinar.

Não se trata, no entanto, de apenas propor uma discussão de caráter essencialmente acadêmico-metodológico, mas sim da preocupação em fundamentar e referendar, no campo das Ciências Sociais, o debate produzido a partir dos resultados de pesquisa realizada na Cidade de Bananal, no Vale do Paraíba paulista, tendo em vista compreender a dinâmica das atividades turísticas ali instaladas, com base no legado patrimonial e cultural do período cafeeiro, época áurea da história da cidade.

Conforme palavras da autora, se “a lavoura cafeeira agrediu demasiadamente o solo ... promoveu grande parte da riqueza ainda hoje preservada na forma de fazendas, casarões e muitas memórias, objetos de interesse do chamado turismo cultural”. Em busca da compreensão da natureza dessas memórias na vida cotidiana da cidade e de seus moradores, a pesquisadora enveredou pelos meandros das histórias que emergem das falas, dos objetos, das ruas, dos vãos das janelas e dos portais dos casarões.

As especificidades históricas de Bananal e o seu importante acervo cultural foram os responsáveis pelo tombamento oficial pelo CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico) de sua área central e de sua arquitetura eclética. Na verdade, a cidade constitui um dos raros casos de tombamento desse tipo no estado de São Paulo, desde a criação desse órgão, em fins dos anos 1960.

Mas nem mesmo a presença do CONDEPHAAT e de outros órgãos ligados ao turismo foram capazes de garantir o reconhecimento do valor histórico das construções ou a apropriação da história por parte de mui-

tos moradores da cidade. Apesar do tombamento não houve, sobretudo por parte do poder público local, a preocupação de realizar e/ou atrair investimentos para salvaguardar o importante patrimônio histórico e cultural ali existente.

Nesse sentido, nem mesmo o apelo turístico ou as atividades a ele associadas foram suficientemente fortes para promover a valorização da memória e o reconhecimento de Bananal como a cidade histórica, que em essência é. A existência na comunidade de várias concepções de turismo e de patrimônio tem também provocado conflitos identitários, como resultado de diferentes e divergentes interesses de caráter político e, sobretudo, comercial.

A partir da análise dos aspectos mencionados, o texto - rico em referências históricas e factuais - constitui uma importante contribuição ao debate sobre o aproveitamento turístico das cidades históricas, apresentando, ainda, uma oportuna reflexão sobre a questão do patrimônio arquitetônico e cultural, a partir da consideração de seu uso e seu valor.

Finalmente, para compreender as formas pelas quais a cidade, seu patrimônio e as atividades turísticas recém-criadas são incorporados e vivenciados pela comunidade, a autora dá voz aos verdadeiros agentes do processo em curso - os moradores - cujo envolvimento no processo de reconhecimento de Bananal como área turística tem implicações diretas na vida da cidade e de seus habitantes.

A riqueza de detalhes e o agradável estilo literário fazem deste livro, para além do estímulo ao debate das questões propostas, um convite para uma visita à cidade de Bananal, conhecendo suas histórias e seu importante patrimônio cultural.

LÚCIA MARIA MACHADO BÓGUS

Professora titular do Departamento de Sociologia da PUC SP e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC SP

Introdução

A partir de um estudo sobre a cidade de Bananal, sobre suas pessoas, suas histórias, seus problemas e desejos, e na perspectiva de contribuir com a construção de um turismo enriquecedor das relações, ético e viável em suas múltiplas dimensões, este livro propõe refletir sobre a dinâmica da atividade turística em sua capacidade de ressignificar lugares.

O cenário da pesquisa é uma cidade do Vale do Paraíba Paulista, que teve origem no final do século XVIII e assumiu maior importância durante o período cafeeiro, sobretudo durante a segunda metade do século XIX. A lavoura cafeeira agrediu demasiadamente o solo, ao mesmo tempo em que promoveu, com base no trabalho escravo, grande parte da riqueza ainda hoje preservada na forma de fazendas, casarões e muitas memórias, objetos de interesse do chamado turismo cultural¹.

Dentro de suas especificidades, essa cidade guarda suas magnitudes. Bananal constitui um dos raros casos de tombamento² oficial de sua área central no contexto do Estado de São Paulo e no que diz respeito à arquitetura eclética³, em particular ao neoclassicismo⁴. Também possui,

-
1. Também chamado de 'turismo com base no legado cultural', é a modalidade de turismo cujo principal atrativo é o patrimônio cultural. (BARRETO, 2000: 29)
 2. Tombamento é o ato administrativo da autoridade competente que declara ou reconhece de valor histórico, artístico, paisagístico, arqueológico, bibliográfico, cultural ou científico, de bens determinados, que são registrados no Livro do Tombo e passam a ser preservados (FERRETTI, 2002: 150). Em Bananal, o tombamento foi feito em nível estadual, sob competência do CONDEPHAAT. (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico, criado no fim da década de 1960, cuja atribuição é a defesa e conservação de bens dentro do Estado de São Paulo)
 3. O Eclétismo pode ser entendido como sendo a somatória de produções arquitetônicas aparecidas a partir do final do século XIX, que veio juntar-se ao Neoclássico histórico surgido por sua vez como reação ao Barroco. (LEMOS, 1987: 70)
 4. Segundo Isabel Coll Mirabent (1991) o período neoclássico é definível pela imitação dos modelos greco-latinos, pela coexistência de diferentes tendências artísticas e pelo menosprezo dos elementos formais barrocos e rococós. Na 'época neoclássica', portanto, convivem várias e complexas

na região da Serra da Bocaina, um cenário que vem sendo explorado pelos praticantes do turismo de natureza⁵ que abrange uma Estação Ecológica⁶ com 884 hectares cobertos pela Mata Atlântica, onde podem ser encontrados, além da grande diversidade de bromélias, também a onça parda, o cachorro do mato, o bugio e mais de 200 tipos de aves já observadas, entre belíssimas cachoeiras e outras espécies da fauna e flora, algumas ameaçadas de extinção. Entretanto, fora dos limites protegidos, tem problemas gravíssimos com relação, tanto à erosão do solo, quanto do espaço urbano, já que, não obstante tenha imóveis tombados, apresenta problemas enormes de conservação desse patrimônio. Além disso, possui fácil acesso pela Rodovia Presidente Dutra e posição estratégica entre Rio de Janeiro e São Paulo, dois grandes pólos emissores de turistas do Brasil.

Bananal tem presenciado algumas ações articuladas por vários segmentos da comunidade que, de alguma forma, são direcionadas ou apropriadas pela atividade turística. Desde 1986 é Estância Turística⁷, mas somente após 2001 é que se nota maior comprometimento de alguns setores, em função da participação do SEBRAE – Serviço de Apoio à Micro e Pequenas Empresas de São Paulo – no município. Um dos trabalhos desenvolvidos pelo SEBRAE, denominado PDTR – Plano de Desenvolvimento Turístico Receptivo –, visa orientar os diversos segmentos

correntes, entre as quais prevalece a do retorno aos exemplos proporcionados pelo mundo clássico greco-romano.

5. Atribui-se a denominação 'turismo de natureza' às modalidades turísticas cuja apreciação das áreas naturais e vida selvagem é a principal atração. (FENNEL, 2002: 46). Há muita confusão entre as várias denominações que recebe o turismo baseado nos chamados 'atrativos naturais', delas se destaca o ecoturismo, onde têm lugar as práticas de baixo impacto, que contribuem à manutenção das espécies e seus habitats, revertendo benefícios para as comunidades locais acrescidas de um componente pedagógico como a Educação Ambiental.
6. Estações Ecológicas são áreas representativas de ecossistemas brasileiros destinadas à aplicação de pesquisas básicas e de Ecologia, à proteção do ambiente natural e ao desenvolvimento da educação conservacionista (FERRETTI, 2002: 143). A Estação Ecológica de Bananal está integrada à rede de Unidades de Conservação (UC's – áreas naturais protegidas e sítios ecológicos de relevância cultural criados pelo poder público), administrada pela Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo, através do Instituto Florestal.
7. Com base na análise da lei nº 10.426 de 1971, entende-se que as estâncias são locais privilegiados, que oferecem condições favoráveis ao lazer, à recreação e ao entretenimento, promovidos pelo aproveitamento dos recursos naturais específicos, como clima, águas minerais ou termais, ou elementos que as tornam especiais e particulares, sempre para o bem-estar do homem. Classificam-se assim, as estâncias em três tipos: hidrominerais, climáticas e balneárias, posteriormente, a lei nº 1.457/77 incluiu as estâncias de caráter turístico, caracterizadas pela existência de atrativos de natureza histórica, artística ou religiosa, ou de recursos naturais e paisagísticos. (OLIVEIRA, 2003: 110-115). De acordo com o Portal do Governo do Estado de São Paulo (<http://www.saopaulo.sp.gov.br/conhecasp/estancias>), atualmente 67 municípios são reconhecidos como estâncias no Estado.

envolvidos com a atividade turística, de maneira a capacitá-los para a recepção de visitantes.

O objetivo do PDTR é estimular a criação, adequação e/ou ampliação da rede de negócios local e regional voltada para o turismo, de modo a consolidar o turismo como fonte de desenvolvimento sustentável. Para que isto aconteça, a comunidade é parte vital, assim como a capacitação dos empresários e empreendedores. Unidos, os setores da sociedade podem atuar por meio do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), ou outro órgão equivalente, para gerir a atividade turística de forma profissional. (...). Juntos, SEBRAE-SP e a comunidade priorizam até três temas entre as seis opções disponíveis: sensibilização e envolvimento da comunidade, desenvolvimento de produtos turísticos, capacitação de empresários e operacionais, estrutura de recepção a turistas, gestão e qualidade da atividade turística e estrutura de comercialização⁸.

Esse programa foi implementado pela primeira vez no município de Bananal, em 2001, estendido posteriormente aos municípios vizinhos como Cunha, São José do Barreiro, Areias e Queluz. Em 2002, estimulado pelo PDTR, formou-se na cidade um novo Conselho Municipal do Turismo – COMTUR. Apesar de o Conselho existir legalmente desde 1997, não era muito eficiente nem plenamente aceito pela comunidade, em função do Secretário Municipal de Turismo presidi-lo por definição legal do município. A comunidade conseguiu articular alterações que possibilitaram reorganizar a composição e a presidência da entidade, que passou a funcionar como órgão gestor da atividade turística.

A partir da formação desse COMTUR mais atuante, e assumindo a gestão do PDTR, Bananal conseguiu compor um centro de recepção de visitantes, material impresso para divulgação e ilustração dos seus atrativos turísticos, roteiros de visitação ao núcleo histórico e aos atrativos naturais. Esses roteiros são guiados por jovens moradores que atuam como monitores de turismo, tendo alguns, participado de processos de capacitação⁹, numa parceria entre o COMTUR e o Instituto Florestal (IF), órgão subordinado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente, que trabalha na recuperação, proteção, pesquisa e manejo da biodiversidade natural e cultural a ela associados, que atua na Estação Ecológica de Bananal.

8. Disponível em: <http://www.sebraesp.com.br>

9. A prefeitura de Bananal, em consequência do projeto Ecotrilhas (que visa viabilizar a visitação em ambientes naturais das unidades de conservação e demais áreas de interesse ambiental), criou o Projeto Formação de Monitores. Trata-se de jovens estudantes do ensino médio que passaram por formação específica para atuação em monitoria, para atendimento a turistas. Disponível em: <http://www.prefeitoempreendedor.org.br>

Assim, mesmo havendo indícios da atividade turística nos últimos anos, como a criação de Conselho de Turismo e a denominação de estância, só recentemente é que a cidade vem tentando profissionalizar e organizar formas adequadas para a recepção de visitantes.

Além disso, fora do âmbito do turismo, outros segmentos da comunidade têm atuado no sentido de preservar o patrimônio arquitetônico, a exemplo da constituição da Comissão Pró-Reforma, uma comissão formada em 2002, a partir da mobilização de alguns moradores preocupados com a situação precária da Igreja Matriz. Desde então, a Comissão conseguiu trocar o telhado da Igreja e, posteriormente, passou a dedicar-se à restauração de um dos imóveis mais importantes para a cidade, conhecido como Solar Aguiar Vallim, o *antigo prédio do inesquecível Grupo Escolar 'Cel. Nogueira Cobra'*,¹⁰ testemunho do início da vida escolar de grande parte dos moradores de Bananal. Essas ações, embora não organizadas com finalidade turística, passam também a compor um cenário propício a ser incorporado à atividade.

A presença do CONDEPHAAT na cidade também representa um agente visível na paisagem urbana. Ao tombar os exemplares da arquitetura neoclássica, poder-se-ia pensar que essa ação do Conselho pudesse significar o reconhecimento do valor histórico das construções e, conseqüentemente, fortalecer a apropriação desse valor por parte da comunidade. Entretanto, apesar do tombamento, não se verificam investimentos no sentido de salvaguardar, de fato, aqueles registros. Assim, o limite entre o reconhecimento e o descaso é tão tênue que, somado aos demais aspectos que impedem que seja geral o sentimento de pertencimento àquela memória, reforça o sentido de lugar sem valor, de uma cidade histórica não reconhecida como tal. Percebe-se com isso, que as políticas públicas na área de patrimônio e sua interface com o turismo carecem de discussões sobre os sentidos de suas ações dentro de diferentes realidades, e seus efeitos em Bananal são bem visíveis.

Arantes, ao discutir a relação de políticas públicas e preservação cultural, identifica escassez de reflexões dessa natureza:

Estudos críticos sobre o turismo e sobre práticas de salvaguarda do patrimônio (inclusive a formação de acervos e atividades educativas em museus) ainda são relativamente incipientes e, embora relevantes, eles frequentemente se restringem a preocupações bastante localizadas e pragmáticas. Particularmente em face do que tem sido dito e feito a respeito do meio-ambiente, ainda é tímida a atenção dada às políticas de salvaguarda do patrimônio cultural... (ARANTES, 2004).

10. Assim o imóvel é descrito nos pedidos de doações para a sua reforma.

Existe assim, em Bananal, um multifacetamento institucional, onde cada sujeito, jurídico ou não, figura na forma de diferentes interferências na cidade. A coexistência de opiniões e visões de turismo de cada uma dessas esferas têm, ambigualmente, permitido um debate compartilhado por diferentes atores, mas também, promovido conflitos identitários reforçados por diferentes interesses nas imagens e memórias da cidade.

Nesse contexto onde o turismo vem despontando, este trabalho também permite que se perceba como as pessoas estão lidando com a necessidade de se reinserirem, a partir dos seus suportes, dos seus próprios recursos culturais nessa nova atividade e, principalmente, como a população se apropria de um legado que é seu patrimonialmente, juridicamente, mas muitas vezes não o é simbolicamente. Assim, este estudo passa a contribuir no âmbito das discussões sobre o aproveitamento turístico de cidades históricas, sobretudo no que diz respeito a uma reflexão do patrimônio, a partir do seu uso e do seu valor. A partir daqui, vai se delineando uma abordagem centrada mais nos aspectos histórico-culturais, já que a utilização do instrumental teórico incide mais nos aspectos simbólicos em torno da cidade edificada, embora a apropriação da natureza, a partir de novas referências culturais que se têm verificado em Bananal, também permitisse uma análise pormenorizada.

A busca pela compreensão da lógica do turismo da cidade implicou entender “em que termos são construídos, legitimados e apropriados socialmente o patrimônio cultural” (PELLEGRINO, 2002) de Bananal, portanto, uma busca sobre as subjetividades engajadas nesse novo projeto de cidade turística. Para isso, foi fundamental enveredar por um viés sociológico, e, sobretudo, ir em busca de autores que discutissem a constituição e a relevância da dimensão simbólica no espaço social¹¹, do fetiche da mercado-

11. Pode-se “representar o mundo social em forma de espaço (a várias dimensões) construído na base de princípios de diferenciação ou de distribuição constituídos pelo conjunto das propriedades que atuam no universo social considerado, quer dizer, apropriadas a conferir, ao detentor delas, força ou poder neste universo. Os agentes ou grupos de agentes são assim definidos pelas suas posições relativas neste espaço”. (BOURDIER, 2003: 133-134). “...os agentes distribuem-se assim nele, na primeira dimensão, segundo o volume global do capital que possuem e, na segunda dimensão, segundo a composição do seu capital – quer dizer, segundo o peso relativo das diferentes espécies no conjunto das suas posses.” (Idem, p. 135). “O espaço social e as diferenças que nele se desenham “espontaneamente” tendem a funcionar simbolicamente como *espaços dos estilos de vida* ou como conjunto de (...) grupos caracterizados por estilos de vida diferentes”. (Idem, p. 144) Neste universo de distinções, “as relações de força objetivas tendem a reproduzir-se nas relações de força simbólicas, nas visões de mundo social que contribuem para garantir a permanência dessas relações de força” (Idem, p. 145).

ria¹², das dimensões do urbano¹³, além de historiadores preocupados em incluir na história as realidades suprimidas, silenciadas e marginalizadas¹⁴.

Perceber a cidade a partir do conceito de história de Walter Benjamin, para quem “nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história” (BENJAMIN, 1987: 223), e da sua noção de memória que, imbuída das influências de Proust que considerava ilimitada a capacidade de lembrar acontecimentos (GAGNEBIN, 1994: 15), contribui sobremaneira na busca de analogias entre passado e presente. Também as noções de identidade como “categoria política disciplinadora das relações entre pessoas, grupo, sociedade” (SAWAIA, 2004: 123) e de patrimônio enquanto construção simbólica e cuja atribuição de valores é sempre carregada de ideologia¹⁵, foram contributos fundamentais das Ciências Sociais para balizar as reflexões sobre a realidade observada. A busca por chaves de análise das relações históricas e culturais presentes na cidade foram importantes para compreender, ao menos em parte, como a sociedade bananalense se estrutura em torno de suas memórias e também para identificar perspectivas de mudança de determinadas relações de poder que vem sendo articuladas pelos processos de desenvolvimento do turismo e de patrimonialização dos bens culturais.

-
12. O caráter simbólico da mercadoria, bem como as “aparências ilusórias das mercadorias como ‘fetiches’ no mercado” (BUCK-MORSS, 2002: 113), foram aspectos importantes na pesquisa, tanto no sentido de perceber a fonte do valor das mercadorias, quanto seu valor puramente representacional, discutido por Walter Benjamin a partir da percepção do sentido das mercadorias em exposição (Idem, p. 113), da problemática da “sociedade das imagens na contemporaneidade” e das relações que estas estabelecem entre o concreto e o abstrato (FONTENELLE, 2002: 282).
 13. Lefebvre distingue cidade, “realidade presente, imediata, dado prático-sensível, arquetônico” do urbano, “realidade social composta de relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento”, mas alerta que “esta distinção se revela perigosa e a denominação proposta não é manejada sem riscos. O *urbano* assim designado parece poder passar sem o solo e sem a morfologia material, desenhar-se segundo o modo de existência especulativo das entidades, dos espíritos e das almas, libertando-se de ligações e de inscrições numa espécie de transcendência imaginária. Se se adota esta terminologia, as relações entre ‘cidade’ e o ‘urbano’ deverão ser determinadas com o maior cuidado, evitando tanto a separação como a confusão (...). A vida urbana, a sociedade urbana, numa palavra, o “urbano” não podem dispensar uma base prático-sensível, uma morfologia.” (LEFEBVRE, 1991: p. 49)
 14. Nesse sentido, foram extremamente importantes as pesquisas de José Flávio Motta sobre a posse de cativos e família escrava em Bananal (1999) e das pesquisas do grupo de historiadores da Universidade Federal Fluminense sobre a Fazenda Resgate e Manoel Aguiar Vallim, reunidas no livro de Castro e Schnoor (1995).
 15. A partir de notas de aula de Haroldo Leitão Camargo, considerou-se a problemática do caráter seletivo e, conseqüentemente, excludente, implícito em certas concepções de patrimônio; a ideologia contida nos critérios utilizados para as escolhas do que preservar; a orientação dada pelas elites e pelo Estado nas concepções de patrimônio no Brasil e a necessidade de buscar maior participação social nas políticas de preservação.

As leituras de Walter Benjamin foram ainda fundamentais para transpor seu conceito de narração¹⁶, para a leitura da paisagem arquitetônica neoclássica em sua capacidade de contar suas próprias histórias. Para Walter Benjamin, a arte de narrar dos artesãos e camponeses pré-modernos perde-se na contemporaneidade, mas buscou-se aqui, pensar novas formas de narrar histórias por meio do que conta a materialidade da cidade e sua sobreposição de momentos. A partir da “escuta” da narrativa ali presente, foi possível rever a história e sugerir reinterpretações daquilo que julga-se “perdido”.

Em sua sexta tese sobre a história, Benjamin sugere ainda outra interpretação possível da cidade encontrada em Bananal quando diz que “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele foi de fato’. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo”¹⁷. O “momento de perigo” foi tomado aqui como o momento em que a atividade turística pode reaver certas memórias à população ou mantê-las encobertas, momento em que há possibilidade de reconhecer e validar símbolos que são de fato coletivos e agregam as pessoas ou privilegiar o que desagrega, o que diz respeito apenas a um ou outro indivíduo, momento em que a cidade busca, enfim, novas oportunidades.

O turismo, não obstante tenha se propagado em diferentes modalidades culturais e recorrentes apropriações do patrimônio cultural, não sendo uma área de conhecimento, necessita do aporte de outras áreas melhor fundamentadas, para que seja desvendado. No campo das ciências relacionadas com a natureza já existem certos conceitos sobre as relações entre o turista e o meio (BARRETO, 2000: 25), a exemplo dos estudos de impacto ambiental para a construção de empreendimentos turísticos ou controle de visitantes a partir de estudos de capacidade de carga¹⁸. Entretanto, poucos pesquisadores têm se dedicado especificamente a construir uma ciência social do turismo, apesar de haver indícios de que a

16. O conceito de narrativa de Walter Benjamin refere-se aos relatos orais da sociedade pré-moderna e corporações medievais, que contribuíam para experiências diversas de saberes e que perdem referência na sociedade contemporânea. “Uma comunidade de vida e de discurso que o rápido desenvolvimento do capitalismo, da técnica, sobretudo, destruiu” (GAGNEBIN, 1994: 10).

17. *Idem*, 1994: 223, 224.

18. *Carrying capacity* ou capacidade de carga pode ser definida como ‘a extensão em que o meio ambiente pode tolerar a atividade humana sem sofrer danos aceitáveis’. (...) O termo é mais apropriadamente usado quando considera-se somente um aspecto do meio ambiente ou de uma atividade ou seja, quando um determinado aspecto causa impacto em um meio ambiente específico (OLIVEIRA, F. 2003: 17).

sociologia do turismo iniciou-se há mais de 20 anos na Europa com Hans Joachim Knebel e Jost Krippendorf, disciplina que Cohen afirmava inexistir, sugerindo a utilização de referenciais teóricos da sociologia geral para explicar os fenômenos relativos ao turismo (Idem, 2000: 25).

Não se propõe aqui uma discussão metodológica no campo do Turismo, tampouco da Sociologia aplicada, apenas tenta-se contextualizar minimamente o leitor na trajetória dos estudos do turismo no âmbito da Sociologia, já que nesta pesquisa tenta-se uma apropriação do instrumental sociológico, para avançar no seu entendimento.

Apesar do aumento das publicações, nos últimos anos, que tratam do turismo, não há um campo teórico consagrado que permita situar a problemática desse trabalho numa linha de pensamentos acadêmicos bem definida. Boullón, pesquisador mexicano preocupado com o ordenamento do espaço turístico, e atuante na América Latina há mais de 30 anos, resume o panorama das pesquisas na área:

...da pesquisa turística só podemos dizer que é escassa e que se mantém na superfície, ou seja, que está centrada 'na descrição, sistematização e previsão, ao custo da teorização'. Consequentemente, é inegável que o campo turístico carece de teorias fundamentadas, já que não podemos admitir que a mera enumeração e a deficiente descrição de eventos constitua uma teoria científica, como tampouco o é mencionar os postos administrativos de um hotel, o número de pessoas que fazem turismo em um país, os elementos que integram um pacote turístico ou os procedimentos que compõem uma campanha publicitária (BOULLÓN, 2002: 24).

Duncan Tyler, pesquisador das áreas de ecoturismo e desenvolvimento urbano e professor de administração de turismo em Londres, também percebe que "...muito do que foi escrito até hoje diz respeito à descrição da demanda e da oferta e a projeções das tendências atuais" (TYLER, 2001:11). Tyler entende que concentrar estudos inicialmente na exploração estatística de demanda e oferta e estruturas administrativas é fato comum nos ramos de conhecimento que ainda estão em formação. Permanecem, assim, lacunas no entendimento de diversos processos que formam o turismo que, no entanto, continua a se expandir enquanto prática social.

Mas não se pode ignorar que há pesquisadores interessados, tampouco a possibilidade de ciências aplicadas ao turismo. A primeira ciência a estudar o turismo foi a economia, seguida pelas ciências sociais (sociologia e antropologia) e geografia (BARRETO, 2004: 85), cujas preocupações iniciais relacionaram-se aos impactos com a entrada de divisas, transformações na organização dos territórios e conflitos entre padrões socioculturais.

Margarita Barreto, docente, pesquisadora e coordenadora de uma coleção de livros dedicados ao turismo, entende que:

a produção científica na área de turismo, no Brasil, está em sua fase inicial, assim como a constituição de uma comunidade científica. Em geral, há poucas teorias próprias da área de turismo, e são poucas as teorias provenientes de outras áreas que têm sido aplicadas ao fenômeno. Podem ser identificados os marcos teóricos provenientes da economia, da geografia, das ciências sociais e da administração de empresas (BARRETO, 2004: 86).

Dentre as teorias de outras áreas, é comum a aplicação da Teoria Geral de Sistemas¹⁹ no estudo do turismo, com o objetivo de uma abordagem que procura reunir suas complexas estruturas, causas e efeitos²⁰ numa totalidade, em lugar de estudos isolados dos seus componentes. Abordagem que não está isenta de críticas. Boullón, analisando a desordem cíclica dos sistemas turísticos na América Latina, alerta para o fato de que:

El funcionamiento del sistema turístico acusa desarreglos evidentes y de magnitud, causado por fuerzas provenientes del medio ambiente y nacidos dentro de sus propias estructuras y funciones. En determinados periodos el desorden del sistema turístico, unido, o debido al incremento del desorden en el suprasistema, lleva a colocar a aquél al borde del colapso. (...) El medio ambiente penetra al sistema turístico, en una forma compleja, a través del aporte de información, energía y materiales, cualitativa y cuantitativamente diferentes en cada unidad temporal. As veces, tenemos que reconocerlo, se torna en extremo dificultoso identificar las variables que crean nuevas condiciones en el sistema de nuestro interés, a causa de las visiones parciales que analizan y caracterizan el todo por las manifestaciones de una parte. (BOULLÓN, MOLINA e WOOG, 2002: 27-29)

Tanto do ponto de vista funcionalista quanto das abordagens fenomenológicas, além de não haver estudos em profusão, tais formas de abordagem já sofrem críticas quanto às suas limitações na apreensão da essência do que seja o turismo.

19. A Teoria Geral dos Sistemas afirma que “cada variável, em um sistema, interage com as outras variáveis de forma tão completa que causa e efeito não podem ser separados. Uma única variável pode, ao mesmo tempo, ser causa e efeito. A realidade não permanecerá imóvel. Mas não pode ser desmembrada”. (...) Esta teoria “visa compreender os princípios da integralidade e da auto organização em todos os níveis. Suas aplicações variam da biofísica dos processos celulares à dinâmica das populações, dos problemas da física aos da psiquiatria, da política, das unidades culturais, do fenômeno do turismo e outros” (BENI, 1998: 20).

20. Mário Carlos Beni em seu livro *Análise Estrutural do Turismo*, (1998) constrói o SISTUR, um modelo referencial de um sistema de turismo, que no Brasil, tem sido amplamente utilizado entre a comunidade acadêmica. Para outros sistemas de turismo ver Ascanio e Molina in: Barreto (1995).

Quanto aos estudos de ordem funcionalista, Marutscka Moesch (2002), baseada na obra de Fuster²¹, identifica um trabalho apenas descritivo-explicativo que não avança na apreensão do fenômeno como processo. No caso da fenomenologia, Moesch (2002) baseada na obra de Centeno²², critica o fato de a proposta de análise não ultrapassar substâncias que são apenas aparentes, e não essenciais no turismo.

A construção de sistemas, mediante enfoque holístico para compreender o turismo, encontra muitos adeptos no Brasil, entretanto, Margarita Barreto acredita, superando os modelos estruturais, que as características que mais se ajustam ao fenômeno turístico baseiam-se numa estrutura proposta por Deleuze e Guattari, que aplicam os princípios de um rizoma²³ às ciências humanas. Nessa proposta, as conexões são múltiplas, imprevisíveis e heterogêneas, e há rupturas que não afetam o todo. Barreto faz a analogia:

O turismo é um fenômeno que cresce e se espalha no tempo e no espaço de forma bastante incontrolável e imprevisível. A cada momento e em cada lugar em que o fenômeno turístico se reproduz, ocorre uma série de relações que sempre são, em algum grau, diferentes e nunca totalmente previsíveis (BARRETO, 2000: 20).

Apesar da ausência de ‘escolas de pensamento’, é possível situar este trabalho no âmbito das preocupações atuais, perante este panorama geral dos seus representantes, oferecido por Barreto:

Há os que defendem que existe o turismo de negócios e os que afirmam que só pode haver turismo em situações de lazer; os que têm visão sistêmica da sociedade e do fenômeno turístico e os que têm uma visão rizomática; os que vêem o turismo centrado nos negócios turísticos e os que o vêem centrado no turista, suas necessidades e desejos e os que vêem o turismo como destruidor da cultura ou da natureza e os que o vêem como fator de preservação das mesmas. (BARRETO, 2004: 87)

-
21. O espanhol Fernandez Fuster editou pela primeira vez em Madri uma obra intitulada *Teoría e Técnica del Turismo* em 1967 que veio a tornar-se texto oficial das escolas de turismo, e classificada como uma tentativa de formulação teórica acerca do turismo, segundo Moesch, numa concepção totalizadora e sistêmica (MOESCH, 2002: 20).
 22. Centeno, em sua obra *Metodología de la investigación aplicada al turismo – casos prácticos* (1992), busca a formulação de um campo teórico baseado na fenomenologia enquanto essência do conhecimento, tratando-se de um método original na abordagem do turismo com fundamental interesse na elaboração conceitual (MOESCH, 2002: 26).
 23. Os diagramas arborescentes procedem por hierarquias sucessivas, a partir de um ponto central em relação ao qual remonta cada elemento local. Os sistemas em rizoma ou “em treliça”, ao contrário, podem derivar infinitamente, estabelecer conexões transversais sem que se possa centrá-los ou cercá-los. O termo ‘rizoma’ foi tomado de empréstimo à botânica, onde ele define os sistemas de caules subterrâneos de plantas flexíveis que dão brotos e raízes adventícias em sua parte inferior (GUATTARI, 2000).

Embora essas visões de turismo sejam consideradas marcos teóricos, Barreto caracteriza a literatura específica de turismo, basicamente composta por textos descritivos do fenômeno, com vistas a sua administração e gerenciamento (BARRETO, 2000: 17). No âmbito das pesquisas, raras são as abordagens socioantropológicas, e predominam as pesquisas do tipo *levantamento*, dado que Barreto atribui ao duplo discurso de universidades e agências financiadoras, que exigem produção científica, mas não dão condições para maior profundidade e originalidade. Acrescenta que

...o grande paradoxo do turismo é o fato de que, aparentemente, há um círculo vicioso segundo o qual a academia não se interessa pelo turismo por se tratar de uma atividade marginal, e essa atividade continua marginal por não ter os subsídios da academia para um planejamento adequado. As ciências sociais, fundamentalmente, não enxergam o turismo como um objeto válido – entre outras razões porque, via de regra, o crescimento do turismo tem ocorrido ao sabor do mercado, dos interesses dos grandes capitais nacionais e internacionais, sem levar em conta os demais atores nacionais. E tem-se desenvolvido ao sabor do mercado e não com uma participação das comunidades afetadas (ora positiva, ora negativamente), por falta de um aporte de pesquisa socioantropológica aplicada. (BARRETO, 2000:23)

Frente a esse contexto, esta proposta de pesquisa não se apóia em teorias específicas do turismo, mas tenta a aproximação com as ciências sociais, especialmente a Sociologia, enquanto área do conhecimento melhor explorada, e que oferece bons instrumentos de análise. Dessa forma, o acolhimento de uma pesquisa dessa natureza no âmbito da Sociologia, mostrou-se auspicioso ao auxiliar não só na compreensão do fenômeno turístico, mas também por servir de aporte para a construção de melhores práticas na atividade.

Barreto acrescenta que, sendo o turismo um fenômeno social produtor e refletor dos problemas da sociedade em que é praticado, propostas de turismo preocupadas com o aspecto social só serão possíveis num modelo de sociedade onde o ser humano seja mais importante do que a circulação do capital. A busca de aporte nas ciências sociais para esta pesquisa tem essa preocupação.

Reinaldo Dias faz uma retrospectiva histórica identificando no tempo a relação entre turismo e sociologia e identifica artigos que relacionaram os temas desde 1899, entretanto, as contribuições mais relevantes surgem a partir de 1929, no *Centro de Pesquisas Turísticas* da Faculdade de Economia da Universidade de Berlim, cuja produção denominou-se

'escola berlinesa' (ANDRADE, 1992: 34). A partir dessa produção, outras áreas do conhecimento passaram a estudar o turismo.

Mas é somente após grande crescimento da prática do turismo, identificado no século XX, inclusive, como 'movimento de massa' (já que nos fins do século XIX deixa de ser um movimento individualizado para transformar-se numa experiência coletiva), é que se mostra necessária uma produção teórica para explicar o fenômeno e, a partir disso, a produção científica cresce, pulverizada em diferentes áreas. No âmbito da Sociologia, em 1990, a ISA (International Sociological Association) incluiu uma seção autônoma de sociologia do turismo no XII Congresso Mundial de Sociologia, realizado em Madri, Espanha, iniciativa que originou um grupo permanente de pesquisas dentro da Associação (DIAS, 2003: 22).

John Urry, sociólogo e professor na Universidade de Lancaster, Inglaterra, em sua obra *O Olhar do Turista*, apresenta algumas preocupações na compreensão do fenômeno turístico, que passaram a surgir a partir da década de 1960. Boorstin, por exemplo, analisa o turismo como um movimento em busca de pseudo-acontecimentos, materializados nas atrações inventadas de forma artificial para entretenimento do turista, que não pode vivenciar a realidade plenamente e está sempre protegido no que ele chama de 'bolha ambiental'²⁴. Essa tese foi trabalhada por vários autores, por ocasião da emergência do turismo de massa.

Urry resume o contexto do turismo de massa, produtor do que Boorstin define como pseudo-acontecimentos:

Isolado de um ambiente acolhedor e das pessoas locais, o turismo de massa promove viagens em grupos guiados e seus participantes encontram prazer em atrações inventadas com pouca autenticidade, gozam com credulidade de 'pseudo-acontecimentos' e não levam em consideração o mundo real em torno deles. Em consequência, os promotores do turismo e as populações nativas são induzidos a produzir exibições cada vez mais extravagantes para o observador de boa-fé que, por sua vez, se afasta cada vez mais da população local (URRY, 1996: 26).

Louis Turner e Gordon Ash também buscam compreender a construção do senso estético do turista, tornado tão restrito quanto em seus locais de origem, aspecto agravado pela forma relativamente superficial

24. Boorstin exemplifica o significado do termo 'bolha ambiental' referindo-se ao "hotel familiar, de estilo americano, que isola o turista da estranheza do ambiente que o cerca e hospeda" (URRY, 1996: 23). Barreto reconhece 'bolha turística' (tourist bubble) como uma redoma que dá segurança ao turista. (BARRETO, 1995: 28)

com que as culturas nativas são apresentadas a ele. Transformação da arte nativa em kitsch, do diverso transformado em uniformidade (TURNER E ASH, 1991).

O maior crítico de Boorstin é o americano Dean MacCannel, que nos anos 1970 constrói sua tese de que os turistas personificam a busca pela autenticidade, renovando a versão de um peregrino que distancia-se da vida cotidiana. Nessa lógica, entretanto, inserem-se os profissionais que, ao produzirem os 'bastidores' para permitir esse encontro com o autêntico, acabam por transformá-lo numa encenação, fruto do comportamento induzido dos sujeitos que constituem objeto do olhar do turista.

Numa vertente, considera-se que há uma busca individualizada pela artificialidade, noutra, a autenticidade encenada seria gerada a partir das relações sociais originadas pelo próprio turismo. Enquanto Boorstin e MacCannell discutem o teor daquilo que o turista busca, Urry (1996:28) preocupa-se em *refletir sobre aquilo que produz um olhar turístico diferenciado*, um estudo sobre a construção do olhar do turista e suas transformações históricas.

Dentro dessas abordagens teóricas, localizam-se estudos que acrescentam outras variáveis, relativas ao perfil e motivações dos viajantes, em contraste com o cotidiano e o extraordinário, à sacralização dos destinos turísticos, à construção social do olhar do turista e ao consumo. Também têm crescido as análises do turismo enquanto fenômeno da pós-modernidade.

Para Scoth Lash e John Urry (1994) o turismo associa-se com uma configuração dominante a cada período histórico do capitalismo e suas características de segmentação, flexibilidade e customização, são o acompanhamento das mudanças em direção ao consumo pós-fordista. As formas alternativas de se fazer turismo, em oposição ao turismo de massa com pacotes turísticos standard, suas formas 'pós-turísticas' e o sentido de des-diferenciação que passa a assumir, levaria ao que os autores chamam de fim do turismo. Ou seja, a exacerbação do consumo e da produção de bens não materiais do capitalismo desorganizado, vem alterando o turismo nas últimas décadas, o que estaria provocando a perda da sua exclusividade em tornar acessíveis bens, serviços e produtos culturais de outras sociedades. Isso tenderia à desestruturação e à perda da especificidade da mobilidade que tornara o próprio turismo uma atividade particular da modernidade, testemunhando então o seu fim, que segundo Fortuna (1999) seria nada mais que o fim de sua anterior especificidade.

Sérgio Molina identifica uma etapa do turismo que denomina de *pós-turismo*, uma fase posterior ao *grand tour*²⁵, também conhecido como pré-turismo, e do turismo propriamente, considerado como prática assentada na civilização industrial. Para Molina, trata-se de um novo paradigma que altera considerações anteriores sobre o turismo, tendo nos novos espaços lúdicos, parques-temáticos, ou nas *ludópolis*, como chama, exemplos de enclaves ‘pós-turísticos’ (MOLINA, 2003: 29).

Krippendorf, economista pesquisador do turismo e ex-diretor do Instituto de Investigação sobre Lazer e Turismo da Universidade de Berna, Suíça, discute o turismo dentro dos processos que determinam o lazer na sociedade industrial e reflete sobre seus desdobramentos até os dias atuais, não só fazendo a crítica ao universo desumanizado que abrange o trabalho, a moradia, a economia e o lazer, mas propondo idéias para humanizar cotidiano e viagem, sugerindo uma nova compreensão do lazer e buscando o desenvolvimento do senso de humanidade e equidade.

Pois bem, apesar dessa pequena reunião de preocupações existentes em torno do turismo, o fato é que ainda é difícil encontrar um campo teórico para balizar questões levantadas nesta pesquisa apenas no âmbito dos estudos turísticos. Assim, justifica-se a aproximação das teorias das Ciências Sociais como campo científico capaz de fornecer instrumentos para melhor compreensão da natureza desse fenômeno; como se conectam seus elementos, buscar suas causas e efeitos, desejos e realidades, a partir de um estudo de caso, para que seja possível propor maneiras de controlá-lo, modificá-lo e aperfeiçoá-lo, como sugere Krippendorf, depois de compreender seus mecanismos de funcionamento.

Para conhecer melhor a cidade e os meandros por onde engrenam as sutilezas do turismo, o trabalho foi dividido em quatro momentos. O primeiro capítulo, *Para escutar a cidade*, trata de uma exposição dos caminhos percorridos para a elaboração da pesquisa, esclarecendo especificidades de técnicas às quais se recorreu para buscar e interpretar os diferentes conteúdos presentes no trabalho. Esclarece o processo de recuperação de informações sobre a cidade, enquanto recurso metodológico, e como se recorreu a determinadas formulações teóricas para a interpretação de dados.

25. Viagem que os jovens nobres ingleses faziam para reconhecer nos monumentos remanescentes da Antiguidade aquilo que já conheciam através das fontes literárias. A primeira menção ao termo *grand tour* surge em 1670 e no século XIX vai, pouco a pouco, tornando-se apenas memória, quando cede lugar a práticas mais semelhantes ao que conhecemos hoje como turismo cultural. (V. CAMARGO, 2001 e 2002)

O segundo capítulo, *Banana, um breve encontro com suas histórias*, contextualiza historicamente o cenário da pesquisa apresentando seus diferentes momentos, passando de freguesia à cidade e tentando revelar elementos ausentes de sua história oficial, chegando a aspectos atuais, e os caminhos encontrados como opções econômicas, dentre as quais destaca-se o turismo.

Uma pequena reflexão acerca da produção de sentidos, diferentes percepções sobre a cidade e a questão da identidade está consubstanciada no terceiro capítulo. *Percepções e representações* é o momento em que se procura explicitar algumas mudanças promovidas pelo turismo, como encontram respaldo na história e na própria estrutura social e brechas por onde há perspectivas de novas transformações. É uma tentativa de reunir elementos que auxiliem na reflexão sobre a capacidade de (re) produção e resignificação da cidade, dos sentidos e formas que pode assumir, a partir do turismo.

E o que pensam os moradores que agora se percebem como parte de um atrativo turístico, sendo apreciados e “engajados” nesse novo processo de valorização da cidade? É a partir da fala de algumas dessas pessoas que o quarto e último capítulo, *Emoções que revelam uma cidade múltipla*, apresenta as cidades que coexistem na memória e nas histórias de suas pessoas, constituindo rica fonte nessa tentativa de perceber como o turismo se articula no seu nível mais significativo, ou seja, na vida das pessoas que dão sentido à cidade.

I - Para escutar a cidade

Voldman, quando diz que a história oral pode ser qualificada de “história com testemunhas” (VOLDMAN, 1992:33), sugere que os testemunhos sirvam como elemento comprobatório, como prova histórica¹, entretanto, o intento de ouvir a história em lugar de apenas lê-la busca como ponto de partida, para entender a cidade e suas relações historicamente estabelecidas, referenciais normalmente submersos na rede de relações cotidianas com as quais a história oficial não está necessariamente comprometida.

Parte da coleta de dados para entender o turismo em Bananal foi feita por meio de entrevistas com orientações bastante variadas e é nessa diversidade de tipos humanos que reside a potencialidade descritiva, narrativa e explicativa, conseguida por meio da oralidade, e nem sempre percebida apenas no registro escrito. Voldman acrescenta que o tempo, embora passado, não é o mesmo para todos e “do ponto de vista do que há de mais singular em cada indivíduo, nenhuma testemunha se assemelha a outra: também no plano social o leque é muito rico...” (VOLDMAN, 1992: 39).

Vale também dizer que não tendo este trabalho a pretensão de ser parte da historiografia de Bananal, não configura “exercício do ofício de historiador”, apenas apropriou-se do método para identificar novos contornos da vida na cidade. É também esclarecedor o fato de a história ser contada a partir de questões colocadas pelo presente. O entrevistado, ao recontar sua história, se remete com frequência ao presente e nos permite rever o passado, a partir de questões colocadas por ele, numa circularidade que demonstra o caráter transitório da história.

1. Segundo Voldman, a “fonte oral, seja provocada por aquele que irá servir-se dela para sua pesquisa, seja utilizada por um outro historiador, tem a priori um status de fonte.” (1998: 249)

Ao mesmo tempo, os relatos não são numerosos e apenas permitem refletir sobre os sentidos da história oficial e das histórias de cada um. O objetivo não passa, necessariamente, por uma reconstituição fiel da história da cidade por parte da memória das pessoas comuns, também não pretende trabalhar com as representações como no ofício do historiador, mas busca identificar as percepções da história, e como seus sujeitos aí se inserem.

Os critérios de seleção das pessoas e a quantidade de entrevistas foram de duas ordens: uma referente à finalidade da pesquisa, outra, a critérios de ordem prática. Ambas basearam-se em conhecimento prévio da cidade e de alguns moradores e na leitura de documentação levantada anteriormente à pesquisa de campo. Segundo Durkheim, lembrado por Queiróz, “o inventário de fatos é algo de inesgotável, é sempre necessário efetuar cortes na realidade e, para tal, escolher critérios que, na quantidade infinita de dados, estabeleçam pontos de referência eficazes, permitindo balizar as observações” (DURKHEIM *apud* QUEIRÓZ, 1983: 57).

Certamente, muitos outros moradores poderiam fornecer dados sobre a cidade e suas histórias, e nessa ampliação de referências, eventualmente, as reflexões estabelecidas poderiam ter outros rumos, mas apesar da limitação, foi possível tecer ilações a partir de testemunhos vivos da cidade, possibilitando olhar o passado a partir de novos referenciais, além daqueles estabelecidos como parâmetros para a pesquisa, como também de outros trazidos à tona pelos diferentes personagens. Esse exercício pretende apenas ampliar a compreensão das relações existentes na cidade e, sobretudo, em que medida o turismo aí se insere.

As análises incluem a experiência do contato com os depoentes e aspectos das narrativas dificilmente passíveis de transcrição como expressões, contexto espacial de realização das entrevistas, ou as ‘falas do corpo’, repleto de recursos expressivos das idéias, e que oferecem outras conotações ao que é lido.

A idéia da narratividade explorada por Walter Benjamin² a partir da organização social comunitária presente no trabalho artesanal, característico da organização pré-capitalista do trabalho, e seu sentido de permitir a sedimentação de experiências no ‘tempo de contar’, implicou na reconsideração da capacidade narrativa dos personagens da pesquisa. A

2. Ver BENJAMIN, W. *O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov* in: BENJAMIN, W. (1994) **Magia e Técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. SP: Brasiliense.

partir de leituras sobre a importância da narração e de sua capacidade de fazer reviver experiências que mantém memórias comuns, a história contada passou a ter também outros significados, para além de “coleta de dados”, revelando sua capacidade de transmitir experiências frente a uma situação de desagregação de laços sociais (GAGNEBIN, 1994: 9). Valorizar os depoimentos em sua capacidade de manter certas memórias surge de uma preocupação que Jeanne Marie Gagnebin identifica em Benjamin: “o depauperamento da arte de contar parte (...) do declínio de uma tradição e de uma memória comuns, que garantiam a existência de uma experiência coletiva” (GAGNEBIN, 1994: 11).

Essa revisão sobre o teor da narração transformou as entrevistas realizadas e histórias contadas pelos moradores da cidade no desafio de entender o olhar lançado por aquelas pessoas sobre a história. Um exemplo foi tentar refletir sobre o que o tempo depositou nos mais velhos e a desagregação da vida individualizada, presente por vezes nos mais jovens, que desconhecem a história do lugar em que vivem e desejam sair dessa cidade onde não encontram respostas para suas aspirações.

É possível que se imagine a escolha dos entrevistados como arbitrária, caso se perceba este trabalho como uma tentativa de compor, por meio de depoimentos, lembranças e relatos, um cenário representativo das classes ou grupos sociais de Bananal. Os entrevistados poderiam ser outros, assim como os conteúdos das entrevistas realizadas poderiam também ser diferentes, se considerada a capacidade pessoal de cada um assimilar de maneiras diversas o ‘aporte exterior’, ao relacionar suas lembranças individuais com memórias de grupos, numa interpenetração entre memória coletiva e memória individual, selecionando lembranças ora pessoais, ora impessoais, de acordo com aquilo que querem fortalecer em seus relatos. Não há aqui uma análise dessas duas dimensões. Segundo Halbwachs, ainda que memória coletiva e memória individual se penetrem frequentemente, elas não se confundem. E se a memória do indivíduo, de alguma maneira, está no grupo, é possível partirmos de relatos individuais para um contexto mais amplo. Aliás, o limite das interferências coletivas nas lembranças individuais parece ser bastante tênue, já que “...de uma maneira ou de outra, cada grupo social empenha-se em manter uma semelhante persuasão junto a seus membros...”, e ainda que a diversidade de grupos com os quais as pessoas se relacionam permita certo ‘ecletismo’ de opiniões e intensidades diferentes de influências, “...a maioria das influências sociais nos passa despercebidas” (HALBWACHS, 1990: 46).

Assim, considera-se que a análise proposta aqui, a partir de opiniões, relatos, depoimentos e lembranças de alguns moradores de Bananal, de alguma maneira, permite reflexões mais abrangentes que não se limitam a essas pessoas, mas permitem uma abstração para além dos indivíduos em direção aos diversos grupos dos quais participam, como os moradores mais velhos, os mais jovens, o poder público ou as organizações da sociedade civil. O grupo pesquisado reúne pessoas que nasceram, vivem ou gostam da localidade, e têm alguma relação política ou familiar, ou bons amigos que os fazem sempre estar presentes em Bananal.

Tia Laurinha, nasceu em Bananal no dia 24 de novembro de 1910, onde então morava³ com uma amiga. Sempre gostou de fazer crochê, prática que ensinou para muitas mulheres da cidade e a fez precursora da produção de artesanato de crochê em barbante, que hoje circula dentro e fora da cidade. Sua amiga Margarida é bananalense como seus pais, e ótima doceira. Nasceu no dia 25 de janeiro de 1922 e mora com Tia Laurinha há 60 anos, desde quando era sua cozinheira. É solteira e não tem filhos nem parentes, apenas um irmão, que mora em um asilo em São Vicente. Dagmar, nascida em São Paulo em 25 de abril de 1940, morou no Alto do Belém e no Bixiga, depois de casada foi para Jacareí, e hoje mora em São José dos Campos. É artista plástica, cursou folclore pelo Museu do Folclore de São José dos Campos e ali presidiu o Centro de Estudos de Cultura Popular. Por ser filha do Capitão, primo de Laurinha, sempre passou férias e frequentou Bananal, desde criança. Irma nasceu no dia 9 de agosto de 1936 em Bananal, onde morou e trabalhou até 1985, quando mudou-se para São José dos Campos, ficando viúva três anos depois. É pedagoga e sempre trabalhou como professora primária, tanto em Bananal como em São José, onde mora. Gosta de dizer que conhece todas as roças de Bananal, pois trabalhou como professora na zona rural. Também lecionou no Grupo Escolar Nogueira Cobra e tem orgulho de ser filha de Carlos Cheminand, que apesar de não ter nascido em Bananal, atuou como jornalista num jornal criado por ele na cidade, além de ter dado nome ao Centro Cultural Carlos Cheminand, atual sede da prefeitura.

Lúcia e Wilton⁴ participaram das entrevistas e representam o poder público municipal. Lúcia Helena Náder Gonçalves nasceu no dia 26 de junho de 1959 em Bananal, onde sempre morou. Estudou Comunicação

3. Tia Laurinha faleceu entre o final da pesquisa e sua publicação.

4. Na ocasião das entrevistas, Wilton Néri ainda ocupava o cargo de Prefeito, e mantinha uma segunda residência em Bananal, e Lúcia Náder era funcionária pública que, apesar de licenciada da presidência do Comtur em função de sua candidatura a vereadora, era bastante atuante nas

Social em Barra Mansa, foi funcionária pública municipal e gosta de dizer que consegue estar com todos os segmentos da comunidade e já passou por quatro prefeitos. Já foi Secretária de Turismo Municipal e Presidente do COMTUR – Conselho Municipal de Turismo. Wilton Néri então prefeito da cidade, nasceu em Barra Mansa em 12 de agosto de 1962, onde sempre morou com sua esposa e dois filhos. É médico cardiologista formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e chegou a Bananal em 1980, para um estágio na Santa Casa de Misericórdia, quando cursava o quarto ano de Medicina.

Entre os moradores mais jovens, foram entrevistados Joaquim, nascido em Bananal em 2 de dezembro de 1982 e membro de uma das famílias mais tradicionais de Bananal, os Vallim. Estudou e morou em Volta Redonda, em 1996, depois em Caraguatatuba e em 2003 voltou a morar em Bananal, porque diz que sentia falta da cidade, e foi candidato a vereador. Coursou até o ensino médio em Bananal e Volta Redonda e iniciou curso de Direito em Barra Mansa, mas não estuda atualmente, apenas trabalha como policial florestal. Daniela terminou o ensino médio em Bananal, onde nasceu, em 19 de outubro de 1979, e sempre morou. Ingressou num curso de Processamento de Dados em Barra Mansa, mas parou e pretende voltar à faculdade, agora para estudar Letras e ensinar Literatura na escola. Diz que mudou de opção por influência da mãe. Quando participou da pesquisa, trabalhava sem remuneração como monitora de turismo, mas prestou concurso público municipal para escriturária, passou, e trabalha na seção de faturamento da Unidade Básica de Saúde do município. Pedro, então com 17 anos, nasceu em Bananal, onde sempre morou e estudou. Terminou o ensino médio recentemente, se queixa da falta de opções de trabalho e estudo em Bananal e diz que mesmo as faculdades e cursos técnicos de Barra Mansa não são muito bons. Até que surja outra opção, trabalha, sem remuneração, como monitor de turismo na cidade e espera oportunidade para cursar uma faculdade. Esses jovens foram entrevistados em grupo, e, na ocasião da entrevista, participavam de uma equipe de monitores recém-formada, para orientar os turistas na cidade e na Serra da Bocaina, mas que, atualmente, trabalha de acordo com a demanda de turistas, não constituindo mais uma equipe fixa.

Lulu nasceu em 26 de agosto de 1938 em Bananal, onde viveu e trabalhou ao lado do pai no armazém, até seu casamento, quando foi para Barra

questões de rotina da atividade turística, tais como recepcionar funcionários do Instituto Florestal, coordenar as atividades dos monitores, entre outras ações.

Mansa. Lá continuou com comércio de armazéns e morou por 42 anos. Depois de aposentado, há três anos, voltou a morar em Bananal, na rua Manoel de Aguiar Vallim, com seus dois filhos e a esposa, e na ocasião da pesquisa presidia a Comissão Pró-Reforma. As informações fornecidas por Lulu permitiram identificar o grau de pertencimento que a comunidade tem com alguns componentes do patrimônio histórico local, uma vez que coordena uma comissão totalmente mantida por recursos provenientes de festas beneficentes, bingos, doações, bazares e outras formas de arrecadar fundos para a reforma de um importante imóvel da cidade, organizadas e frequentadas majoritariamente pela própria população local. Apesar do 'apoio' da prefeitura, os recursos necessários para a reforma não são bancados pelo poder público, embora o imóvel seja tombado legalmente pelo CONDEPHAAT. A entrevista com Lulu também revelou aspectos relativos à organização da população, ao menos no que se refere ao seu relacionamento com a história, entre eles mesmos e também com o poder público, já que a criação da comissão envolveu compromissos entre diversos segmentos da comunidade, e representa a sociedade civil organizada.

Plínio Graça nasceu em Bananal em 1924. Seu bisavô veio de Portugal, seu avô era fazendeiro de café e seu pai, também nascido em Bananal, herdou duas fazendas da família, a Cachoeira e a São Francisco, vendidas em 1922, ano em que comprou a Pharmácia Popular, fundada em 1830 e herdada por Plínio, que a mantém funcionando até hoje. Sua 'Pharmácia' é também motivo de interesse dos turistas, em função das relíquias como vidros de remédio com rótulos em ouro, balanças para medicamentos, caixas registradoras, além da própria edificação, piso, balcões e tudo o que faz questão de conservar e apresentar aos visitantes.

Luiz nasceu no dia 10 de outubro de 1938, na Fazenda Boa Vista, Bananal, onde morou até os 14 anos. Depois, foi para Lorena, Taubaté e São Paulo, onde morou e trabalhou como comerciante até 1989, quando um enfarte e uma cirurgia no coração, o fizeram voltar com seu filho para Bananal, onde mora atualmente. É frequentador assíduo da câmara dos vereadores, sempre 'brigando', como gosta de dizer, por melhorias na cidade. É filho de Dona Maria José, viúva, nascida no dia 15 de junho de 1914, em Minas Gerais. Veio para a Fazenda Boa Vista, já sem plantações de café e recém comprada por seu pai, um pecuarista de Minas. Hoje a fazenda é uma das mais procuradas pelos turistas e produtores de no-velas, interessados em aproveitar o cenário local. Josefa nunca morou na área urbana de Bananal, sempre em fazendas. Assim como o filho, foi em 1954 para Taubaté e, em 1958, para São Paulo, onde mora até hoje,

mas sempre que possível visita Bananal, lugar de que sempre gostou e de onde traz suas melhores recordações.

Vítor tem 28 anos, trabalha na escola de Bananal e cursa história na Universidade de Barra Mansa. Tem uma visão mais pessimista da cidade, para ele, Bananal vive o problema da droga, pois sendo uma cidade que “não tem nada para se fazer”, faltam perspectivas. Sua paixão é a psicologia, mas como não tem condições para concretizar este sonho, aceita fazer um dos cursos da Universidade de Barra Mansa, conveniada à prefeitura de Bananal.

Valdecir tem 42 anos e presta serviços gerais na cidade. Para ele, Bananal é boa por causa da tranquilidade, onde se poder “dormir com a janela aberta”. Lamenta apenas pela falta de empregos que afeta sempre mais os jovens.

Entre os negros, foram três os entrevistados. Manoel, 64 anos, nascido na Fazenda Bela Vista em Bananal. Seus pais também eram bananalenses, o pai, nascido em 1901 e a mãe em 1907. Seu Manoel chegou a tocar tuba na banda da cidade, mas lamenta não ter conseguido mais “guardar as músicas na cabeça”. Francisco, 74 anos, também nascido em Bananal, no Sítio Santa Rita, sempre trabalhou na lavoura. Seus pais nasceram em Bananal e também moraram no sítio onde ele nasceu. Aposta que teve algum parente escravo, mas não conhece bem essa história, aliás, sobre o tempo do café, seu Francisco acredita que “só quem leu no livro é que sabe contar”. Paulo tem 61 anos e é aposentado. Veio para Bananal em 1950 e desde então escuta que a cidade foi entreposto de escravos. Sente não ser visitado por sua irmã, que se nega a entrar numa cidade onde tenha havido tanta violência com o negro. Paulo é amigo de Valdecir e Vítor, e sempre se reúnem na praça da cidade para conversar, dividir os problemas e relembrar histórias.

Na escolha dos interlocutores, houve a preocupação de contemplar depoimentos de diferentes gerações, para que fosse possível comparar memórias decorrentes da história ‘vivida’ ou ‘herdada’, não à procura de uma análise geracional, mas em busca de dados que pudessem revelar o nível de inserção social dessas pessoas na história, suas respectivas noções de pertencimento e participação na construção das identidades, como aporte no entendimento dos elementos envolvidos no turismo.

Algumas entrevistas foram realizadas em grupo, o que permitiu uma rica complementação às discussões. A reunião dos participantes não foi previamente organizada e foram várias as ocasiões em que tal agregação espontânea foi aproveitada no trabalho. Em todos os casos, a recep-

tividade dos moradores permitiu que os depoimentos fossem dados em locais familiares, além de revelar aspectos de uma agradável hospitalidade, rara nas relações entre anfitriões e visitantes comercialmente estabelecidas, em muitos destinos turísticos. Na sala de estar, nas ruas, dentro de casarões históricos ou ao lado do coreto, na praça da cidade, lugar tão representativo da sociabilidade na “cidade do interior”, ouvi depoimentos de variados matizes que ajudaram a compor um amplo quadro de representações de Bananal.

II – Bananal: um breve encontro com suas histórias

A região do Vale do Paraíba formou-se a partir de Mogi das Cruzes, terra desbravada por volta de 1611, quando se inicia o povoamento nessa área, tendo, a partir de 1645, a vila de São Francisco de Chagas de Taubaté como primeiro núcleo urbano.

Devido à necessidade do transporte terrestre do quinto do ouro das Gerais, além de uma vasta produção de subsistência para abastecer povoados formados a partir de movimentos religiosos e ação bandeirante, a contiguidade às terras de mineração fez do Vale uma área de abastecimento das Minas Gerais, com grande aumento demográfico.

De 1630 a 1775, o Vale do Paraíba sustentou-se graças à circulação dos tropeiros, com a lavoura e a criação de porcos, havendo troca e venda de produtos entre esses comerciantes. Este é conhecido como o Primeiro Período do Vale, o 'ciclo da economia de subsistência', à época baseada na pequena propriedade e no pouco uso de mão-de-obra escrava. O segundo período foi denominado 'ciclo dos engenhos', de 1775 a 1800 e início do século XIX. É o café que passa a definir o perfil da região, com entrada maciça de escravos africanos e também de imigrantes. Inicialmente, os investimentos eram em escravos para aumentar a produção e, a partir de 1835, quando se inicia o período de maior prosperidade, surgem novas formas de ostentar e gerar riqueza para além dos cafezais, e que caracterizarão o fazendeiro-capitalista.

As dificuldades de acesso às Minas, por mar, de Parati ao Rio de Janeiro, com o receio da ação de piratas ou por terra, com a transposição da Mantiqueira, deram origem a novos caminhos entre o Rio de Janeiro e as Minas. O primeiro, chamado 'caminho novo da cidade do Rio de Janeiro para as Minas', logo apelidado de caminho velho, acarretou desvantagens para o Vale, já que desviava o fluxo das Minas diretamente para

o Rio de Janeiro. O segundo, chamado 'caminho novo da Piedade', fazia a ligação entre São Paulo e Rio de Janeiro e foi consequência da descoberta de ouro em Cuiabá e Goiás e de um mercado regular de gado proveniente do Rio Grande do Sul, em direção às Minas.

A partir de 1725, sobre a primitiva trilha dos guaianases – Parati, Cunha, Guaratinguetá -, planejou-se a abertura desse segundo caminho, que veio a ser concluído após 52 anos, em 1778, denominado Caminho Novo, entre Piedade e Rio de Janeiro, e foi no seu processo de abertura que se deu o encontro com os índios Puris e o surgimento de Bananal.

Uma passagem do relato de viagem do naturalista alemão Von Martius, em sua estada em Areias, cidade próxima a Bananal, em 1817, ilustra um pouco esse processo de infiltração do piraquara – habitante das margens do Paraíba do Sul – e do sertanejo, afugentando os indígenas remanescentes, ao referir-se a um aldeamento Puri em Queluz

Na vizinhança de Areias acha-se, ainda atualmente, uma insignificante aldeia de índios, resto de numerosas tribos que, antes dos paulistas se apossarem da Serra do Mar, habitavam em toda extensão da mata, nesta montanha; esses índios, agora em parte exterminados, ou misturados com colonos. Eles se destacam, também, pela indolência e a quase invencível obstinação de seus antepassados, mantendo poucas relações com os colonos, cujas roças e gado têm que sofrer as depredações desses maus vizinhos. (MARTIUS, 1938: 40)

Núcleos de ocupação também no topo da Serra da Bocaina datam do século XVIII, associados à passagem das tropas de carregamento do ouro vindo das Minas Gerais, que passavam pelo Vale do Paraíba até os portos de Paraty e Angra dos Reis. A partir do tráfico de ouro, alguns locais de 'pouso' foram sendo ocupados e, por esses mesmos caminhos, eram traficados escravos, que compunham a mão-de-obra da mineração no interior do país.

De acordo com uma carta de sesmaria datada de 5 de julho de 1778, endereçada a Martim Lopes Lobo de Saldanha e por ele firmada, Manoel da Silva Reis, Capitão-Mór de Guaratinguetá, ordenava a abertura do tal Caminho Novo rompendo a Serra da Bocaina e consignando também vários lotes a pessoas que trabalhavam na região.

Segundo o documento que concede as sesmarias,

Verificou-se o início da abertura do Caminho Novo, que mais tarde recebeu o nome de Estrada do Imperador, porque por ele passara Pedro I em demanda de São Paulo, onde proclamara a Independência do Brasil e regressou como imperador. O monarca pernoitara na fazenda 'Três Barras' de propriedade de Hilário Nogueira a quem visitara no seu quarto de enfermo (...). Foi o caminho Novo que (...) deu surgimento a Bananal... (RAMOS, 1978: 33)

A origem oficial de Bananal é relatada a partir da construção de uma capela, no ano de 1783, erguida por João Barbosa de Camargo e Maria Ribeiro de Jesus, em homenagem ao Senhor Bom Jesus do Livramento. Foi elevada a Freguesia em 1811, a Vila em 1832 e, crescendo em riqueza e população, a cidade em 3 de abril de 1849.

Apesar do declínio da atividade mineradora e do novo vigor da agricultura colonial brasileira com a produção açucareira, a região do Vale do Paraíba encontrou sua vocação no cultivo de café, embora Guaratinguetá tenha sido importante centro de cultura canavieira no Vale (MOTTA, 1999:46). Em Bananal, há registros de plantação de café mesmo antes do início da formação do povoado, provenientes de uma fazenda denominada Bahia (MOTTA SOBRINHO *apud* MOTTA, 1999:48). De qualquer maneira, o fato é que, a partir do final do século XVIII, instala-se definitivamente a lavoura de café em Bananal. No início do século XIX, são variados os registros de vastas plantações, incluindo-se os relatos de viagem de Saint-Hilaire, que além de perceber o cultivo do café, não deixou de notar traços da fortuna que dali se originariam.

A três quartos de légua do rancho onde passamos a última noite alcançamos a Aldeia do Bananal, sede da paróquia. Esta vila fica situada num vale bem largo entre morros cobertos de mata e compõe-se de uma única rua. Pareceu-me de fundação recente, mas é provável que adquira logo importância, pois se acha no meio de uma região onde se cultiva muito café e cujos habitantes, por conseguinte, possuem rendas consideráveis. (SAINT-HILAIRE *apud* MOTTA, 1999:51)

Debret, pintor integrante da missão francesa chegada ao Brasil em 1816, também registrou Bananal, estampando em sua gravura, datada da terceira década de 1800, uma capela e a passagem do Príncipe D. Pedro, que percorreu Bananal numa comitiva aportada na Fazenda Três Barras.

Com o aparecimento do café os “pousos” transformavam-se em “ranchos”, enquanto aumentavam os fluxos de produtos entre as fazendas cafeeiras e os portos do litoral sul do Rio de Janeiro.

Por volta de 1835, inicia-se a fase de maior riqueza de Bananal, que se prolonga até os anos 70 do século XIX, e que pelo fortalecimento com a província do Rio de Janeiro, por onde escoava a produção cafeeira, levou a se cogitar a incorporação de Bananal a essa província, sem sucesso, pois seu valor para São Paulo já era incontestável.

A partir da metade do século XIX, a riqueza da cidade passa a refletir-se na sua renda (em 1864, Bananal era considerada a maior da província de São Paulo, inclusive maior que a própria capital) e na relação de bens, títulos e moedas nacionais e estrangeiras.

Segundo relatos de Emílio Augusto Zaluar, em viagem realizada no ano de 1860, são bastante enaltecidas as construções, tanto o casario da área urbana quanto as fazendas na área rural. Não são simples descrições, mas relatos bastante ricos de uma arquitetura refinada, luxo e riqueza, compatíveis aos “palácios da capital”. Além disso, menciona a riqueza advinda das exportações de café e dos nobilitados “Barões”.

A história das fazendas, aliás, são capítulos à parte. A Fazenda Três Barras, cuja origem não se conhece exatamente, em 1813, já pertencia ao capitão Hilário Gomes Nogueira, pois nesse ano casou-se na Fazenda sua filha Placidina Carolina com Antonio Barbosa, testemunhado pelo Marquês de Alegreste, Capitão General da Capitania de São Paulo, Luis Teles da Silva e o Tenente Coronel José Xavier de Toledo. A Fazenda Três Barras já era importante naquela época, fato confirmado pela escolha do Príncipe D. Pedro desse local para pouso em sua viagem a São Paulo, em 1822 (RODRIGUES, 1980: 174).

Corporiza-se à comitiva do príncipe até o Ipiranga o pessoal da Fazenda Olaria, em São João do Príncipe, também de propriedade do Capitão, que faleceu em 1822, poucos dias antes da proclamação da Independência. Em 1838, essa fazenda pertencia ao filho “Baú”, Capitão Antonio Barbosa da Silva, e foi posteriormente adquirida por Manoel de Aguiar Vallim e incorporada ao Resgate.

Em 1891, A Fazenda Três Barras foi vendida, junto a outras propriedades, ao empresário Domingos Moitinho e seu filho, Fernando Moitinho, que ali instalou uma próspera indústria de laticínios e casou-se com Laura Porto Moitinho. Após o falecimento de Fernando, Laura, viúva, passou a administrar as Fazendas Três Barras, Resgate e Estrada de Ferro de Bananal, vendendo-as em 1918 a Pedro Velleda.

O inventário do Comendador Aguiar Vallim descreve a Três Barras com 229 alqueires de terra, 103 escravos e 218.000 pés de café. Hoje transformada em Hotel Fazenda, mantém certas características originais como algum mobiliário e o aposento utilizado por D. Pedro e Juscelino Kubitschek, quando presidente, numa visita a Bananal.

Um exemplo desse passado já inexistente foi a Estação de Três Barras, aberta em 1888 e desativada em 1964. Seu prédio foi demolido e na área encontram-se algumas casas abandonadas e os restos do antigo laticínio.

A Fazenda Boa Vista origina-se na Sesmaria do Caminho Novo, doada a Manoel Antonio de Sá Carvalho, natural de São Luiz do Paraitinga, nascido em 1723. O sucessor de Sá de Carvalho foi Antonio Rodrigues Pinto. Sua filha, Ana Maria, casou-se com Luiz José de Almeida e recebeu a Fazenda como herança, dando-lhe impulso com a produção de anil e açúcar.

Porém, foi Luciano José de Almeida, filho de Luis José e Ana Maria, nascido em 1796, na sede da Fazenda, quem a converteu em uma das mais opulentas da região, como maior produtora de café. Juntamente com a Luanda, de Pedro Ramos Nogueira, anexada mais tarde à Boa Vista, foi berço dos Almeida do Bananal que depois, segundo Píndaro de Carvalho (RODRIGUES, 1980: 170), se irradiaram para outros locais da Província de Minas Gerais e do Rio de Janeiro.

Em 1842, Luciano José de Almeida hospedou o Barão de Caxias, comandante das tropas da Corte, destacadas para o combate dos rebeldes liberais de Silveiras. Prestou-lhe total assistência, reabastecendo as tropas e fornecendo animais de carga, gesto retribuído pelo Governo Imperial, que conferiu-lhe a Comenda de Cristo. Com o falecimento do Comendador Luciano José de Almeida, herdou a Fazenda Dona Maria Joaquina Sampaio de Almeida, conhecida como a matriarca, que assumiu a direção da Boa Vista e de outras propriedades da família.

A matriarca ampliou as lavouras de café e aumentou o número de escravos, multiplicando o patrimônio. A fazenda chegou a possuir até uma farmácia própria e padre capelão residente. Por ocasião do falecimento de Dona Maria Joaquina, em 1882, a fazenda contava com 352.000 pés de café, 287 escravos e 323 alqueires de terra.

Herdada por Alexandrina, esposa do Comendador José de Aguiar Vallim, foi vendida ao diplomata Plínio de Oliveira, passando a seus filhos Luiz e Eugênio Torres de Oliveira, que a venderam ao Dr. Aurélio Pires do Albuquerque. Em 1913, pertenceu ao francês Emile Levy, voltando, em 1930, a ser propriedade da família Pires.

Mas é a Fazenda Resgate, adquirida em 1833 por José de Aguiar Toledo, pai de Manoel Aguiar Vallim e pioneiro na plantação de café na região que, segundo estudos de Eduardo Schnoor, tem o ideal aristocrático melhor representado em Bananal. Sua casa de inspiração portuguesa data dos princípios do século XIX, ganhou traços neoclássicos em reforma de 1855, enquadrando-se na nova concepção de espaço “moderno” do século XIX. A ordem de seus cômodos, as descrições de seu mobiliário, a prataria e a organização do espaço doméstico senhorial de acordo com a sociedade escravocrata fazem do Resgate, “local privilegiado da representação social do seu proprietário” e da “influência do viver europeu” (SCHNOOR, 1995: 48-54).

Na memória de um dos netos do Comendador, quando havia festas, o cotidiano da fazenda se alterava. Por ser distante da cidade, elas duravam vários dias, tornando-se as tulas ‘repúblicas’ para os convidados. Além de bailes e banquetes, dedicavam-se a folguedos tipicamente campestres, como corridas de cavalos,

caçadas etc. Os cativos ganhavam novas roupas e dançavam o jongo e o caxambu. Os caipiras se entretinham com o cateretê e a viola (SCHNOOR, 1995: 55).

O Comendador Vallim falece em 1878 e, mesmo investindo em benfeitorias, ramais ferroviários e buscando modernizações sob administração de sua esposa, Domiciana Maria de Almeida Vallim, a propriedade entra em decadência poucos anos após o falecimento do Comendador. Hoje restaurada, a vivenda guarda pinturas e traços que lembram seu auge.

Bananal configurou também importante centro político e administrativo, onde cargos importantes foram ocupados por proprietários de terra e de escravos. Esse poderio passou a ser evidenciado em construções requintadas também na cidade, com muitas construções neoclássicas com alto padrão de refinamento e simetria.

Aliás, a transfiguração do senhor em cidadão como a passagem dos barões, seus filhos e netos constituindo sua 'célula' de poder para as posições políticas, é uma boa representação do que Walnice Nogueira Galvão (1986) analisa na passagem da colônia para país independente, cuja criação de um quadro formal de instituições para o exercício eleitoral-representativo do poder político permitiu à *aristocracia rural* entrar intacta nesse quadro. Não houve alteração no sistema de poder efetivo, houve apenas um ajustamento dele aos quadros formais então criados (GALVÃO: 1986: 44).

A riqueza gerada nessa região foi tanta que, dos poucos viajantes que iam do Brasil à Europa, muitos eram parte da elite cafeeira do Vale, que viajavam para formação acadêmica em diversas áreas. Assim foi gerada uma nova "*aristocracia*" no Vale do Paraíba.

Eduardo Schnoor, no estudo sobre o complexo cafeeiro do Resgate cuja casa sede da fazenda encontra-se ainda hoje bem preservada, apresenta detalhadamente a riqueza do seu mobiliário, das louças e dos costumes e de como passou a ser a 'cabeça' aquele império cafeeiro. Em um trecho da descrição que faz da rotina do Resgate, Schnoor oferece elementos bastante ilustrativos do 'viver europeu' criado pela elite do Vale.

A prataria segue também as novas necessidades. A influência do viver europeu se reflete nesses bens: o chá na fazenda de café passa a ter lugar (...). A representação do senhor rural passa pela fidalguia de receber seus convidados. As bebidas acompanhavam a tendência de ser a Corte, na Província. Para o cotidiano, duas dúzias de copos de pé, para água. Para a intimidade do proprietário, 8 copos de conhaque e, para receber seus convidados, oferecem-se champagne e vinho, respectivamente, em cinco dúzias e meia de cálices para cada bebida. Para os doces, seis compoteiras de cristal e, para os vinhos, seis garrafas também de cristal (SCHNOOR, 1995: 48).

Nesse sentido, revisitar o trabalho de Sérgio Buarque é esclarecedor quando ele diz que

Por estranho que pareça, a própria ânsia exibicionista dos brasões, a profusão de nobiliários e livros de linhagem constituem, em verdade, uma das faces da incoercível tendência para o nivelamento das classes, que ainda tomam por medida certos padrões de prestígio social longamente estabelecidos e estereotipados. A presunção da fidalguia é requerida por costumes ancestrais que, em substância, já não respondem a condições do tempo, embora persistam suas exterioridades (HOLANDA, 1995: 37).

São muitos os exemplos de ostentação, inclusive nos lazeres. A elite se divertia com a cavalhada de origem portuguesa, popularizada no Brasil entre os séculos XVII e XIX, e que marcou presença em Bananal. Os cavaleiros podiam dar mostras de suas habilidades e fortalecer o imaginário do ideal aristocrático, uma verdadeira representação social.

Entre as safras de 1837 e 1840, a produção duplicara, sendo que a província do Rio participava com 90% da exportação brasileira de café, quando praticamente sustentava o Império (1822-1889). O prestígio desses produtores era externado por meio dos títulos de barões, viscondes, condes e marqueses, concedidos por D. Pedro II.

Bananal foi a maior produtora de café da província de São Paulo em 1854, concorrendo com maior soma de impostos e alicerçando as finanças da Província e do Estado Imperial. Os fazendeiros de Bananal possuíam vultosos depósitos em bancos londrinos, avalizavam títulos da Coroa e facilitavam a obtenção de empréstimos.

A riqueza vislumbrada a partir daí fez os fazendeiros substituírem as demais culturas e ocuparem toda a paisagem com o café, reduzindo a produtividade do solo, já que a técnica adotada para o plantio não garantiria a utilização do solo fértil, por mais de 20 anos.

O enfraquecimento do solo e o gradativo declínio da produção cafeeira, juntamente com a negligência dos proprietários rurais que continuaram a demonstrar seu status na constante ostentação e opulência, desembocaram numa inevitável e profunda decadência.

A manutenção dos espaços de representação social criados por essa elite passa a ser incompatível com a situação do Vale, na segunda metade do século XIX. Como explica Eduardo Schnoor

...no Velho Vale os escravos não somente plantariam e colheriam: também iriam servir à mesa, cuidar dos cavalos e de seus amos e tocar música para seus convidados, em ocasiões festivas. No Brasil, assim o fariam não necessariamente em busca de legitimar uma ordem escravista, mas, antes, em busca de um ideal

aristocrático de modernidade. O crescimento do número de escravos 'de dentro', nas fazendas cafeeiras, exatamente a partir da segunda metade do século XIX, quando o número de cativos diminuía em função da extinção do tráfico, evidencia que, mais do que um produto óbvio do escravismo, este crescimento esteve ligado à construção de uma gramática de representação social que, contraditoriamente, se alicerçava no escravo, no momento mesmo em que a ordem escravocrata entrava em crise (SCHNOOR, 1995: 38).

Uma banda de música de propriedade de Luis Antonio de Almeida, formada por escravos e especializada na execução de óperas européias, ilustra ainda mais a tentativa de Bananal, neste período, ser moderna e, concomitantemente, escravocrata.

Ana Maria Essus, num estudo de resgate de memórias de algumas famílias de Bananal, resume a trajetória da elite valeparaibana:

...a formação da tradicional elite do Vale do Paraíba, cultivada pela riqueza do café e do tráfico de escravos e alimentada pela mão de obra escrava, tinha um circuito definido que se iniciava na própria região, com preceptores estrangeiros, desenvolvia-se na Corte ou na cidade de São Paulo, aprimorava-se no contato com o exterior e profissionalizava-se na política para a defesa da ordem e dos interesses da região. Esta mesma elite comporia uma imagística própria, repleta de signos de distinção social que a fizessem ser reconhecida com ideais cosmopolitas, em nada provincianos, e, ao mesmo tempo que assumia a representação da ordem, o grupo, no poder, garantiria a manutenção das tradições (ESSUS, 1995: 121).

Diante de relatos e histórias recheadas de adjetivos, de riqueza e de costumes nobres presentes nos palacetes e vivendas das grandes fazendas cafeeiras, sobretudo oriundos de autores saudosistas e relacionados às famílias da elite cafeeira do Vale, Bananal chega a parecer uma cidade cortesã, quando na realidade era escravocrata. Como outras cidades ricas do Vale, Bananal constituiu fortuna com o escravo, ou seja, sobre bases bastante violentas, escamoteadas por detrás da magnífica vida dos nobres e de seus costumes, sempre à frente da história da cidade.

O café agiu como legitimador de riquezas oriundas de uma atividade nada nobre que foi o comércio de escravos. As riquezas do Vale do Paraíba têm sido pesquisadas por economistas e historiadores que têm encontrado dados incontestes sobre a constituição daquelas riquezas baseada no comércio de escravos, e não exclusivamente no café, embora seja mito constituído não só no Vale do Paraíba como também no oeste paulista.

Sheila Siqueira Faria, em um estudo sobre as fortunas das famílias de Bananal no século XIX, identifica origens duvidosas de algumas fortunas

bananalenses. Segundo a pesquisadora, “estudos comprovam que enriquecer muito pela própria atividade agrária, no mundo escravista, era praticamente impossível. Verifica-se, inclusive, que as mais bem sucedidas unidades agrárias escravistas, não só açucareiras como cafeicultoras, tiveram origem no capital mercantil” (FARIA, 1995: 72).

Faria relaciona algumas atividades que explicam o aumento tão expressivo de algumas fortunas. Casamentos com dotes, recebimento de herança, participação em empreendimentos comerciais e, sobretudo, o empréstimo a juros, numa cadeia de endividamentos entre mercadores e produtores, que favorecia muito o acúmulo de capital. Mas a modalidade mais perversa, e que parece mais ter contribuído para o crescimento das fortunas, foi o comércio de escravos. Mesmo após a abolição do tráfico atlântico de escravos, há registro de um grande carregamento de negros africanos desembarcado em Angra dos Reis, com o envolvimento de Manoel de Aguiar Vallim e Joaquim de Souza Breves, dois grandes fazendeiros de Bananal¹. Para a pesquisadora que analisou tais registros, esse evento pode ser uma ‘pista’ dessa outra atividade bastante rentável. Chamados de fazendeiros-capitalistas, os nobres barões, por meio da usura em momentos de crise, aprofundavam desigualdades, concentravam riqueza e multiplicavam suas fortunas.

José Flavio Motta, num estudo minucioso sobre a posse de cativos e família escrava em Bananal no início do século XIX, apresenta dados que demonstram os cálculos para atingir as composições ideais de plantéis considerando sexo e faixa etária dos escravos, de maneira a garantir as melhores cifras, a despeito de inviabilizar a estabilidade de famílias escravas em muitos momentos, já que seus membros tinham valores diferentes dependendo da utilidade e, portanto, podiam ser separados a qualquer momento; outras vezes impossibilitando enlances matrimoniais, dada a escassez de escravas mulheres. Os dados apresentados por esse pesquisador em seu estudo corroboram o fato de a riqueza de Bananal não ter sido construída apenas sobre os cafezais, mas, sobretudo, às custas de uma cidade negra.

O fato de o café agir como higienizador da fortuna construída a partir de relações tão brutais com a espécie humana não impede que esse passado ainda pulse de alguma maneira nas relações que a população estabelece com sua história e com a qual é inevitável lidar, quando se

1. Para mais detalhes sobre o caso, v. ABREU, Martha. *O Caso do Bracuhy*. In: CASTRO e SCHNOOR, **Resgate: uma janela para o oitocentos**. RJ: Topbooks, 1995.

trata de recuperá-la através do turismo. Enquanto atividade que se apropria das reminiscências históricas da cidade, se por um lado o turismo pode se mostrar como aprofundador dos abismos entre uma parte da população que ainda hoje tenta “reaver” seu capital simbólico que paira nos casarões e outra que não se identifica com o patrimônio e assume uma postura de indiferença e descaso, por outro lado, pode ajudar a ‘devolver’ à população um patrimônio que é seu por direito, já que foi constituído com base na espoliação do trabalho dos que ficaram na cidade, dos escravos e de seus descendentes. O que sumiu da cidade foi a elite com seu dinheiro, os demais ficaram para viver a pobreza das *idades mortas* de Monteiro Lobato.

Conforme aponta Motta (1999: 59), Sérgio Miliet relaciona as dificuldades pelas quais passam a viver os cafezais, a partir dos anos 70 do século XIX, à abolição da escravatura, crises financeiras e superprodução do período, além do desenvolvimento do café em áreas mais férteis, quando ele passa a marchar para o oeste paulista. Além desses dados, passa-se a verificar a ação da erosão, e consequente diminuição da produtividade das terras do Vale do Paraíba.

Um dado que demonstra a situação de decadência que passa a assolar os fazendeiros é que em 1883, 1.032 fazendas de café encontravam-se hipotecadas, em oposição à situação de expansão das fazendas com base em capital próprio vividas até então. (MOTTA, 1999: 61)

Monteiro Lobato, residente em Areias por algum tempo, soube traduzir com perfeição a penúria que começou a assolar Bananal e demais cidades do que se chama hoje Vale Histórico. Descreveu-as como “cidades moribundas que arrastam um viver decrépito, gasto em chorar na mesquitez de hoje as saudosas grandezas de dantes” (LOBATO: 1995: 22). Dos férteis mares de morro, só sobrou desolação, “Léguas a fio se sucedem de morraria áspera, onde reinam soberanos a saúva e seus aliados, o sapé e a samambaia. Por ela passou o café, como um Átila. Toda seiva foi bebida, sob forma de grão, ensacada e mandada para fora” (LOBATO, 1995:23).

O declínio se inicia a partir de 1870, embora existam registros do plantio de café até o início do século XX. O caráter predatório do cultivo de café na região do Vale do Paraíba esgotou o solo e, com a dificuldade na aquisição de mão-de-obra escrava após 1850, quando se deu o rompimento do tráfico, a decadência instala-se definitivamente. Esse processo é a desestruturação do alicerce do segundo reinado, baseado no sistema escravocrata e na exportação desse produto à metrópole. Culminando com a abolição da escravatura e com a concorrência do

café no Oeste Paulista, o médio Vale do Paraíba presenciava o abandono da lavoura cafeeira, com consequente esvaziamento populacional. A policultura implantou-se nas suas terras mais cansadas e o sitiante livre instalou-se no lugar do escravo. “Estamos em cheio na zona morta, que o café desbravou, povoou, enriqueceu e abandonou antes que criasse raízes o progresso” (MILLIET, 1939, p. 40).

É bastante marcante a importância dada à economia cafeeira na história do que se convencionou como progresso no país, sobretudo, no Estado de São Paulo. Progresso que pode ser discutido, tanto em função das transformações promovidas na província de São Paulo, nem sempre em favor da coletividade, quanto sobre as bases humanas que sustentaram tamanha riqueza vista no Vale e em Bananal, uma cidade tão rica quanto opressora.

As vias férreas passam a ser implantadas, a partir de 1870, e 13 anos depois é inaugurada a estação de Rialto, a primeira da Estrada de Ferro Ramal Bananalense, iniciada pelo trecho Saudade - Rialto. Depois do desaparecimento do escravo, os serviços para estender as linhas férreas diminuíram, retomados posteriormente sob responsabilidade do Comendador José de Aguiar Vallim e de Dona Domiciana Maria de Almeida Vallim. O ritmo da cidade muda definitivamente a partir de 1889, quando a estrada de ferro do Bananal é inaugurada, juntamente com a chegada da locomotiva.

A feição da cidade permaneceu praticamente inalterada até 1928, quando um leve crescimento acontece em função da abertura de uma rodovia ligando Rio de Janeiro a São Paulo, com base no Caminho Novo da Piedade, em 28 de maio daquele ano.

Relatos de Tia Laurinha e Dagmar retratam um pouco desse momento. Para Laurinha,

...foram 3 épocas: a do café, a Rio-São Paulo, depois acabou a Rio-São Paulo, veio a Dutra, foram 3 épocas, depois veio a Bocaina, o artesanato. A Rio-São Paulo movimentou muito, porque passava todo mundo por aqui. Não era como a Dutra, né. (...) O Washington Luiz veio inaugurar. Eu me lembro da Rio-São Paulo, papai era prefeito e o Washington Luiz era governador de São Paulo...

Dagmar completa: “...era muito barro, os caminhões que passavam muitas vezes ficavam por aí atolados...”. Entretanto, é a construção da Rodovia Presidente Dutra que muda o rumo do desenvolvimento e das demais cidades do fundo do Vale. Enquanto algumas cidades cresceram consideravelmente em função dessa nova via, cidades como Bananal, à margem do “desenvolvimento” e fora do eixo da Dutra, caem no esquecimento.

Plínio Graça, herdeiro da Pharmácia Popular, a farmácia mais antiga do Brasil ainda em funcionamento e também colaborador na pesquisa, confirma esse momento da cidade em um trecho de seu depoimento:

...Bananal começou a crescer depois de um tempo quando Washington Luis abriu a Rio-SP em 1928 e então os carros passavam aqui em frente à Farmácia. Foram arrancadas as pedras e então começou a aumentar o movimento aqui na cidade, começou a crescer, aí veio o governo Dutra em 51 e abriu a Dutra, e Bananal parou no tempo novamente...

Durante o auge do café, a vida urbana eclodiu. Depois dessa fase, o declínio fez com que se aproveitasse o solo com pastagem, instalando-se ali o gado, especialmente o leiteiro. Essa nova cultura despendia menos mão-de-obra, porém, menos rentável, fez com que diminuísse tanto a vida no campo quanto o crescimento dos centros urbanos.

Para prosseguir o ritmo de desenvolvimento na região, surgem as indústrias, favorecidas pela posição – entre São Paulo e Rio de Janeiro –, mão-de-obra barata e abundante, estradas de ferro já existentes e investimento de capital.

Desde então, a região não parou de crescer, embora em níveis diferentes entre seus vários municípios. Os mais próximos de São Paulo tiveram um desenvolvimento mais acentuado do que aqueles mais distantes e, no geral, comprova-se a desruralização em função dos novos centros urbanos e da industrialização.

Como lembra Bógus,

A partir de 1930, o Estado inicia uma política de transferência de recursos do setor agroexportador para o setor industrial, passando também a regular as relações entre capital e força de trabalho. Nesse momento as cidades (sobretudo na região sudeste-sul) já passavam a ser essencialmente sedes das indústrias (BÓGUS, 1987: 6).

Essas transformações decorreram, portanto, do capital produzido pelo café. O capital agrícola, de início gerado pela lavoura cafeeira, transformou-se pela sua mercantilização em capital comercial que, mais tarde, investido em indústrias e no mercado de ações, produziu capital industrial e financeiro.

A área que tem significativa propulsão no crescimento é a região do médio Vale, enquanto outras áreas permanecem marginalizadas desse processo. Há, portanto, uma movimentação interna da população saindo do campo em busca de novas oportunidades nos centros urbanos. Em alguns casos, os veranistas, novos proprietários de terras na área rural, empregaram como caseiros também parte da mão-de-obra local.

Os 'tomadores de conta' (como são chamados os caseiros) tornaram-se então uma nova categoria de trabalhadores na região. Desprovidos do meio de produção da terra, são submetidos a condição de assalariados (de um e meio a três salários mínimos) e acomodados nas propriedades com tarefas de zeladores do espaço de lazer.²

Agregados a esse novo uso nas áreas rurais pelo turismo e pelo lazer, têm aparecido novos empreendimentos, a exemplo dos meios de hospedagem, Hotel Fazenda Casa Grande, Bocaina Park Hotel, Pousada Planeta Azul da Bocaina, Pousada Brejal na Serra da Bocaina, Fazenda Independência. Além dos hotéis e pousadas, herdeiros de fazendas históricas aprendem a transformá-las em negócio, aproveitando-as como espaços de turismo, sem muita confiança na veracidade das histórias que contam nem nos objetos que expõem, a exemplo da Fazenda dos Coqueiros, que recebe visitantes na casa da fazenda, ambientada como um museu.

Dentre a nova configuração da área rural na região, destacam-se grandes propriedades, formadas a partir da venda de antigos latifúndios e também de pequenas propriedades, mantendo antigos posseiros e outros trabalhadores rurais como assalariados no processo produtivo. Em Bananal, especialmente, destacam-se as empresas *Madeirit* e *Acqua*, respectivamente especializadas em plantio de eucaliptos e pinheiros e na criação de trutas. A compra de terras e o crescimento dos grandes proprietários refletem os subsídios do governo para a exploração econômica nas décadas de 1960 e 1970. Exemplo da Siderúrgica Barra Mansa e do Grupo Votorantim, com terras na região.

A construção da Via Dutra possibilitou a descentralização industrial dos pólos São Paulo e Rio de Janeiro e transformou a rodovia num corredor de indústrias, sobretudo ao redor de São José dos Campos e Taubaté e, a partir daí, o crescimento concentrou-se nos núcleos urbanos, chamando à atenção para um processo de conurbação³, apontando inclusive para a necessidade de uma política que equilibre expansão urbana e ambiente do entorno. Essa preocupação também aparece como questão a ser equacionada nos novos planos diretores, consolidados pelo Estatuto da Cidade, como instrumentos da política de desenvolvimento urbano municipal e

-
2. Disponível em: <http://www.geoheco.igeo.ufrj.br/bocaina>. Sobre caracterização e apropriação de recursos naturais na região da Serra da Bocaina, ver pesquisa da UFRJ, coordenada pela geógrafa Ana Luiza Coelho Netto, no referido site.
 3. Patrick Geddes criou o termo *conurbação* para referir-se ao processo de expansão e integração de cidades que acabam formando grandes regiões urbanas. "*Essas cidades-região, essas cidades-grupamento pedem um nome (...)* Conurbações ..." (GEDDES, 1994:48)

... para o Município promover a política de desenvolvimento urbano, deve apresentar um Plano Diretor com normas voltadas a abranger a totalidade do seu território, compreendendo a área urbana e rural. 'Padece de vício constitucional o Plano Diretor que se restringe apenas à zona urbana e de expansão urbana.'⁴

Esse desafio de superação de diversos obstáculos e ordenação articulada do território urbano/rural não atinge somente municípios predominantemente urbanos, mas também "municípios predominantemente rurais, em que o ecossistema é pouco alterado pelas atividades urbanas. Nesses até a economia urbana é alicerçada nas atividades ligadas ao meio natural..."⁵

As indústrias do Vale são diversificadas, incluindo o setor automobilístico e produtos têxteis, sendo que, no contexto do Estado do Rio de Janeiro, houve a instalação de pesadas indústrias, sobretudo siderúrgicas, no eixo Volta Redonda – Resende, ainda na década de 1930.

As principais atividades econômicas hoje são, especificamente em Bananal, a agricultura, principalmente de feijão e milho, a pecuária leiteira e o artesanato em barbante, taquara e couro que, inseridos na atividade turística, têm oferecido outra fonte de recursos para a cidade.

Verifica-se êxodo rural nos últimos vinte anos, principalmente das cidades com menor dinâmica econômica e precariedade em serviços como escolas, assistência médica e política agrícola que assente essas populações no campo. Dentre as cidades do Vale do Paraíba Paulista em que se verifica esse movimento estão São José do Barreiro, Areias, Silveiras e Bananal.

No campo, as médias e grandes propriedades se sobrepõem sensivelmente às pequenas e, enquanto até a década de 1970 a maior parte da população se concentrava na área rural, as alterações processadas provocaram perda acentuada da população total, decréscimo da população rural e aumento da urbana, sem grandes alterações nas opções econômicas na área urbana.

Segundo registros de 2004 da Fundação Seade - Sistema Estadual de Análise de Dados -, Bananal tem cerca de 25% dos seus 615 km² de área urbanizada; 10.034 habitantes, dos quais 7524 em área urbana e 2510 em área rural. Excetuando cerca de 10% de analfabetos, os demais

4. Estatuto da Cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos. Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana. 2ª ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações. 2002.

5. **Plano Diretor Participativo: guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos.** CONFEA e Ministério das Cidades. 2004.

foram alfabetizados em escolas públicas, estaduais e municipais, já que o município não tem escolas particulares e só atende até o ensino médio. Aqueles que cursam ou querem cursar o ensino superior, obrigatoriamente, devem fazê-lo fora do município. Quanto aos equipamentos culturais, o município tem apenas 1 centro cultural, sediando atualmente a Prefeitura. Até 2001, com receita total de R\$ 7.917.254,00, Bananal mantinha formalmente cadastrados 216 estabelecimentos industriais, de serviços, comércio, entre outros, empregando 1.049 trabalhadores.

De 1980 para cá, não têm havido alterações demográficas significativas, exceto pela saída gradual da população da área rural para a urbana. Os dados populacionais, de acordo com a Fundação Seade, demonstram que até 1980, praticamente, metade da população total, na época de 10.954 habitantes, residia na área rural; em 1990, esse quadro já era de 7.425, dos quais apenas 1.329 residindo na área rural e em 2000, do total de 9.710, 7.183 residiam na área urbana, o que confirma o crescente quadro de saída da população da área rural em direção à urbana⁶. A concentração dos seus domicílios também traduz a saída do campo: dos 2.703 domicílios, 700 são rurais.

Segundo o prefeito de Bananal (1997-2004), em entrevista concedida em abril de 2004, os dados são divergentes,

o último dado do IBGE de 2000 é de 9.710 habitantes, mas nós temos uma população flutuante bem maior e, o número de residências cadastradas no nosso IPTU chega a 4.000 residências, fora a área rural, não cadastradas no IPTU...

Da receita municipal de 2001, pouco mais de 46 mil reais foram investidos no setor de indústria, comércio e serviços, 95 mil na agricultura e os gastos mais significativos, direcionados à saúde (R\$3.568.530,00), educação e cultura (R\$1.823.374,00).

Esses gastos se confirmaram na fala do prefeito, em sua entrevista:

...no primeiro ano de governo aqui, 90% das ações foram com saúde e educação. De 1997 até final de 1999 foi saúde e educação, a gente agiu muito nesses aspectos (...), colocamos curso de informática, de enfermagem, técnico em contabilidade. Hoje a prefeitura está pagando quase que 90% dos cursos.

A partir desse breve olhar sobre aspectos históricos de Bananal e caracterização das opções econômicas feitas não só pela cidade de Ba-

6. Dados atualizados da Fundação Seade registram uma população de 10.218 habitantes em 2010, dos quais 2.063 na área rural e 8.155 na urbana.

nanal, mas também com processo semelhante em outras cidades da região, é possível perceber, através das lentes teóricas de Walter Benjamin, que o passado pode ser uma experiência única, na medida em que a cidade carece de uma reconciliação com seus sujeitos historicamente desprivilegiados, e essas desigualdades ainda pulsam em sua paisagem. Também é Benjamin quem oferece a noção de progresso como fonte de questionamento. A busca de uma história injusta como pilar do turismo e de suas novas mercadorias, apresentando-se como uma nova opção de geração de empregos e fonte de rendas, constrói essa opção sobre bases extremamente frágeis, a serem expostas no próximo capítulo.



Manoel de Aguiar Vallim e Domiciana de Almeida Vallim, em 1844. Imagens cedidas pelo Laboratório de História Oral e Imagem – LABHOI, da Universidade Federal Fluminense.



Maria Joaquina de Almeida e Luciano José de Almeida, em 1844. Imagens cedidas pelo Laboratório de História Oral e Imagem – LABHOI, da Universidade Federal Fluminense.



Banda de música dos escravos de Antônio Luís de Almeida. Imagem cedida pelo Laboratório de História Oral e Imagem – LABHOI, da Universidade Federal Fluminense.

III - Percepções e representações: a atribuição de sentidos, a questão da identidade e a produção da cidade turística

A proposta de pensar a cidade turística é extremamente complexa e traz em si um duplo desafio: o de compreender a cidade e o fenômeno turístico, ambos inapreensíveis racionalmente. Além disso, pressupõem exercícios também bastante difíceis como a transversalidade e a interdisciplinaridade entre as áreas de conhecimento. Reunir elementos históricos, arquitetônicos, sociológicos e da psicologia social é uma tentativa de exercitar essa aproximação de saberes.

Tanto do ponto de vista cultural quanto ambiental, já foi visto que Bananal tem potencialidades para buscar no turismo mais uma opção de geração de novas oportunidades. No entanto, em ambas as modalidades, a relação da população com seus recursos é extremamente frágil e é necessário que seja fortalecida, para que forneça bases sólidas para o desenvolvimento dessa nova atividade.

Faz-se aqui, contudo, uma opção pela discussão dos aspectos culturais, embora já existam elementos neste trabalho para perceber a natureza também como a expressão cultural, tanto no que diz respeito ao processo de erosão impresso nos mares de morro, e que traduzem o valor dado à natureza durante a exploração do café, quanto na nova idealização da natureza como refúgio para os turistas com seus “problemas urbanos”. No entanto, a discussão que segue se assenta em elementos que se concentram na área urbana de Bananal, aproveitados pelas seletivas denominações de turismo cultural e/ou histórico. O conjunto arquitetônico neoclássico tombado pelo CONDEPHAAT, a casa do Comendador Vallim, onde funcionou o grupo escolar, e o artesanato em crochê, compõem aspectos em torno dos quais é possível discutir sobre as distâncias entre os grupos sociais; as fraquezas das quais o capital pode se apropriar e as forças, as potencialidades presentes na comunidade, que

podem dar novos rumos ao turismo local. É a partir desses elementos que se tenta expor as interferências do turismo na cidade, ambição primeira deste trabalho.

De acordo com Tunbridge, estudioso das áreas de turismo e patrimônio em contextos urbanos,

Se, por um lado, hoje as cidades em geral podem ser tão caricaturadas (o que quer que façam), por outro, áreas distintas dentro delas podem ser identificadas, primeiro como base de recurso histórico e, segundo, como foco do interesse e da oferta turística geral. Consequentemente, a cidade turística é composta de dois elementos que se sobrepõem em vez de coincidirem. (TUNDBRIDGE, 2001: 132)

Ou seja, enquanto a cidade histórica tem uma lógica de retração ou expansão, o turismo tem outra, o que gera uma sobreposição de interesses, oportunidades e percepções de cidade, e essas forças estão presentes em Bananal.

A proposta é refletir sobre tais tensões desencadeadas pelo turismo e sua capacidade de tornar a cidade um produto de consumo, mas que, além de sinalizar para o 'rumo irreversível na direção do dinheiro', possa também reinventá-la como obra (LEFEBVRE, 1991). Isso porque, ao produzir a cidade para ser trocada no 'mercado turístico', constitui-se uma mercadoria, sendo-lhe conferidas determinadas dimensões, não apenas inerentes ao seu aspecto tangível e material, mas geradas no nível das relações sociais, entendidas como simbólicas, e que podem encontrar no turismo, nova força para reificação. Daí a busca pelo sentido que o turismo assume na cidade a partir do seu significado imaterial, pois sua 'essência parece estar deslocada do corpo das coisas tornadas mercadorias' (FONTENELLE, 2002:283). Seu valor só pode ser buscado na história cultural da época que formatou o que hoje é 'atrativo turístico'.

Como analisa Fontenelle, o termo fetiche, – considerado aqui enquanto categoria a ser verificada no processo de "turistificação" da cidade –, que na sua origem significa um artefato, um trabalho de aparências e de 'signos', usualmente recebe outro sentido ao referir-se a uma propriedade sobrenatural do objeto. No português, o termo deriva do termo feitiço, artifício que, por sua vez, nasce do latim *facticius* (fazer), cujo sentido é 'imitar por sinais', daí explica-se a forte conotação de fingimento presente no sentido da palavra (FONTENELLE, 2002: 281).

Acrescente-se o fato de o fetichismo ganhar nova conotação em Marx, quando, "apropriando-se da noção inicial de fetiche – a idéia do artifício, da aparência" – mostra que na sociedade voltada para a produ-

ção de bens mercantis essa dimensão assume valor de troca puramente econômico (FONTENELLE, 2002: 281), dimensão esta presente no turismo enquanto opção de desenvolvimento.

Buscando a relação histórica e material que explicasse uma sociedade permeada pelo domínio das imagens¹, Fontenelle trata das formas contemporâneas do fetiche, trabalho que auxiliou sobremaneira a entender o que se esconde nas formas que a cidade vai assumindo ao encontrar no turismo uma nova promessa econômica.

Buscar, então, o valor atribuído à cidade na sua transformação em mercadoria para o turismo é buscar a origem do que foi valorizado socialmente em determinada época, permitindo identificar onde reside a origem do valor atribuído a ela hoje. Nessa mirada para o passado, a 'busca da centelha do acaso', sugerida por Walter Benjamin, é fundamental para discernir o fetiche, enquanto aparências superficiais, de seus significados subjacentes.

Assim, a preocupação não passa a ser no nível das 'coisas', mas no nível das relações sócio-culturais e, portanto, as categorias teóricas propostas por Bourdier, sobretudo em sua concepção de *capital simbólico*² e sua significação na vida urbana, são profícuas para este estudo. Bourdier auxilia na compreensão desse 'espaço social' e seus abismos de separação entre determinados grupos e isso nem sempre envolve diferenças sócio-econômicas, mas assenta-se sobre outros capitais, para além do econômico.

1. Ecos do neoclassicismo nas relações de poder e na produção de sentidos da cidade turística

Considerando os aspectos histórico-culturais dentro da diversidade de recursos disponíveis para o aproveitamento turístico, um dos atrativos de Bananal seria a arquitetura, o que significa ter uma relação cuidada com o patrimônio edificado, para que seu aproveitamento seja duradouro. Entretanto, percebe-se uma relação de completo descaso com os imóveis, com o espaço público, numa demonstração prática de não apropriação desses recursos nem como atrativo turístico, nem

-
1. Ver FONTENELLE, Isleide Arruda. **O Nome da Marca: McDonald's, fetichismo e cultura descartável**. SP: Boitempo, 2002.
 2. O capital simbólico é uma propriedade qualquer (de qualquer tipo de capital, físico, econômico, cultural, social), percebida pelos agentes sociais cujas categorias de percepção são tais que eles podem entendê-las (percebê-las) e reconhecê-las, atribuindo-lhes valor. (BOURDIER, 1996: 107)

como valor identitário. Não há identificação com o patrimônio, e esse é o principal elemento que garantiria o aproveitamento da arquitetura não como fetiche da visualidade³, mas como parte da identidade local, como manifestação pertencente à população e não ao turista, ao prefeito ou outro ator estranho à concepção daquele espaço. Esse vínculo afetivo e simbólico é que garantiria a manutenção, preservação, envolvimento e educação no turismo enquanto potencialidade local.

A relação que a cidade tem com o passado e a lógica que pode orientar o turismo no seu atual processo de resignificação, todavia, oferecem pistas não só para que se compreenda a atribuição de sentidos e a não apropriação do patrimônio, mas também dá instrumentos para buscar, de forma verdadeira e legítima, novas oportunidades de trabalho, fontes de renda e valorização da cultura por meio de relações mais humanas.

Considere-se, por exemplo, a arquitetura da primeira metade do século XIX de influências predominantemente neoclássicas atrelada à origem do neoclassicismo no Brasil com a contratação da missão cultural francesa, chegada ao Rio de Janeiro em 1816 (REIS FILHO, 1970: 116). No Vale do Paraíba, isso é evidente na arquitetura e, segundo registros, também nos hábitos e costumes na vida do século XIX. Entretanto, para uma região até então de padrões estritamente coloniais, há a mistura de técnicas construtivas e elementos ora do maneirismo e barroco, ora do neoclássico.

Para Reis Filho (1970: 118), além dos aspectos estéticos e funcionamento das residências, os hábitos vão das formas de comportamento cerimonial, como maneiras formais de servir à mesa e os mais diferentes produtos de importação, passando das louças às aulas de pianos e literatura.

Essa mistura representa muito bem o momento de transição social vivido no Vale do Paraíba em função da influência da burguesia européia e, ainda que a estrutura interna das residências refletindo a vida social tenha permanecido, em parte, inalterada durante boa parte do século XIX, no caso de sua arquitetura, não se deve considerar uma “continuação dos padrões coloniais” (REIS FILHO, 1970: 114).

3. As noções de *visualidade* e *visibilidade* exploradas por Ferrara a partir da proposta de Calvino sobre uma pedagogia da imaginação, foram bastante pertinentes ao considerar a potencialidade que o turismo traz em seu processo de publicidade de imagens e lugares. Essa autora propõe elaborações reflexivas de dados visuais em lugar de apenas consumir um dado visual físico e concreto. *Visualidade* e *visibilidade* são categorias dos modos de ver e da natureza da imagem, a *visualidade* corresponde ao registro de um dado físico e referencial; a *visibilidade*, ao contrário, parte de uma representação visual para gerar um processo perceptivo complexo, claramente marcado como experiência geradora de um conhecimento contínuo, individual e social (FERRARA, 2002: 74).

Reis Filho (1970) acrescenta que, no Brasil, a interferência neoclássica se processou em níveis diferentes. Nos centros onde o contato com a Europa era mais constante, conseqüentemente, se desenvolveu uma arquitetura mais complexa e comprometida com os padrões neoclássicos. Já nos centros onde esse contato era menor, muitas casas conservaram seus traços, enquanto as modificações influenciadas pelo neoclassicismo foram mais superficiais, porém, em larga escala.

No caso de Bananal, inúmeros imóveis demonstram influências neoclássicas, porém, muito arraigados em técnicas e soluções construtivas coloniais, em parte porque a mão-de-obra e os projetistas raramente permitiam seguir fielmente os padrões acadêmicos.

...As construções, aproveitando a mão-de-obra escrava, eram rudimentares. Os elementos estruturais, sempre grosseiros, construídos de taipa de pilão, adobe ou pau-a-pique – portanto de terra – não permitiam o uso de colunatas, escadarias, frontões ou quaisquer tipos de soluções mais complexas. Nessas condições, as características neoclássicas ficavam restritas apenas a elementos de acabamento das fachadas, com importância secundária, como as platibandas, com seus vasos e suas figuras de louça ou as portas e janelas arrematadas com vergas e arco pleno, que vinham substituir os arcos de centro abatido, de estilo barroco... (REIS FILHO, 1970: 124)

Mesmo com a vontade de a elite cafeeira valeparaibana ser européia, é importante lembrar a originalidade do seu momento histórico, e não apenas vê-la como culturalmente dependente de estilos estritamente importados, o que poderia sugerir uma tentativa de cópia arquitetônica. Como bem assinala Reis Filho,

Trata-se de uma transformação *sui generis*, pois conservando-se as bases econômico-sociais de vida brasileira, os mesmos proprietários rurais, senhores das mesmas terras e dos mesmos escravos, ocupados no fornecimento do mesmo tipo de produtos agrícolas para exportação, passam quase subitamente a consumir um novo tipo de arquitetura, em suas residências rurais e nos centros urbanos. (REIS FILHO, 1970: 140)

A presença de conflitos entre o cosmopolita e o regional, denota a imaturidade do Brasil escravocrata para transformações que lhe alterassem profundamente a fisionomia. Uma ambição de vestir um país ainda preso à economia escravocrata com os trajes modernos de uma grande democracia burguesa (Holanda, 1995: 78-79).

Com toda a tradição do patriarcalismo e do personalismo fixados aqui, seria impossível entender os costumes e a paisagem arquitetônica modernos como referência de algum tipo de transformação significati-

va do ponto de vista da relação entre as classes. Embora para Gilberto Freyre, já no início do século XIX, as "...cidades ainda coloniais mas já escancaradas às novidades técnicas da Europa..."⁴, para Sérgio Buarque, "...o crescente cosmopolitismo de alguns centros urbanos não constituiu perigo iminente para a supremacia dos senhores agrários..."⁵

As novas concepções de organização do espaço de moradia, segundo a ordem neoclássica, representam uma sociedade hierarquizada, com espaços que, aparentemente, 'congregam a todos', como as capelas construídas dentro mesmo das fazendas cafeeiras, mas que, entretanto, no espaço doméstico excluem a maioria, deixando espaço preferencialmente para os homens, sobretudo aqueles com alto grau de parentesco ou a nobres visitas importantes à manutenção da riqueza do senhor.

Essa sociedade que se quer moderna, embora demasiadamente asentada na ordem escravista, ironicamente exclui aqueles sem os quais não seria possível construir toda a riqueza até hoje contata e recontada pelas ruas da cidade. A massa cativa é constantemente vigiada e punida, a despeito de constituir a base da dita 'riqueza cafeeira'. Como relata Schnoor, em seu estudo sobre a fazenda Resgate, "cercado de escravos antigos e de confiança, no entanto, na própria organização do espaço doméstico, a família senhorial deles se protege, a eles ameaça e deles desconfia". (SCHNOOR, 1995: 52)

Essa histórica exclusão dos escravos e de outras categorias de trabalhadores para além do universo da elite senhorial se perpetua, na medida em que os descendentes dessa população despossuída continuam sem se reconhecer nessa paisagem em que ainda vivem, sem se apropriarem de um patrimônio que se fez a base da espoliação do seu trabalho.

O viver europeu buscado incansavelmente por aquela elite cafeeira, mesmo com o esgotamento da lavoura de café já anunciado, representa um universo simbólico que precisa ser desmascarado, sob o risco de ser vivenciado novamente pelos novos ricos cariocas que começam a chegar e viver sob o signo de uma nobreza novamente imaginada e de um turismo que rotula e fortalece ainda mais essa histórica exclusão. A senzala⁶ que, num processo de higienização, transforma-se em um *château* no campo, ou as casas de morada tão excludentes no passado, hoje, sob o domínio da hospitalidade nos novos hotéis fazenda. Ou ainda, a par-

4. FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. RJ: Livraria José Olympio Editora, 1961. p. 535.

5. HOLANDA. Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. SP: Companhia das Letras, 1995. p. 161.

6. Nenhuma das fazendas convertidas para uso turístico e visitadas durante a pesquisa mantiveram suas senzalas.

te inferior da casa da Fazenda Resgate apresentada aos visitantes como senzala, mas definida por Rodrigo Melo Franco⁷ como uma ‘masmorra’, transformada em área de lazer e garagem...

A reverência a uma certa memória e uma determinada história, ambas no singular, ‘ao mesmo tempo em que exclui índios e negros do passado paulistano, resume este passado a uma única versão, a uma única imagem e também é uma relação de exclusão e seleção que se propõe para o presente’. Dessa versão única resulta numa linearidade, numa generalização que não admite desvios, eliminando, assim, as contradições e os conflitos inerentes a todo processo histórico. No entanto as contradições estão lá, basta tocarmos nas ‘questões que são esquecidas, no imenso universo dos valores que são excluídos, na partilha dos sentidos e significados e na eficácia da amnésia cultural’. Justamente na ausência da representação dos escravos nas pinturas, na arquitetura da capela e dos quartos, temos o maior ‘símbolo desta aproximação entre ideal aristocrático e progresso, modernidade e escravidão (WINTER 2004).

Muito mais do que apenas tentar obter de volta o capital simbólico que esses casarões, fazendas e nomes representam e tentar vender todo esse conjunto como fetiche, essa prática implica, novamente, em impedir que desse patrimônio se apropriem seus também legítimos proprietários, ou seja, a população que ajudou na construção da cidade por meio de seus antepassados e que, a despeito da pobreza e da falta de recursos e nenhuma preocupação dos órgãos de tombamento estaduais ou nacionais, evidente durante as últimas décadas, conseguiu, de alguma maneira, manter muitos imóveis, além de se empenhar, por outros motivos que não estéticos ou plásticos, na manutenção de seus espaços de memória. Trata-se de encarar uma “revolução simbólica contra a dominação simbólica e os efeitos de *intimidação* que ela exerce” (BOURDIER, 2003: 125) e isso pressupõe

...não, como se diz, a conquista ou a reconquista de uma identidade, mas a reapropriação coletiva deste poder sobre os princípios de construção e de avaliação da sua própria identidade de que o dominado abdica em proveito do dominante enquanto aceita ser negado ou negar-se (e negar os que, entre os seus, não querem ou não podem negar-se) para se fazer reconhecer (*Idem*)

Nesse contexto, é importante situar agentes externos que, com seus discursos acadêmicos, exercem influências e até definem as fei-

7. Autor citado por Winter em *Os usos do patrimônio: três fazendas cafezeiras paulistas do século XIX*, de 2004. Disponível em: <http://www.klepsidra.net>.

ções da cidade. Outros, com enfoque técnico, rotulam diferentes municípios a partir da elaboração de determinados produtos turísticos, apenas para dar uma resposta às demandas por políticas integradas.

A criação do Circuito Vale Histórico⁸ é um exemplo da tentativa de articular objetivos do Programa Nacional de Regionalização do Turismo⁹, que tende a agir sobre a paisagem local, bem como projetar uma imagem de um conjunto de municípios dando-lhes um tratamento homogeneizador, que responde muito mais às expectativas do Governo Federal, em lugar da investigação de carências locais, que venham ao encontro dos anseios da população.

A visão de cidade turística dos agentes do planejamento e da organização do turismo forma-se a partir de referências estranhas ao próprio ambiente onde atuam. Aquilo que definem como “histórico”, invariavelmente, associa-se à história oficial. Selecionam elementos, de acordo com seu apelo turístico e, a partir desse movimento, o que se enleva como mercadoria para o mercado turístico nem sempre traz a verdadeira cidade, escondida sob a fetichização, que acaba por transformar-se num pressuposto para a conversão do lugar em cidade turística. Assim, percebe-se como as relações estabelecidas entre os homens criam a ‘forma-mercadoria’ daquilo que o turismo ressignifica enquanto valor.

...As mercadorias retiram a sua linguagem estética do galanteio amoroso entre os seres humanos. (...) Vivemos num outro tempo-espaço, que nos impõem, inclusive, uma investigação sobre as metamorfoses sofridas no interior do conceito de fetichismo,

-
8. O *Circuito Vale Histórico* foi uma proposta da Secretaria da Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo do Estado de São Paulo, que alocava a pasta de turismo à época da pesquisa. Reúne 15 municípios do Vale do Paraíba, incluindo Bananal, e procura formatar produtos turísticos a partir de oficinas técnicas que reúnem representantes de cada um dos municípios participantes com o objetivo de identificar diferenciais turísticos e analisar questões relativas à infra-estrutura para o turismo. As negociações em torno de alternativas de financiamento acontecem no âmbito do Consórcio Intermunicipal do Pólo Turístico do Cone Leste Paulista, uma alternativa de integração ainda em constituição na época da pesquisa. (Ata do Fórum Regional de Turismo do Vale do Paraíba, 18/02/2005 e Relatório do Encontro dos Eco-operadores do Coneleste Paulista, 16/08/2003). Desde 2010 o segmento de turismo no Estado de São Paulo vem sendo realocado em uma secretaria própria.
 9. O *Programa de Regionalização do Turismo* é um programa elaborado pelo Departamento de Relações Institucionais do Ministério do Turismo que propõe um ordenamento da atividade turística no Brasil, com ênfase no desenvolvimento regionalizado e que tem como objetivos orientar a atividade turística com o fim de promover crescimento econômico, a criação e a manutenção de postos de trabalho e buscar o desenvolvimento sustentável das regiões, além de aumentar, diversificar, qualificar a oferta turística do Brasil, de forma descentralizada, integrada e participativa, como estratégia de desenvolvimento e ampliar a oferta turística (*Programa de Regionalização do Turismo*, **Turismólogo In Focco**, abril 2004, p. 28).

que, como o próprio Marx já havia deixado claro, não se refere à forma *da* mercadoria, ou seja, da coisa em si mesma, do produto, mas à *forma-mercadoria* como uma forma das relações estabelecidas entre os homens (FONTENELLE, 2002: 284).

A paisagem de Bananal denota também a presença dos órgãos de patrimônio como agentes produtores de sentido. Não obstante o núcleo urbano da cidade ter sido tombado pelo CONDEPHAAT, essa atitude isolada não garante a preservação dos bens, guardada a importância desse instrumento para a salvaguarda de muitas edificações.

Cabe aqui discutir o papel das políticas públicas relacionadas ao patrimônio, dado seu poder sobre as formas que a cidade assume, inclusive quanto a dificultar que as pessoas se reconheçam como portadoras de algo que tenha valor. Nesse cenário, estão presentes o CONDEPHAAT e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

O IPHAN parece ter construído um discurso, visível nos imóveis tombados no Brasil, de que patrimônio no país são as manifestações do período colonial ou modernistas¹⁰. O que se encontra entre esses períodos não recebe o mesmo tratamento, talvez por ser considerado cópia, pastiche, a exemplo do neoclassicismo, que buscou sua inspiração na chamada arquitetura clássica, tentando reproduzir a expressão de “ordem, disciplina, contenção, equilíbrio, razão, nobreza” (CZAJKOWSKI, 2000: 7), característico de um certo recorte da arquitetura greco-romana. Por isso não tem valor, por ignorarem-se as adaptações e técnicas construtivas extremamente originais e “ambientadas” ao Brasil. Considera-se toda essa produção uma grande cópia, sem originalidade que valha a pena representar enquanto história de um tempo.

Busca-se, por meio desse direcionamento dado por agentes que constroem esses discursos, seja por meio da mídia ou do próprio turismo, caracterizar como cidade histórica a fisionomia da cidade colonial, com seus elementos arquitetônicos e muitas igrejas, paisagem não encontrada em Bananal, e que não se assemelha às de Ouro Preto ou Parati. Essa informação chega até a população, dado o abandono daquelas edificações e, portanto, consideradas por eles também sem valor.

Para Antonio Arantes (2004), a problemática reside na relação entre aspirações da comunidade e interesses das políticas públicas:

10. Embora não seja objetivo aqui fazer uma discussão sobre os interesses envolvidos na seleção de bens representativos da memória brasileira em termos nacionais, é importante acentuar que a idéia de nação garante também o estatuto ideológico do patrimônio histórico, justificando práticas do Estado nacional, em nome da preservação de bens específicos, em detrimento de outros.

Programas e políticas sociais de saúde, de educação, de distribuição da renda, de cultura ou outros – sejam eles conduzidos por instituições públicas ou privadas - alcançam com frequência apenas parcialmente os seus objetivos. Uma das principais razões desse insucesso reside na dificuldade de se incorporar ao desenho, à implementação e à avaliação dessas ações os interesses e projetos das populações-alvo, assim como de estimular a sua capacidade de tomar decisões e articular-se estrategicamente (ARANTES, 2004)

De maneira semelhante, Fonseca também sugere que a democratização dos processos que envolvem o patrimônio seja compartilhada: “a idéia de democratização do patrimônio implica, qualquer que seja a perspectiva, no fato de que o Estado não deve ser o único ator social a se envolver com a preservação do patrimônio cultural de uma sociedade” (FONSECA, 1997: 74).

Apesar de Bananal não ser considerada patrimônio nacional, poder-se-ia discutir, por outro lado, os motivos que levaram o CONDEPHAAT a tombar seu núcleo urbano. Na realidade, isso é uma novidade, já que o ecletismo é esvaziado de valor por sua suposta falta de originalidade e, assim, o tombamento parece se dar sobretudo pelo valor estético. Este trecho do pedido de tombamento da Fazenda Resgate, por exemplo, destaca um pouco o interesse:

(...) o requinte decorativo que ainda se mostra nas pinturas do seu interior, além de certas soluções características, tal como o agenciamento funcional da capela com a parte privativa da morada e outros detalhes notáveis, justificam a medida proposta (WINTER, 2004).

Na leitura desse processo de constituição da cidade e de suas feições, é difícil isolar ou tentar separar, como bem alerta Lefebvre, aspecto morfológico e vida urbana:

A estrutura social está presente na cidade, é aí que ela se torna sensível, é aí que significa uma ordem. Inversamente, a cidade é um pedaço do conjunto social; revela porque as contém e incorpora na matéria sensível, as instituições, as ideologias. Os edifícios reais imperiais, presidenciais ‘são’ uma parte da cidade: a parte política (capital). Esses edifícios não coincidem com as instituições, com as relações sociais dominantes. E, no entanto, essas relações atuam sobre eles, esses edifícios representam a eficácia e a ‘presença’ social dessas relações. Em nível específico, a cidade contém assim a projeção dessas relações (LEFEVRE, 1991: 60).

Em Bananal, além do registro material das relações sociais ali estabelecidas, e a partir do estímulo que o turismo pode exercer na releitura

desses signos, evocar-se-ia uma idéia de pertencimento e “encontro de brechas da história”, a partir da capacidade narrativa presente da paisagem urbana. Essa paisagem muito identifica o “modo burguês de escrever a história”, seja em função do valor dado à cultura cafeeira e seus símbolos, seja pela “exclusão do progresso industrial” do qual Bananal se sente vítima. Transpondo para essa cidade a dimensão da narrativa em Walter Benjamin, arriscar-se-ia uma possibilidade de junção de fragmentos históricos na direção de encarar o presente criticamente, ao trazer elementos reprimidos no seu passado.

Conforme sugere Afonso Carlos Marques dos Santos, “o passado é uma coisa que se foi para sempre; sendo, portanto, irrecuperável na sua integralidade; o que é possível resgatar (...) são fragmentos do passado, valiosos pelo que de significação há neles” (SANTOS, 1997: 15).

Apesar de não enveredar por um estudo do urbano enquanto sistema de linguagem e comunicação, entende-se que, para compreender a dinâmica do turismo de Bananal, que se apossa de determinadas imagens culturais já construídas, a imagem da cidade passa a ser categoria relevante no desvendamento da ressignificação operada pelo turismo, por meio de imagens. Assim, no bojo da discussão sobre tempo e espaço na múltipla unidade representada por São Paulo, caso de estudo de Lucrecia D’Aléssio Ferrara¹¹, algumas idéias sobre a cidade se entrecruzaram fortuitamente a estímulos já desencadeados por Benjamin.

Sendo o turismo capaz de agir no sentido de selecionar o que deve ser visto, na medida em que se insere como elemento organizador do espaço urbano, entende-se que também transmite determinadas informações, por meio da imagem da cidade. Dessa forma, Ferrara auxilia, quando alerta sobre os significados aí presentes:

A imagem da cidade não é (...) espontânea, mas, ao contrário, coercitiva e autoritária. Essa imagem codificada opera como uma norma, lei ou símbolo de como a cidade deve ser vista, atua como signo suporte da noção urbana que quer transmitir; na realidade, trata-se não só da imagem da cidade, mas de uma imagem cultural que utiliza a primeira como um suporte. (...) Ao mesmo tempo em que a imagem divulga e expõe o que deve ser visto e valorizado, esconde o urbano que se representa num cotidiano amorfo, quase invisível, porque difícil de ser admitido (FERRARA, 1999: 252-253).

11. Ver FERRARA, Lucrecia D’Aléssio. *Os significados Urbanos*. SP: Edusp / Fapesp. 2000.

Compreender a forma como a cidade se vê e pretende se mostrar aos olhos dos turistas, ou seja, identificar os desejos despertados na cidade a partir do significado que ela passa a trazer enquanto potencialidade para o turismo, passa necessariamente pela reflexão sobre seu consumo enquanto signo e com isso, lança-se numa fetichização da sua relação formal com o passado, trazendo os signos de felicidade, poder, riqueza. Como não se submeter a um objeto de consumo?

Lucrecia D'Aléssio Ferrara explica:

Para o programa turístico, anula-se a visibilidade para emergir o programa visual; extingue-se a possibilidade de fruição do visual como experiência cognitiva, para transformá-lo em objeto do olhar que precisa ser diariamente renovado e reanimado em outros pacotes sempre novos, porém conhecidos, a fim de ser possível a continuidade do serviço turístico e seus agentes. Perde-se o visual como possibilidade de experiência cognitiva para dar lugar ao olhar como objeto público – é necessário ver o que está e como está programado para todos. Ora, esse caráter de reificação pública do olhar torna o visual um real concreto quase desnecessário, porque aquela visualidade programada realiza-se por meio das descrições ou do conjunto de palavras que reifica. (FERRARA, 2002: 74)

Parece, entretanto, que nesse processo de qualificação do turístico, ignora-se o processo complexo de percepção que o turista é capaz de desenvolver, para valorizar-se exclusivamente a visualidade. Segundo Ferrara, é a *visualidade* em lugar da *visibilidade*. Em ambas as categorias, é possível perceber “a apreensão do mundo e da relação que se estabelece entre o sujeito e os objetos que se oferecem ao conhecimento” (FERRARA, 2002:74), nesse caso, os elementos presentes na cidade turística.

O turismo, então, na sua dimensão comercial, valoriza a comunicação visual, uma vez que esta possibilita a persuasão do turista para o consumo. Citando novamente Ferrara (2002: 74),

A visualidade é claramente individual e, conforme o planejamento turístico, um outro objeto de consumo alargado e ampliado, no tempo, pelo registro fotográfico ou videográfico. O visual narra a apoteose do consumo turístico, esvaziando o fato de outras experiências que não sejam posse e fruição (Lipovetsky, 1983). Essas necessidades são tão exigentes que, mesmo estando em grupo, o turista está sozinho na defesa dos seus direitos comprados. Essa publicização e objetivação da visão planejada pela persuasão turística é perversa e opressora porque desconhece a possibilidade do visual como decorrência do olhar – na expansão cognitiva de uma percepção que se registra e se reconhece na mesma medida em que se defronta com o imprevisto. (FERRARA, 2002: 74)

No caso de alguns elementos localizados em áreas rurais, por exemplo, essa apropriação tem ressignificado os espaços, a exemplo das antigas fazendas cafeeiras de Bananal que se tornaram atrativo turístico e das propriedades particulares que adotaram a modalidade rural do turismo. Segundo John Urry,

no momento, a vida rural está sendo fundamentalmente transformada (...) a imagem do campo está se tornando um objeto cada vez mais atraente para o olhar do turista. Um reflexo dessa atração cada vez maior é o enorme aumento do número de participantes em muitas organizações preocupadas em proteger o campo e facilitar o acesso a ele (URRY, 1996: 136).

Também na área rural, já existem exemplos de aproveitamento turístico bastante discutíveis quanto ao potencial cultural. Na fazenda Resgate, o que se apresenta como senzala, como já citado anteriormente, são verdadeiras 'masmorras', hoje transformadas em áreas de lazer. Na Fazenda dos Coqueiros, objetos encontrados na propriedade, como cachimbos e pedaços de antigos jornais, são dispostos sem nenhum critério e apresentados por negras funcionárias da Fazenda, que contam aos turistas histórias sem nenhum respaldo historiográfico, lembrando o que Hobsbawm define como "tradição inventada"¹² e que, "...na medida em que há referência a um passado histórico, as tradições 'inventadas' caracterizam-se por estabelecer com ele uma continuidade bastante artificial" (HOBSBAWM, 2002: 10).

2. Sentimentos de pertencimento nas lembranças de um grupo

Construído em 1855 pelo comendador Manoel de Aguiar Vallim, o Solar Aguiar Vallim

Constitui-se em exemplar urbano típico da maneira de viver dos fazendeiros de café deste período que possuíam, além das luxuosas sedes de fazenda, mansões nas cidades. A planta, definida por um grande retângulo, ocupa praticamente toda a testada de uma das quadras voltada para a Praça Rubião Junior. As paredes externas são em adobe e taipa de pilão, assentadas sobre embasamento de pedra, as internas em adobe e parede francesa no superior. No interior do edifício destacam-se os oito painéis pintados pelo artista José Maria Villaronga. Adquirido

12. "O termo 'tradição inventada' é utilizado num sentido amplo, mas nunca indefinido. Inclui tanto as 'tradições' realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo – às vezes coisa de poucos anos apenas – e se estabeleceram com enorme rapidez." (HOBSBAWM, 1997: 9).

pelo governo do Estado em 1907, sediou o Grupo Escolar Manoel Nogueira Cobra e, em 1981, foi doado à prefeitura.¹³

Possui 16 portas que se abrem para uma sacada de gradil. Um sobrado com salão de baile e coreto para orquestra, onde o Comendador Aguiar Vallim oferecia festas, recepcionando dignitários do Império.

Contudo, não são esses atributos estéticos o mais importante aqui, a história recente do restauro desse casarão guarda, contraditoriamente, outro sentido para mantê-lo em pé. Numa entrevista concedida para este trabalho, Luiz Gonzaga da Silva, conhecido na cidade por Lulu e então presidente da Comissão Pró-Reforma – um grupo de moradores empenhados na reforma do Solar –, mencionou as dificuldades e conquistas nesse processo, deixando transparecer que os verdadeiros motivos de sua dedicação devem-se à importância do casarão para a .

A entrevista foi concedida no próprio casarão, em meio às cadeiras escolares que receberam a maior parte dos moradores mais antigos de Bananal, e é esse ambiente coletivo que justifica o empenho nessa obra, que segue com inúmeras dificuldades financeiras, de relacionamento entre os membros da comissão e, sobretudo, frente ao desinteresse do poder público. Depoimentos de componentes da Comissão evidenciam a importância da obra:

Eles [os vereadores] infelizmente não tem interesse nesse patrimônio. Se eles tivessem, o prefeito teria. Se tivessem, fariam leis em favor disso. Não teve um que pedisse um tostão para a obra. O prefeito falou uma coisa certa, essa obra não dá dinheiro para ninguém, não interessa. Por isso, essa obra só tem um valor, é a comunidade que está fazendo.

Esse caráter coletivo no envolvimento para preservação do patrimônio da cidade de Bananal não aparece em nenhum outro imóvel, e isso não se deve a oscilações de valor estético, mas ao sentimento de pertencimento que desperta. Quando se escuta na cidade que “... o pessoal [moradores] não gosta dessas coisas antigas de jeito nenhum (...) e que a maior parte das pessoas está pouco ligando se a coisa está caindo, se está arrebitando, se vai cair ou não vai cair, existem alguns até que acham que deve cair para fazer de novo, uma casa nova...”, na verdade evidencia-se uma relação de não pertencimento, de não apropriação dos bens pela coletividade.

13. Patrimônio Cultural Paulista: CONDEPHAAT, bens tombados, 1968-1998.

Para o cidadão comum, é difícil se sentir parte desse universo simbólico, pois não se sabe o que é o neoclassicismo, não há discussão em torno da construção desse patrimônio socialmente, nem no âmbito escolar, tampouco entre a população. Logo, não há identificação com o patrimônio enquanto construção social, nem como documento histórico, já que sua importância de monumento enquanto documento também não vem à tona. O conjunto arquitetônico passa a ser, para essas pessoas, um monte de casas velhas, sem sentido. As referências são em torno do casarão **dos** Vallim, do solar **do** Comendador Luciano de Almeida e não de elementos **da** cidade ou **da** população. Mas para Lulu e sua comissão, o que está sendo reformado é o prédio do Grupo Escolar, portanto, de todos. É isso que faz sentido e justifica esse restauro.

Bananal é assim, uma cidade histórica que não se reconhece como tal. Não é reconhecida pelos órgãos oficiais, já que, apesar do tombamento, nenhum centavo é depositado ali e também não o é pela população, já que ela não se apropria nem se envolve com a preservação daquela paisagem, por não se reconhecer nela. Além disso, existem os já citados discursos dos órgãos de patrimônio, cujas políticas, ao privilegiarem determinados ícones, excluem outros.

Segundo a Psicologia Social, para enfrentar a exclusão, tanto as estratégias de ordem material e jurídica quanto de ordem afetiva e intersubjetiva precisam ser satisfeitas para o sucesso das políticas públicas que se pretendem mais humanas. (SAWAIA, 2004: 115)

Essa configuração histórica é bastante complicada quando se pensa no aproveitamento turístico, já que, frente a uma população que não se reconhece ali como sujeito social, seu uso só pode acontecer como fetiche da visualidade, já que não há uma identificação simbólica que permita a reconstrução de Bananal enquanto processo social, coletivo.

Muitos dos entrevistados não se enxergam naquela paisagem que é histórica, mas que parece não ter direito a esse título. Assim, se esse lugar não pertence a ninguém, está à disposição de quem melhor souber aproveitá-lo. É aí que o turismo pode aparecer como processo cristizador de determinadas identidades, ao recorrer ao que Bourdier chama de história objetivada, ou seja, aos objetos que concretizam a história, tais como os monumentos¹⁴, aproveitando a cidade apenas como mercadoria a ser vendida.

14. Etimologicamente, a palavra 'monumento' vem do verbo latino *monere*, que significa "lembrar", "recordar". A palavra alemã *denkmal* é composta pelo verbo *denken* (pensar) e pelo substantivo *mal* (coisa). Notas de FONSECA (1997: 80)

Como alerta Harvey, o capital simbólico só se mantém como capital na medida em que os caprichos da moda o sustentam (HARVEY, 1989: 82). Sendo assim, não teria o turismo, ao desempenhar o papel da moda, a mesma capacidade de manter certo capital simbólico, na medida em que reabilita determinadas paisagens e recupera a história oficial apenas reproduzida como pastiche? Essa analogia interessa, uma vez que

...a produção do capital simbólico serve a funções ideológicas porque os mecanismos por meio dos quais ela contribui para a reprodução da ordem estabelecida e para a perpetuação da dominação permanecem ocultos.(HARVEY, 1989: 81)

Se o turismo é capaz de sustentar um capital simbólico, por extensão, serve também a funções ideológicas, mantendo ocultos determinados meios de dominação. Assim, é fundamental considerá-lo em sua capacidade de apropriar-se do capital simbólico, já que está presente em inúmeros elementos de distinção entre personagens da história oficial de Bananal.

O envolvimento de boa parte da população na reforma do Solar do Vallim é verdadeiro, revela uma relação entre cidade e cidadãos de bases muito mais sólidas do que a eleição de um ícone que, por questões estéticas, possa reverter algum benefício econômico passageiro à população, e que nem sempre passa pelas identidades locais.

Entender e permitir o espaço urbano como expressão dos anseios e modo de vida histórico e, permanentemente, construído e reconstruído por seus sujeitos, e por consequência da diversidade assim produzida tornar-se atrativo aos olhos do turista, é permitir também ao visitante conhecer e entender os motivos que originaram a paisagem que lhe chega aos olhos, e é isso que retoma a dimensão narrativa da paisagem.

Para Patrick Geddes, “é necessário buscar a relação mútua que existe entre a vida da cidade e dos cidadãos, da mesma forma que o biólogo pesquisa a interação do indivíduo e da raça na evolução”(GEDDES, 1994: 173). Ainda que Geddes esteja preocupado em compreender as cidades a partir e para o planejamento urbano, num processo de rever a cidade a partir e para o turismo, também se produzem e reproduzem espaços e valores, e isso vem acontecendo em Bananal. Essa dinâmica confirma o que Geddes identifica como processo histórico “a História não se encerra com nossos períodos históricos, o mundo está sempre começando de novo e, com ele, cada comunidade, cidade, quarteirão” (GEDDES, 1994: 178).

3. Tecendo identidades: o artesanato em crochê de Bananal

...sai bastante o crochê e agora tem as lojas que trabalham com as pessoas que fazem e que também vendem separado, como também a gente está criando um grupo dentro do Sebrae, um grupo de artesanato com crochê de barbante, mas com tingimento natural para diferenciar esse produto, ser mais chamativo e estabelecer assim uma posição de mercado, porque Bananal é a terra do crochê, entendeu ?

Esse trecho da entrevista de Lúcia Náder, funcionária pública há anos envolvida e preocupada com as questões relacionadas ao turismo em Bananal, ex-secretária de turismo e vereadora na cidade na ocasião, introduz o terceiro elemento em torno do qual também é possível discutir a atribuição de sentidos, a questão da identidade e a produção da cidade turística: o artesanato.

O artesanato de Bananal são colchas, cortinas, bolsas, chapéus, tapetes, toalhas e diversas peças de vestuário, tecidos em barbante, cuja boa parte dos fios é produzida em Arapeí, cidade vizinha.

A partir de uma parceria estabelecida com o Sebrae, por meio de seu "Programa de Artesanato"¹⁵, Bananal tem obtido projeção com o trabalho de seus artesãos, que participam de desfiles e fornecem seus produtos para grandes varejistas como C&C, Grupo Pão de Açúcar, C&A entre outros¹⁶.

Essa qualificação profissional envolve atualmente 30% da população e o crochê tem se constituído num produto cuja pretensão, além de angariar recursos para a população, também identifica Bananal como "a terra do crochê", como acentua Lúcia em sua entrevista. A visibilidade da cidade a partir do artesanato é um dos objetivos da vereadora, a exemplo de sua declaração numa reportagem recente ao jornal Valeparaibano sobre a utilização de peças confeccionadas em Bananal num desfile de moda no Rio de Janeiro, o Fashion Rio.

A recente exposição do crochê de Bananal deve trazer frutos tanto para a vida das artesãs da Banart como para o município. Eleita vereadora pelo PFL em 2004, Lúcia Nader trabalha na elaboração de um regimento para a Banart. Outro

15. *A missão do Programa é promover e integrar, de forma competitiva e auto-sustentável, o artesão a padrões nacionais e internacionais, gerando novas oportunidades de negócios, crescimento e renda.* Disponível em: <http://www.sebraesp.com.br>

16. Relatório de ações desenvolvidas pelo Sebrae. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br>

sonho é a construção de um espaço próprio para a produção. 'Precisamos trazer investimentos para a cidade. No fundo, *nosso grande produto se chama Bananal.*'¹⁷

Aqui, novamente, produz-se mercadoria, com artesãos que caminham ao sabor do mercado e de uma moda que dura uma temporada. Em meio a essa busca por novas alternativas para gerar emprego e renda, o artesanato foi percebido como um aspecto a ser aproveitado pelo turismo e tem recebido tratamento empresarial na produção e comercialização, objetivo do programa do Sebrae que

...busca fortalecer a atividade artesanal como fonte geradora de ocupação e renda, dando tratamento empresarial ao setor. Um dos principais objetivos é estimular o empreendedorismo nos artesãos, que precisam encarar a atividade como um negócio. Para isso, são realizados programas de treinamento direcionados para as áreas de difusão de informações, capacitação de artesãos e abertura de novos mercados para escoamento da produção artesanal. Na questão mercadológica, as rodadas de negócios promovidas pelo Sebrae têm papel fundamental, pois facilitam a interface entre artesãos e mercado consumidor¹⁸.

Essa atuação do Sebrae tem promovido ampla projeção de Bananal, levando consigo um traço percebido como fruto da sua história e parte da sua identidade. Com isso, a lógica do turismo mostra a necessidade de criar identidades para promover a atração de turistas, o que não quer dizer que a identidade de Bananal seja "tecida" apenas pelos barbantes do artesanato.

A busca de novas opções econômicas para Bananal, entretanto, é necessária e o Sebrae tem tido uma participação fundamental na geração e satisfação de novas expectativas de trabalho relacionadas ao turismo. Mas como garantir essas oportunidades de emprego e renda, muito bem aceitas por grande parte da população, sem aprisionar as pessoas em identidades cristalizadoras, a exemplo da "história única" da riqueza do café ou da "terra do artesanato" em crochê, afinal, fundamentalmente diferente de uma tradição, seja original ou inventada, o *costume* não impede as inovações (HOBBSAWM, 2002: 10), mas também traz em si a noção de continuidade histórica e, portanto, também é capturado pelos olhares mais empreendedores como elemento capaz de ser associado à noção de identidade a ser veiculada ao turista.

17. *Estilista põe Bananal no mundo fashion*, reportagem de 15/01/2005 do jornal *Valeparaibano*. Disponível em: <http://www.valeparaibano.com.br>

18. *Artesanato Brasil*, programa desenvolvido pelo Sebrae. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br>

Em um contexto no qual a cultura tornou-se tão indissociável do mercado quanto ela esteve integrada à política nas décadas de 1970 e 80, esses investimentos vêm estimulando a atribuição de novos sentidos ao patrimônio cultural. Além dos valores documental, simbólico e afetivo até agora atribuídos a esses bens – ou talvez até mais do que eles – o seu valor de mercado é o que emerge na crista da onda cultural contemporânea, no Brasil e fora daqui. (ARANTES: 2004)

Isso também é evidente na atuação do Sebrae:

As referências culturais e seus atributos são cada vez mais valorizados por um mercado globalizado e ávido por produtos diferenciados. Conhecer as origens, o passado e a história do produto artesanal, é o ponto de partida para a construção desta identidade. Estes elementos servem para agregar valor aos produtos artesanais, tornando-os diferenciados.¹⁹

A partir de depoimentos colhidos durante a pesquisa, é possível localizar no tempo onde teve origem o costume do crochê em Bananal. Segundo entrevista realizada durante a pesquisa:

...uma das coisas mais importantes foi justamente esse trabalho que a Laurinha iniciou de artesanato. Ela foi a primeira. Foi a partir desse trabalho que ela deu oportunidade para as pessoas de ganhar, de trabalhar, quer dizer, eu acho que não foi só o problema financeiro, mas de realização.²⁰

... Olha, nunca pensei que esse crochê fosse dar isso não. Eu tenho uma sobrinha em São Paulo que disse para mim: 'tia, dou uns dois anos para isso continuar...! Já tem 30 anos ! Qualquer lugar do município, nas roças, no sertão, na periferia, no centro... todo mundo faz crochê. O artesanato foi posto em Bananal e deu trabalho para muita gente e aí começou a chamar turismo, aí foi que levantou, né...(...) eu fui a primeira.(...) Quem era empregada doméstica podia trabalhar em casa, fazendo crochê com as crianças em casa. Trabalhava fora e à noite ia fazer crochê para ganhar mais... Porque só tinha trabalho aqui de empregada doméstica, mais nada.²¹

O programa de artesanato do Sebrae faz parte de um conjunto de ações para o desenvolvimento sustentável do turismo e sua primeira etapa é "um diagnóstico da comunidade, revelando qual tipo de artesanato é mais favorável aos negócios. Passa-se depois ao treinamento técnico e gerencial, qualificação profissional e estudo do mercado consumidor".²²

19. *Programa Sebrae de Turismo*, 2003. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br>

20. Trecho do depoimento de Irma

21. Trecho de depoimento de Laurinha

22. *Estilista põe Bananal no mundo fashion*, reportagem de 15/01/2005 do jornal *Valeparaibano*. Disponível em: <http://www.valeparaibano.com.br>

A busca por 'diferenciais', a exemplo do crochê, não obstante tenha atendido às expectativas de oportunidades de trabalho, não deixa de discriminar aquele que não se identifica com esse rótulo, gerando certo conflito em termos das noções de pertencimento à cidade. O crochê é costume em muitos lugares do Brasil e, como se nota pela atuação do Sebrae, mais do que uma vocação ou diferencial enraizado na história de Bananal, esse artesanato tem sido fruto de treinamentos e aprimoramento das peças, com técnicas por vezes até "importadas", a exemplo do tingimento natural feito à base de ervas, plantas e pó de café, trazido de Roraima. O que define suas feições é a demanda que pode gerar, e não, necessariamente, fidelidade aos costumes ou uma opção de trabalho gerada a partir de um consenso e apropriação coletiva desse elemento como identidade local.

Sendo o turismo um negócio cujo êxito depende de uma adequada sintonia entre demanda e oferta, é necessário ajustar todas as intervenções, tanto públicas como privadas, à realidade do mercado. De fato, é o turista (mercado) que define quais os produtos que irão sobreviver, que serão bem sucedidos. Isso também significa que nenhum plano ou programa voltado ao incentivo e ao desenvolvimento do turismo pode produzir resultados relevantes sem considerar a competitividade em sua forma mais ampla.²³

Os mais jovens, cujos costumes são outros e para quem essas identidades não são aderentes, permanecem sem expectativas e em busca de atividades que a eles façam sentido, a exemplo do depoimento de uma moradora que, na época desta pesquisa, atuava como monitora de turismo na cidade. Isso demonstra também que apesar do viés disciplinador das identidades, as contradições não morrem e o jovem, de alguma maneira, a exprime:

...morar em Bananal é mais uma necessidade do que uma escolha porque, queira ou não, aqui é uma cidade tranquila e tal, você tem casa, um padrão de vida já criado, mas falta opção... é um lugar maravilhoso para passar um final de semana, né? Para trabalho então, é horrível, para formação profissional também, não tem cursos, não tem nada, você tem que recorrer a Barra Mansa, Volta Redonda ou então a outras cidades do Vale (...).²⁴

23. *Programa Sebrae de Turismo* 2003. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br>

24. Trecho do depoimento de Daniela.

É evidente, pela própria história de Bananal, que o turismo não é o responsável pelos seus processos de exclusão. Entretanto, as sutilezas presentes em iniciativas que buscam incluir os indivíduos parecem trazer em si uma nova qualidade de exclusão, já que incluem, perversamente, aqueles que se adequam ao consumo capitalista cuja configuração também pode penetrar no turismo, e exclui aqueles que precisam buscar fora da cidade opções de remuneração que também tragam satisfação pessoal, já que suas emoções não se coadunam às ações orientadas pelo tipo de turismo que passa a se instalar ali.

Para que Bananal traduza um “espaço de representação democrática das necessidades humanas” (SAWAIA, 2004: 127), é preciso lidar com todas as nuances que o turismo coloca em evidência, quando cria identidades e atribui sentidos à história, aos espaços e às pessoas, já que ele parece ser o instrumento escolhido para dar novo vigor à economia da cidade em questão. O capítulo que segue procura captar e discutir tais nuances em diferentes depoimentos sobre Bananal.



Aspecto da fachada do Solar do Comendador Manuel de Aguiar Vallim antes do início da reforma. Foto da autora, 1996.



Detalhe da fachada do Solar do Comendador Manuel de Aguiar Vallim depois da reforma. Foto da autora, 2011.



Lulu apresenta as reformas no interior do Solar do Comendador Manuel de Aguiar Vallim. Foto da autora, 2004.



Crochê em barbante - Artesanato de Bananal. Foto da autora, 2009.



O colorido neoclássico brasileiro: detalhe da fachada do segundo pavimento de uma edificação no centro histórico. Foto da autora, 2009.



Fazenda Resgate. Foto da autora, 2009.

IV – Emoções que revelam uma cidade múltipla: depoimentos que denunciam noções de pertencimento, relações de poder e diferentes sujeitos na construção de identidades

Refletir, a partir do que colocam diferentes agentes que atuam na configuração de Bananal, foi um caminho escolhido para tentar buscar na vivência local as emoções e subjetividades que também agem nos sentidos atribuídos à cidade e perceber como o turismo se articula no nível da vida cotidiana. Nesse exercício, mais do que sua dimensão prático-sensível, ou seja, para além da sua dimensão de cidade; considera-se também sua realidade social, sua urbanidade.

Antes de tratar dos depoimentos dos participantes da pesquisa, porém, é importante esclarecer algumas características desse grupo, para balizar algumas inferências e auxiliar na compreensão da concepção dessas pessoas sobre Bananal, da sedimentação de algumas imagens presentes em suas memórias e de como atuam na produção da cidade turística, em termos de manutenção ou criação de símbolos, grupos e identidades.

Alguns entrevistados como Tia Laurinha, Plínio Graça, entre outras famílias conhecidas na cidade, identificam-se com a história oficial da cidade já que, por meio de pais, avós parentes e amigos, tiveram em suas histórias a vivência e o desfrute dos benefícios oriundos do trabalho escravo e do café. Viveram e amaram os casarões e suas festas, revezaram-se no poder e, portanto, demonstram maior identificação com certos símbolos. Em termos socioeconômicos, não há muita disparidade entre os grupos, o que mais os diferencia é a necessidade ou não do consumo do capital simbólico que muitos signos ainda representam.

A sensação de pertencimento oscila entre as diferentes gerações. Nos depoimentos dos monitores, não há identificação com o patrimônio, o que, talvez, não se dê em função de esses jovens não terem vivi-

do a história oficial, mas à impressão de memórias distintas, sobretudo se considerarmos que nem todos os moradores, incluindo os mais velhos, participam dos movimentos em torno da manutenção da história da cidade. Parece ser o maior ou menor grau de percepção da cidade enquanto construção social, e não necessariamente a vivência de um determinado período histórico, o que determina suas noções de pertencimento.

Paulo Roberto, Valdecir e Vitor representam o popular “pessoal da praça”. Suas opiniões acerca da história da cidade beiram o conformismo, sem, no entanto, ignorar completamente aspectos da história local ainda hoje conflitantes. Em geral, conhecem os moradores locais e distinguem aqueles que mantêm determinados símbolos daqueles a quem nada disso parece interessar. Assistem Bananal da praça central e gostam da cidade que têm, mas não deixam de registrar suas insatisfações. Seus depoimentos revelam um certo tipo de incômodo com o prevalecimento da história de certas famílias em detrimento de outras, o que reforça a “cidade dividida” presente em Bananal.

Quanto aos negros Manoel, Francisco e Paulo Roberto, embora o fato de Bananal ter sido uma cidade escravocrata estar vivo em suas memórias, não se trata de posições homogêneas com relação ao sentimento que nutrem sobre o passado de escravidão. Enquanto para alguns a história aconteceu tal qual ‘relatada nos livros’, outros se sentem de fato parte dessa trajetória da cidade, permeada sempre de muito trabalho.

Luiz Gonzaga da Silva (65) – o Lulu –, presidente da comissão empenhada em recuperar o Solar Manoel Aguiar Vallim, que sediou o Grupo Escolar, representa a sociedade civil e traz depoimentos que revelam não só uma relação de pertencimento com o passado da cidade, como também traz, na figura da Comissão Pró Reforma, grandes potencialidades de envolvimento e participação comunitária, a serem otimizadas e ampliadas para outras ações em Bananal.

O grupo de entrevistados se encerra com o poder público, representado pelo Prefeito Wilton Néri e pela Vereadora e Presidente do Comtur (Conselho Municipal de Turismo) Lúcia Nader que, evidentemente, têm depoimentos imbuídos dos compromissos públicos assumidos e de seus papéis na configuração da cidade como fruto de diferentes reivindicações.

Os diversos universos dos quais fazem parte os entrevistados auxiliam na compreensão de suas posturas e se complementam com alguns dados pessoais, já expostos no primeiro capítulo, que agregam outras características ao perfil de cada um.

A opção foi partir de alguns trechos dos relatos dos entrevistados sobre suas vidas em Bananal, suas percepções de mudanças e outros conteúdos relevantes à compreensão da construção de identidades e das transformações pelas quais a cidade vem passando.

Ao lidar com as memórias desses grupos, considera-se, como sugere Halbwachs, que a “memória coletiva não se confunde com a história”. A partir da análise de alguns relatos, talvez seja possível apreender como o turismo invade o imaginário e a realidade desses grupos, já que, por meio das memórias de seus moradores, a visão interna de seus grupos talvez permita identificar melhor as transformações mais significativas, que são aquelas que, de fato, permeiam a vida cotidiana em Bananal.

De acordo com Halbwachs, enquanto a história, ao examinar os grupos de fora e tentando identificar grandes mudanças, trabalha com sequências temporais grandes, tentando pontuar uma série de mudanças que revelem de fato um processo de transformações, a memória coletiva é resultado da visão interna dos grupos, além de se referir a uma escala temporal mais próxima da vida das pessoas, “...apresenta ao grupo um quadro de si mesmo que, sem dúvida, se desenrola no tempo, já que se trata do seu passado, mas de tal maneira que ele se reconhece sempre dentro dessas imagens sucessivas” (HALBWACHS, 1990: 88).

Esse reconhecimento de si dentro das imagens lembradas é comum nos relatos daqueles que tentam não só demonstrar suas memórias, mas também se colocarem como sujeitos atuantes no processo histórico e com isso, forjarem uma identidade que, por vezes, reforça o ambiente excludente historicamente vivido em Bananal, opondo-se àqueles a quem essa mesma história parece estranha e distante. Essa polarização é vista na postura antagônica, de um lado, entre aqueles que se assumem como herdeiros da história oficial mantendo certa hegemonia e, de outro, os que assumem sua exclusão, criando novas categorias de identidade e formando novos grupos.

Como afirma Sawaia, “...a identidade é uma categoria política disciplinadora das relações entre pessoas, grupo, ou sociedade, usada para transformar o outro em estranho, igual, inimigo ou exótico” (SAWAIA, 2004:123).

Assim, a partir de algumas falas, espera-se trazer à tona, conflitos e tensões que demonstrem esse processo de construção identitária presente nas relações entre algumas pessoas e grupos que convivem na cidade, bem como suas próprias potencialidades para construções coletivas de um novo espaço. A idéia é buscar o entendimento da cidade

não só por meio da bibliografia que confirma ou denuncia as histórias de Bananal, mas também, por meio do que dizem seus habitantes.

1. Outros tempos e o tempo dos outros: os acontecimentos e seus significados entre diferentes memórias

Os caminhos, estradas, rodovias são muito presentes na memória de alguns moradores, sendo também situados como marcos de desenvolvimento ou estagnação. Até 1928, a cidade não apresentava transformações muito acentuadas, nem no traçado urbano, nem no adensamento de residências ou serviços, o que se expande um pouco a partir da abertura de uma rodovia ligando Rio de Janeiro a São Paulo.

...foram três épocas: a do café, a Rio-São Paulo, depois acabou a Rio-São Paulo, veio a Dutra. Foram três épocas. Depois veio a Bocaina, o artesanato... A Rio-São Paulo movimentou muito porque passava todo mundo por aqui. Não era como a Dutra... (Laurinha) Era de barro, os caminhões atolavam, muitas vezes ficavam por aí atolados... (Dagmar)

...Bananal começou a crescer depois de um tempo quando Washington Luis abriu a Rio-SP em 1928 e então os carros passavam aqui em frente à Farmácia. Foram arrancadas as pedras e então começou a aumentar o movimento aqui na cidade, começou a crescer, aí veio o governo Dutra em 51 e abriu a Dutra e Bananal parou no tempo novamente.

Houve uma melhora aqui com esse governo da região então, que conseguiu muita coisa pra Bananal, reformaram o prédio da Santa Casa, fez alguma coisa o Governo do Estado né ? Mas o principal o prefeito não pediu, que era saúde e estrada, isso é o principal... (Plínio)

A noção de progresso é recorrente entre as falas dos moradores mais velhos e a estrada parece simbolizá-lo, já que possibilitou que por Bananal atravessassem importantes governantes. Hoje, dá acesso aos turistas. Dentre aspectos relatados como mais importantes para Bananal, está a “estrada”, e não é qualquer uma, é principalmente a estrada que leva ao sertão, que é como os moradores chamam o lugar em direção à Serra da Bocaina, onde localizam-se as cachoeiras e trilhas, ou seja, importante ao turista.

...Eu quando fui prefeito aqui, consegui o asfaltamento de 9 Km da estrada para o sertão, lá em cima, e nós deixamos acabar. (...) Agora há necessidade de asfaltar essa estrada até a Bocaina, não é ? Porque os turistas vêm muito aqui e estão comprando propriedades no sertão. (Plínio).

Nas memórias mais recentes, o artesanato e o turismo aparecem como sucessores dos “bons” períodos anteriores. Quando buscam memórias mais distantes, são símbolos a arquitetura, os nomes de família, as festas e as participações políticas de destaque. Esses elementos parecem agir como um amálgama que ainda os liga a um passado, já descrito e discutido neste trabalho, do qual buscam ser os herdeiros legítimos.

O Washington Luiz veio inaugurar. Eu me lembro da Rio-São Paulo, papai era prefeito e o Washington Luiz era governador de São Paulo”. (Laurinha)
Juscelino Kubitschek ficou hospedado aí na Três Barras. D. Pedro também ficou hospedado na Três Barras, com o pessoal do Reino... Aqui era passagem dos cavalos para São Paulo. Depois Getulio Vargas veio aqui em 1945 mais ou menos e passou direto, o pessoal estava esperando para fazer um convite a ele... Naquela época meu pai era candidato a prefeito... Meu pai nasceu aqui, o meu avô também nasceu aqui o meu bisavô veio de Portugal. Meu avô era fazendeiro de café e tinha duas fazendas, a Cachoeira e a São Francisco. (...) Ele vendeu as fazendas e comprou a farmácia e seu estoque para o meu pai, do antigo farmacêutico que foi para Presidente Prudente. Aí meu pai ficou aqui esse tempo todo, entrou na política e foi prefeito três vezes. Eu também fui prefeito duas vezes, vice-prefeito duas vezes...” (Plínio)

Sobre um antigo palacete da Baronesa da Bocaina, Laurinha e Madalena lembram saudosas:

...Era uma beleza... Lá na Praça... era lindo aquele palacete. O forro todo pintado pelo Vilaronga! Tudo de ouro. Foi uma judiação acabar com aquilo. Por que desmanchar aquilo ? Nos lembramos, morávamos ali do lado... (Laurinha e Margarida)
Pena mesmo é o Hotel Brasil. Se você visse que beleza era o mobiliário, a decoração, as louças, coisas finíssimas. (...) Eu comprei muita coisa, comprei um aparelho azul inteirinho lindo, inglês. Venderam os móveis antigos, o Luís não ficou com nada. Você lembra dos quadros na parede ? Eram lindos. A Zulu do Dr. Pindaro comprou quase tudo do Hotel Brasil. Tinha coisas lindas, nossa senhora ! Aquelas travessas, os pratos... (Laurinha)

O apego a esses objetos revela o capital simbólico que representam para essas famílias. São símbolos que ainda povoam o imaginário de algumas gerações e que dão a impressão de recuperação de um certo domínio, de uma reambientação histórica.

Nós, filhos de mamãe e papai, tínhamos uma preta que foi escrava da minha bisavó [Laurinha mostra a bisavó apontando uma mulher pintada num quadro dependurado na parede da sala]. Chamava Galiana, mãe do sacristão. Quando minha bisavó morreu, deixou tudo para essa Galiana e quem herdou foi o sacristão

e depois que ele morreu, deram tudo para a igreja, para onde foi esse quadro. O vigário daqui soube que era da família Ramos e me procurou...

Essa pintura é do Vilaronga, de 1854. Ela [bisavó pintada no quadro] era dona da Dois Retiros, uma fazenda que tem aqui. Eu ainda cheguei lá, depois de casada, fui lá de caminhão pegar uns móveis do meu bisavó. Peguei. Estavam todos velhos, tive que mandar arrumar, mas peguei alguma coisa... (Laurinha)

Os bailes, festas religiosas e procissões também têm lugar na memória da cidade e aparecem nas falas de várias gerações.

Eu era criança, mas me lembro do hotel Brasil e da Dona Candinha. Minha mãe e minhas duas irmãs mais velhas frequentavam, nós éramos crianças e não tínhamos o direito de entrar. A dona Candinha era uma senhora baronesa (...) que não saía de casa, ela recebia, dava bailes e tocava piano. Tinha um salão lindo! Às vezes minha mãe me levava um pouquinho, mas era só... Mas só se recebia a elite, pessoa mais baixa um pouco não entrava. (Laurinha)

Eu nasci em Minas e vim para cá com 8 anos, para a Fazenda Boa Vista, que meu pai comprou e fui criada lá, adoro Bananal porque a gente fica enraizada, né. Gostava muito daqui e fazíamos as nossas festas, que em Bananal eram muito boas, sabe? (...) Naquele tempo, lembro que Bananal era uma cidade muito pequena, alegre, muito cheia de vida. Me lembro de quando estudava no colégio interno em Guaratinguetá, porque aqui não tinha colégio bom. Então, durante o tempo do colégio fiquei por lá, com minha irmã, mas vinha para Bananal para as festas, que eram maravilhosas e a gente era criança. Eu tinha 18 anos, achava tudo maravilhoso, festas muito bonitas, vinha sempre uma orquestra de São Paulo tocar aqui nas festas que aconteciam no Hotel Brasil, quase todas as festas eram ali, porque haviam salões grandes, era muito gostoso. No Vallim também se fazia festas, chamavam de palacete, era muito bonito. Era tudo lá, porque não tínhamos clubes nem nada. Dancei muito! Eu tinha uns 17, 18 anos. Vim para cá em 1922... (Maria)

Nessa época descrita por Maria, o tempo de maior riqueza do café já havia passado e Bananal vivia um período de criação de gado, que nem de longe recuperou as cifras da lavoura cafeeira, entretanto, como revela o depoimento, os símbolos do século XIX ainda guardavam alguma presença. Enquanto esses discursos denotam apropriações do patrimônio, material ou não, e inserem alguns personagens na construção social da história, outros constroem suas próprias representações e se excluem dessa cidade que não é apropriada sequer enquanto fruto de trabalho coletivo. A apropriação da “cidade histórica” é exclusiva de alguns moradores, em função de posições que acreditam ter gozado no passado, seja pessoalmente, seja na imagem de seus antepassados, e é isso que legitima a fala nostálgica e saudosista. Quanto à memória negra, no entanto, pouco se diz e quando o negro é lembrado, vem co-

berto de estigmas, a exemplo deste trecho de um diálogo entre alguns entrevistados

...existe um negro, que só existe em Bananal. Eu queria fazer uma pesquisa sobre esse negro que veio para Bananal que não tem fora daqui. É um negro desta região e ficou aqui e são negros patolas lindos, você nunca viu, totalmente diferentes dos negros do Brasil todo.

Remanescentes de escravos ?

Com certeza. Só tem aqui. É um sonho meu. Deve ser maravilhoso, porque eles são patolas, negros retintos e um rosto, um crânio totalmente diferentes. São fortes, grandões, patolões, mas quando você olha, eles são doces, não são agressivos.

Observe, você vai ver muitos deles por aí, negros lindos ! São diferentes, não aqueles negros mirrados, magros, baixinhos... Não, eles são patolas, parece que fazem musculação.

Quando vieram da África, foram escolhidos a dedo!

O negro aqui é considerado exótico, não igual. Essa população não é mencionada como parte da identidade da cidade, raramente o negro aparece nas falas dos brancos, quando muito, se reproduz um texto clichê, como neste outro trecho de uma entrevista:

...a riqueza de Bananal era o café, só tinha café, havia 9.000 escravos trabalhando só no café, [Bananal] era a maior produtora do Estado de São Paulo!

Sobre referências aos negros como empregados ou como objeto de pesquisa, denota-se que são considerados os outros, e não parte de uma coletividade, são “estranhos” e não iguais. O negro também como fetiche, como mercadoria comprada, explorada e agora, apreciada, estudada.

Em alguns trechos de depoimentos se entrevê a preocupação com a inclusão dos negros na história da cidade. No entanto, se por um lado, se reconhece o negro na disputa de poder que permanece na cidade, por outro, não se relaciona este fator diretamente ao discurso escolhido para figurar no folheto turístico. Para muitos depoentes, o problema do baixo fluxo turístico, em geral, está relacionado mais aos aspectos técnicos e infra-estruturais do que ao uso conflituoso de determinadas representações da cidade.

Como toda história brasileira, toda história é adaptada a quem manda. Se você ganha a guerra, você faz a história. É o que acontece em Bananal. O poder daqui era muito forte, então se mostra o lado bom, da realeza e tal, mas o outro lado, do sofrimento, o lado do negro, é encoberta, porque aqui, os descendentes ainda influenciam a história geral, eles abafam...

...hoje [Bananal] é uma cidade morta, tentaram erguer um pouco com o turismo, mas é muito pouco pela importância que a cidade tem, acho que deveria ter

mais investimentos no turismo, por exemplo, a estrada da Bocaina deveria ser asfaltada, para que os turistas pudessem vir para cá e ter uma estrada boa. Acho também que há falta divulgação, a cidade deveria ser melhor divulgada, suas coisas maravilhosas, o caminho do ouro, é isso aí.

Entre as diversas cidades existentes em Bananal, a cidade negra e violenta convive com aquela pacata e segura, essa ambivalência também está presente, por vezes, em alguns depoimentos. Este trecho da fala de Paulo Roberto, que, buscando tranquilidade, escolheu Bananal para morar após sua aposentadoria, não esconde a intranquilidade que a cidade desperta em sua irmã:

A gente fica olhando isso tudo... Eu já estive contando para minha irmã, convidando ela para vir para cá e ela diz que quer conhecer qualquer lugar, mas Bananal ela diz 'não quero conhecer nem de passagem' e eu pergunto o porquê e ela diz 'porque é muito pesado', é um lugar de muito sofrimento.

Entre as histórias herdadas, ouvidas, compartilhadas, enquanto alguns negros exprimem suas dúvidas, outros acreditam nas interpretações oficiais e se auto-excluem da história, talvez para esconder de si mesmos a história de violência vivida por seus antepassados negros, como relata este outro entrevistado:

Antigamente toda fazenda tinha escravo, e se judiava dos escravos, né? Todas as fazendas tinham cemitério. A fazenda que eu morava tinha dois cemitérios. Meu pai me mostrava onde eram os cemitérios. Lá se matava os escravos. Não era igual agora que tem de passar por algum controle. Naquele tempo não existia isso não, matava, colocava debaixo da terra e acabou. Ninguém sabia quantos morriam, não tinha nem registro. Morreu, morreu. Igual animal no pasto. Animal, hoje mesmo, se morrer, tem que dar baixa. Antigamente não. Ninguém estava nem aí. Passava para debaixo da terra e pronto.

Sobre qual história da cidade prevalece, Francisco dá a pista...

Mamãe eu perdi muito cedo, tinha 5 anos. Com meu pai eu vivi mais tempo. Ele contava alguma coisa do café, mas eu não sei, não lembro. Sei que aqui era a terra do café. Bananal ajudou a pagar muita conta às custas do café, não é? Era plantação grande de café aqui. Tinha também muito escravo. Mas isso aí, só quem leu no livro é que sabe contar.

Alguns se unem em torno de símbolos hierárquicos como louças, pinturas, nomes e cargos públicos. Outros, em torno de vivências coletivas, cujas emoções mostram-se capazes de ações eficazes na manuten-

ção de outras memórias e revelam o sentido coletivo da construção da cidade. Exemplo emblemático é a mobilização em torno da reforma do Solar Aguiar Vallim.

Os motivos que unem as pessoas em torno da reforma do Solar não é o fato de o casarão ter sido construído com base na espoliação do trabalho coletivo e, portanto, pertencer a todos, mas o fato de significar um espaço compartilhado e vivido por todos, simbolizado pelo Grupo Escolar, que funcionou ali.

Você sabe do que eu tenho saudade ? Eu tenho saudades da minha casa daquele tempo, da meninada do grupo escolar ! Ah, que coisa deliciosa! O grupo escolar está restaurando agora, eu já estou cheia de cartão, você precisa ganhar um cartão...¹
...é o povo que está restaurando e está indo bem, está por pouco ! Se Deus quiser! Estamos com um saldo de R\$ 5.000,00 (...). Eu arranjo uma porção de gente, eu dou um pouquinho todo mês, tenho um carnê, mas arranjo mais amigos. O Dr. Osvaldo dá R\$ 250,00 por mês!...² (Laurinha)

A entrevista com Lulu, então presidente da comissão responsável pela reforma, foi realizada no próprio Solar, em meio a cadeiras, tijolos, tábuas, um espaço onde suas falas sobre a história, suas memórias e sobre o envolvimento das pessoas em torno da reforma assumem um sentido verdadeiro. Durante a entrevista, várias pessoas entraram para visitar a obra, entre elas, antigos moradores da cidade e ex-estudantes do grupo escolar, que emocionavam-se ao ver o empenho da comissão e os avanços da obra. Lulu aponta cada passo dado, cada parede refeita, conhece todos os detalhes do casarão e orgulha-se de lembrar como encontrou o Solar:

Esses 20 e poucos anos, ficou tudo largado, cheio de pombo, rato, barata, tudo o que você imagina! Depois nós pegamos, quando ia cair mesmo. Quando entrei aqui comecei a rezar, não sabia por onde começar. Cheio de luvas e máscaras, comecei a tirar de tudo aqui de dentro, quase desisti. (Lulu)

Lulu também não descuida dos aspectos estéticos, mas essa importância justifica-se pela presença do CONDEPHAAT, pois o que faz sentido, mesmo, para Lulu e os moradores envolvidos é salvaguardar a memória do grupo escolar.

-
1. Os cartões aos quais Laurinha se refere são desenhos do Solar em cartões postais, cujo valor da venda é revertido para um fundo de arrecadação para a reforma do casarão.
 2. Tais valores referem-se a quantias arrecadadas junto à população para a reforma do casarão.

Quanto à originalidade, isso é comigo e com os meus camaradas, porque eu tiro fotografia de tudo. Cada parede que eu mexo, tem foto de como ela era e o que foi feito, justamente para me garantir sobre isso, senão amanhã o CONDEPHAAT poderia vir... (Lulu)

O envolvimento da população, entretanto não se dá de forma sempre harmoniosa. A atual comissão para a reforma do Solar Vallim existe desde 2001 e foi formada após ter sido destituída uma anterior, destinada à reforma do telhado da Igreja Matriz. À época, houve rumores na cidade de que parte dos recursos para a reforma iria para a Mitra, o que teria gerado conflitos que culminaram no fim da comissão. Atualmente, a Comissão Pró-Reforma sobrevive de um fundo formado com o pagamento de um carnê, criado para aqueles que fazem doações de qualquer quantia regularmente, além de arrecadações provenientes da venda de cartões postais, dois bingos semanais e um almoço por mês. Também foi montado um bazar permanente que recebe doações de objetos novos e usados para revenda.

Para envolver mais as pessoas, Lulu recomendou ao prefeito que estimule o estudo da história da cidade nas escolas e sua vontade é que no futuro, o Solar sirva de espaço para a projeção de vídeos históricos para os turistas, acolha um museu da cidade e seja também espaço para realização de outros eventos.

Essa preocupação em manter a história por meio de livros escolares, vídeos e museu vem ao encontro de que Halbwachs sugere, ao perceber a dispersão de lembranças importantes.

Quando a memória de uma sequência de acontecimentos não tem mais por suporte um grupo, aquele mesmo em que esteve engajada ou que dela suportou as consequências, que lhe assistiu ou dela recebeu um relato vivo dos primeiros atores e espectadores, quando ela se dispersa por entre alguns espíritos individuais, perdidos em novas sociedades para as quais esses fatos não interessam mais porque lhes são decididamente exteriores, então o único meio de salvar tais lembranças, é fixá-la por escrito em uma narrativa seguida uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem. (HALBWACHS, 1990: 80)

Segundo Lulu, alguns moradores são mais envolvidos, os jovens não se interessam muito pelo casarão, tampouco conhecem sua história e existe uma população que gosta das festas, principalmente os bingos, que acaba também contribuindo.

Tem as pessoas que gostam, como a tia Laurinha e alguns outros. Mas a maior parte está pouco ligando se a coisa está caindo, se está arrebentando, se vai cair se não vai cair. Alguns até acham que deve cair para fazer de novo, uma casa nova.

O depoimento de alguns jovens surpreende pela explícita auto-exclusão do processo de salvaguarda dessas memórias, sobretudo nesse trecho do depoimento de um descendente dos Vallim:

...eu acho legal o trabalho que essa comissão vem desenvolvendo, só que foi bobagem do prefeito anterior, quando a Rede Globo ofereceu dinheiro para reformar todo o prédio e na época ele não quis, porque ela reformava mas também queria usufruir dele por não sei quantos anos. Se na época ele tivesse aceito essa proposta, o Solar já estaria totalmente reformado e seria transformado em museu, com toda certeza. Mas o trabalho que o pessoal vem fazendo é legal, são pessoas que se preocupam com a história e tomara que sejam felizes nessa reforma deles...

O rapaz se exclui quando atribui a reforma a “eles”, ou seja, a reforma e a história do casarão pertencem aos outros, não a ele. Enquanto para Lulu, a maior importância da obra é o fato de ser realizada pela comunidade, o jovem não vê problemas em ter a reforma realizada por um agente externo sem nenhuma relação de afeto ao casarão.

Os depoimentos dos jovens que trabalham como monitores de turismo revelam os abismos que separam esses pólos de uma cidade que se tenta esquecer e outra que permanece, sobretudo no imaginário, e apresentam os motivos do desinteresse:

Da história da região foi passado muito pouco para a gente, da nossa própria geração quase ninguém conhece, quem conhece, como é o nosso caso, é porque fomos participar de um curso de formação [para monitores de turismo], em que a gente acabou aprendendo um pouco sobre a história. Depois, cada um por si, quem gostou foi buscar e se aprofundar mais nisso e na questão natural também da região, que todo mundo da nossa geração acho que conhece pouco também. Quem escolheu ficar como monitor hoje é porque gosta principalmente da parte natural...

...a gente precisava conhecer o lugar que a gente mora, que é uma coisa quase que negada para quem mora aqui. É mais fácil vir alguém de fora e conhecer e a gente não. (...) Até os familiares mesmo, essa é até uma questão que a gente levantou uma vez num trabalho que fez de história e fomos pesquisar e tal, fontes assim que a gente desconhecia, livros que existem. Mas aqui na cidade, mesmo as pessoas mais velhas do que a gente e que de repente trabalham num setor público e tal, que deveriam saber, não sabem. (...) Meus avós mesmo não contaram nada disso e sabem muito pouco também, nossos pais também, não sei, acho que sabem muito menos ainda, porque acho que não foi passado de uma geração para outra.

O grupo de jovens, não obstante sintam-se excluído da história da cidade, é obrigado, enquanto monitores de turismo, a reproduzir uma história oficial, protagonizada por alguns personagens que existem, para eles, no limite da realidade e da fantasia. Sobre o fato de perceberem a história de Bananal concentrada em algumas famílias, é ainda mais forte a sensação de exclusão, que para eles, resume-se aos

... clãs dos familiares mesmo, e os que foram para o Rio, para São Paulo e tal, porque quando a aristocracia do café, por exemplo, aqui acabou, os parentes ficaram pobres e foram procurar novos cursos, porque na época precisava ter uma formação para ser um aristocrata mesmo. Então, não tinham dinheiro, mas foram para novos cursos das capitais, então os familiares ficaram em São Paulo e tal... E são essas pessoas que conservam ainda um pouco da história e de vez em quando você vê um livro surgindo e o sujeito é do Rio ou de São Paulo e a família era aristocrata daqui.

O fato de Bananal não ser apresentada como fruto da construção social reforça essa sensação de ‘cidade estranha’, lugar dos outros, uma realidade distante...

... A parte histórica, sinceramente, a maioria de nós não gosta muito porque a gente fica até cansado, porque é tanta aristocracia e tão longe da realidade que a gente vive...

Quanto à parte histórica da cidade eu não conhecia nada. Vim a conhecer agora, depois do curso³, mas também sempre me interessei mais pela parte natural da cidade, sempre fazia trilha aqui, conheço bastante a Serra da Bocaina, só que a parte histórica da cidade não tinha nem noção.

...acho que deveria ter alguém que levantasse melhor essa história, porque Bananal é uma cidade representativa, mas não se sabe até que ponto é verdade ou se essa história também foi criada por gente saudosista, entendeu? Então Bananal pode ter sido importante, mas até que ponto, historicamente falando, porque, sinceramente, às vezes eu leio alguma coisa em fontes mais confiáveis do que as da prefeitura, por exemplo, mas eu acho um pouco saudosista diante da realidade que estamos, então acho que deveria existir uma análise mais cuidadosa. (Monitores)

A falta de identificação com a história da cidade é tão grande por parte desse grupo, que o patrimônio que a simboliza não tem importância e os discursos em nome da sua preservação não têm aderência às novas gerações, para quem restou apenas “um monte de casarão velho”.

3. Os monitores de turismo fizeram um curso de formação em parceria com o Sebrae e o Instituto Florestal, que deu noções do patrimônio histórico e natural de Bananal.

Uma vez eu disse que Bananal só tinha casa velha e um sujeito quis brigar comigo. Ele fazia parte do nosso grupo, só que tem opiniões diferentes e um dia falei numa brincadeira que eu não queria guiar pessoas por um monte de casas velhas, queria ir para o sertão. (Monitor)

Se do ponto de vista interno da comunidade os discursos não têm aderência, do ponto de vista externo, o abandono do patrimônio por parte dos órgãos oficiais assume o sentido de “objetos sem importância” e, portanto, nem mesmo sua dimensão estética pode ser aproveitada.

Aqui tem um monte de casas que têm só a fachada. Na frente tem uma fachada, um paredão e atrás tem outra casa totalmente ‘acabada’ e a pessoa não tem dinheiro e aquilo não pode ser derrubado, tem que esperar o tempo destruir. Então é assim, você chega, mostra e diz que aqui morou fulano de tal sem nem mesmo eu ter certeza do que estou falando, se bem que nem mesmo na história a gente não tem certeza de quase nada, muita coisa não é verdade, né? Mas você não tem nem o que mostrar, porque as casas que estão melhores, tem morador também. Outros, não temos condição de entrar porque virou um depósito de teias de aranha e um monte de outras coisas... Então, não tem uma conservação do patrimônio. (Monitor)

As expressões e a forma como esse grupo se referia a essas questões históricas transmitia uma sensação de submissão desgastante à reprodução da história de Bananal para o turista. Essa insatisfação demonstra que a inclusão do jovem como monitor de turismo em uma nova opção profissional e numa nova proposta para a cidade é apenas aparente. A participação efetiva da população em um projeto que se alimenta da memória, como é o caso desse tipo de turismo, passa necessariamente por uma revisão de sua história, reatando laços de um passado que, de fato, pertence a todos, religando histórias atuais às consequências deixadas por um passado há muito desigual, injusto, excludente e que, por isso mesmo, deve pertencer a todos, e não ser apropriado apenas a uma pequena parte da população, para quem a história faz sentido e convém mantê-la.

Dessa maneira, escamoteando as violências do passado, o abandono histórico da cidade e o enriquecimento dos grandes personagens às custas do trabalho daqueles que permaneceram para viver a pobreza que seguiu após o café, o tratamento sincero oriundo de uma apropriação legítima da cidade não se completa nem se concretiza na paisagem urbana e nos discursos de seus moradores.

Essa concepção de cidade, só permite que ela seja vendida como fetiche da visualidade, como mercadoria, e não como espaço de visibili-

dade, de reencontro com sujeitos da história, e como espaço para a alteridade, em lugar de uma 'história única'.

Ao buscar outras referências que aglutinem grupos em torno de ações autênticas, criam-se novas categorias de identidade, permitindo que, por meio de outros mecanismos, surjam espaços capazes de gerar alguma identificação:

... me interessei mais pela parte natural da cidade, sempre fazia trilha aqui, conheço bastante a Serra da Bocaina, (...) É uma coisa minha assim, não porque a cidade oferece, já é uma coisa que eu gosto, faço *rappel*⁴. Também tem a facilidade, muita gente vai à cidade e fala: estamos aqui mesmo, então vamos ali na cachoeira, no ribeirão... já está na porta e o pessoal vai...

... todo mundo que está aqui [os monitores] prefere fazer a parte natural, que pelo menos é um lugar que faz você ficar melhor e a gente se sente bem fazendo o que faz na parte natural, então, o forte de Bananal é a parte natural. (Monitores)

Há maior identificação desses jovens com recursos naturais da região, e não com sua história cultural. Assim, a Bocaina passa a ser um lugar de maior representação das riquezas, potencialidades e realização pessoal, enquanto a área urbana permanece como território estranho e desconhecido.

2. Individualidades e institucionalidades: os espaços das ações e das opiniões na produção da cidade

Em meio às opiniões pessoais de cada morador entrevistado, há também as falas institucionais que, a exemplo da presença dos órgãos de tombamento, do Sebrae e até mesmo do Conselho Municipal de Turismo ou da Comissão Pró-Reforma, promovem suas ações e desencadeiam tensões. No caso de agentes externos à comunidade, algumas vezes, a ajuda configura certa invasão de espaços e intervenções, sem plena participação e consensos.

Nesse contexto, a chegada do turismo pode configurar-se como uma atividade que também se origina antes que seja pactuada entre a população, considerando seus prós e contras e logo projetando Bananal no circuito turístico.

Lúcia Nader, funcionária da Prefeitura, envolvida com a atividade turística desde seu início, em Bananal, falando sobre a empregabilidade do

4. O *rappel* é uma técnica usada para se descer lugares altos como prédios, montanhas, cachoeiras, abismos, etc por meio de corda e outros equipamentos de segurança, e vem sendo praticado como esporte de aventura.

setor de turismo na cidade, destaca o artesanato como elemento capaz de responder às expectativas das novas oportunidades:

...têm aumentado [os empregos], para você ver, os hotéis contratam mais e no crochê, por exemplo, temos mais de 2000 artesãs na cidade...

Plínio, da Pharmácia Popular, também aposta no turismo como opção para a cidade:

...a economia de Bananal é pecuária e o crochê (...). Agora a esperança nossa é a agricultura e o turismo. Mas precisa de uma infra-estrutura que está começando agora e está muito devagar...

Para o poder público, essa dimensão do uso do costume do crochê para gerar emprego e renda revela a ambivalência desse tipo de apropriação pelo turismo já que, ao mesmo tempo em que apresenta novas opções e pode aproximar pessoas, apropria-se da capacidade criativa em nome de 'novas mercadorias' e cristaliza identidades, ao nomear Bananal como a 'terra do crochê':

... sai bastante o crochê e agora tem as lojas que trabalham com as pessoas que fazem e que também vendem separado, como também a gente está criando um grupo dentro do Sebrae, um grupo de artesanato com crochê de barbante, mas com tingimento natural para diferenciar esse produto, ser mais chamativo e estabelecer assim uma posição de mercado, porque Bananal é a terra do crochê, entendeu ? (...) A gente está trabalhando mais com esse lado conscientizado, da importância do trabalho de associativismo, de cooperativismo, porque todo mundo ganha, pelo menos é meu objetivo... (Lúcia)

Os turistas consomem esse artesanato, e sua comercialização o sedimenta enquanto atrativo turístico, constituindo mais um significado que a cidade agrega à sua identidade.

Irma conta que Laurinha foi a primeira pessoa a fazer, ensinar e divulgar a confecção de artigos em crochê e que, a partir disso, surgiram oportunidades de emprego para muita gente. Irma acrescenta que não foi apenas uma questão de criar oportunidades de trabalho, mas de realização e serventia perante a comunidade.

...abriu a Bocaina e o artesanato foi posto em Bananal, que deu trabalho para muita gente e aí começou a chamar turismo, aí foi que levantou, né...(...) eu fui a primeira. Não teve um só jornal que não viesse me procurar aqui em Bananal. (Laurinha)

Segundo Tia Laurinha, ela mesma não faz mais nada em crochê, mas hoje existem muitas lojas que vendem o artesanato e, em qualquer lugar do município, seja na roça, no sertão, no centro da cidade ou na periferia, se vêem mulheres e homens produzindo tapetes, chapéus, toalhas, bolsas e diversos outros artigos em crochê.

... quem era empregada doméstica podia trabalhar em casa, fazendo crochê com as crianças em casa. Trabalhava fora e à noite ia fazer crochê para ganhar mais... Porque só tinha trabalho aqui de empregada doméstica, mais nada... Lá em casa, no sobrado, tinha fila de carros, gente de todo o país na minha casa. Até do Egito teve gente lá em casa ! Inglaterra, Espanha, França, Estados Unidos... Para comprar crochê... Olha, nunca pensei que esse crochê fosse dar isso não... (Laurinha)

Esse orgulho expresso por Laurinha, identificado não só na fala, mas também na sua expressão ao se referir ao crochê, e seu significado atual para muitas pessoas, permite situá-la no que Voldman classifica de 'grandes' testemunhas, já que ela assume um papel histórico e toma consciência disso, ao relatar sua participação no curso dos acontecimentos. Assim, Laurinha fortalece ainda mais os seus laços com a cidade, reatando passado e presente, por meio da simpatia por todos os símbolos históricos de Bananal e da posição de precursora desse costume do crochê.

São, aproximadamente, 30 anos que correspondem ao despontar do artesanato, do reconhecimento do valor arquitetônico que originou o pedido de tombamento do núcleo urbano de Bananal e, mais recentemente, na década de 1980, o título de Estância Turística. Portanto, o desencadeamento de ações, individuais ou comunitárias, combina-se com a presença de instituições que também promoveram mudanças, tanto nas feições quanto nas tradições da cidade.

Foi durante a década de 1970 que o CONDEPHAAT, apesar de ter propostas para um tombamento mais amplo que se estendia até a área rural, incluindo algumas fazendas, conseguiu manter o núcleo urbano, e alguns imóveis existentes até hoje foram legalmente considerados patrimônio do Estado de São Paulo. As ações decorrentes da entrada da entidade em Bananal também dividiram opiniões e promoveram conflitos entre a população.

Na primeira restauração aqui em Bananal, teve uma reunião sobre essa grande cultura de São Paulo, queriam que eu fosse, porque a primeira restauração fui eu que fiz, daquele sobrado grande. Eu morei ali. Hoje está com um casal, ele é procurador do Estado e melhorou muito a reforma. Lá dentro é uma riqueza ! Sei que fizeram a reunião mas eu não compareci (...). Queriam as pessoas que

tinham feito restaurações em Bananal e eu fui a primeira, então aí começou e veio o CONDEPHAAT (...) Isso foi em 1977, 1979, por aí... (Laurinha)

A interferência do CONDEPHAAT na ordenação de determinados imóveis e áreas da cidade hoje se expressa na paisagem urbana, como relatam dois diferentes entrevistados.

Bananal era estância e, para acrescentar o título histórico à categoria de estância, precisava de um voto do CONDEPHAAT e eles, em 1985, tinham interesse que passasse, em função da ajuda financeira que passaria a vir para o município, uma verba extra. Então todos estavam de acordo para que a cidade passasse a estância turística. Para nós que moramos aqui foi pior, você pode achar incoerente, mas não é. Naquela época comprei esta casa e estava reformando e eu tive problemas porque minha casa está a poucos metros do Solar do Vallim, que era o único prédio tombado, além da Fazenda Resgate e da Estação e então eu não poderia mexer por estar a menos de 300 metros de um imóvel tombado, só com autorização do CONDEPHAAT, só que na época, o CONDEPHAAT estava chegando a Bananal e o prefeito dizia amém para tudo que o CONDEPHAAT fazia.

... gosto desses casarões, por mim, não deixaria nenhum cair, nenhum. A história é a coisa mais importante da cidade. Agora, acho um erro muito grande o CONDEPHAAT cobrar isso e não termos muita ajuda...

A relação entre a Comissão Pró-Reforma e o CONDEPHAAT, no entanto, é boa no que diz respeito aos parâmetros técnicos de restauração do Solar do Vallim, feito sem acompanhamento, mas a partir de registros que o próprio Lulu guarda do imóvel no passado. Entretanto, a falta de compartilhamento de decisões sobre o tombamento e gestão desse patrimônio esbarra em interesses individuais, representados pela reforma na casa do entrevistado, e originam conflitos expressos na produção de um espaço que não apresenta consensos, não é uma paisagem desenhada coletivamente, mas também uma disputa por espaços individuais.

Lulu também percebe certa 'distância' da comunidade para a gestão do patrimônio histórico, disse que há pouco conhecimento sobre a importância do patrimônio arquitetônico de Bananal, mesmo do ponto de vista do seu valor estético.

Lidar com a inserção de novos sujeitos na gestão, participação e apropriação de espaços dos quais foram excluídos representa transformações e, como acentua Sawaia,

O medo exagerado das transformações é produto da insegurança gerada pela quebra de significações hegemônicas e do desempenho monolítico, sustentadores de hierarquização dos benefícios e do poder. (SAWAIA, 2004: 125)

Exemplo da ausência de uma discussão democrática sobre os usos da cidade é também a postura do poder público sobre o patrimônio. Quando perguntado sobre sua relação com o turismo e com a comunidade, o Prefeito disse que teve de centralizar muitas ações em função dos recursos escassos. Segundo o Prefeito, as pessoas de Bananal não sabem o que têm, e por isso tomou decisões por si, direcionando recursos para a reforma da estação de trem e promovendo sua conversão para sede do COMTUR, além da formação dos monitores de turismo. Optou por esses encaminhamentos, após verificar que o uso dessa antiga estação de trem como estação rodoviária acabaria por descaracterizá-la e destruí-la por completo.

Como acentua Mills,

Os homens são livres para fazer a história, mas alguns homens são muito mais livres do que outros. Essa liberdade exige o acesso aos meios de decisão e de poder pelos quais a história pode ser feita hoje. Nem sempre, porém, ela assim é feita... (MILLS, 1965: 196)

O próprio conceito de turismo que se quer para a cidade não foi pactuado com a população, para que a organização da atividade turística seja produto coletivo.

... Quando eu entrei aqui, fazer turismo para a comunidade era a prefeitura, o prefeito organizar quermesse (...). Era festa, pagar um artista para vir dar um show aqui, isso era turismo, essa era a imagem de se fazer turismo em Bananal. (...) O comércio hoje já tem uma visão diferente, os proprietários dos hotéis-fazenda estão melhorando e investindo na comunidade, investindo no hotel, tem hotel hoje aqui em Bananal com piscina aquecida ! Coisa que era impensável. Você vai no hotel Boa Vista hoje, tem piscina com água aquecida, isso é bacana. Você oferece um plus para o seu hóspede. (...) Então essa mudança de mentalidade é uma coisa muito positiva, quer dizer o prefeito sai, mas a mentalidade vai ficar... (Wilton)

Quanto aos novos usos para o Solar do Vallim após a reforma, nem mesmo o prefeito tem planos muito claros, tampouco suas idéias vêm ao encontro das propostas da Comissão Pró-Reforma. Wilton Néri mencionou sua intenção na criação de um centro de pesquisas, ligado a alguma universidade que, além de aprofundar pesquisas sobre Bananal,

também “traga para a cidade um outro perfil de pessoas, que dêem nova dinâmica à vida cultural da cidade”. Mas “vai ficar devendo”.⁵

Essa divergência quanto ao destino desse imóvel oferece condições para se pensar o processo de participação da comunidade nas decisões sobre a gestão da cidade, e aqui especificamente, sobre o patrimônio histórico.

A pluralidade nos conceitos do que seja o patrimônio e qual o destino que lhe deve ser dado, aponta para a necessidade de gestão descentralizada e participativa, acompanhada de processos que sensibilizem a população e a façam apropriar-se, de fato, do que já pertence à cidade de direito, em lugar de centralizar decisões, a despeito do desconhecimento da população sobre sua história e cultura. Decisões sobre o uso do espaço urbano sem consenso também contribuem para a configuração de um lugar estranho, que não gera apego ou afeto, porque não representa a vontade da população. Além disso, a ausência de participação popular nas decisões sobre os usos da cidade pode fazer com que, a cada troca de prefeito, os encaminhamentos sejam arbitrários, já que, não sendo apropriadas pela população, não há também oposições quanto às decisões.

A relação com a política mostra-se frágil, como demonstra este trecho do depoimento de um entrevistado ao referir-se à recadação de fundos por parte da Comissão:

Infelizmente, nenhum vereador se interessa. Se eles tivessem interesse, o prefeito teria. Se tivessem, fariam leis em favor disso. Não teve um que pedisse um tostão para isso. O prefeito falou uma coisa certa, essa obra [a reforma do Solar do Vallim] não dá dinheiro para ninguém, não interessa. Por isso, essa obra só tem um valor: o fato de a comunidade estar realizando. Isso é claro. Se um vereador doa um caminhão de areia, isso fica registrado como uma doação de qualquer outra pessoa. Isso para político não tem valor nenhum.

Sobre a participação da Comissão Pró-Reforma no COMTUR, órgão que tende a ser mais democrático, na medida em que representa outros segmentos da sociedade, não se percebem grandes diferenças e também parece não se distinguir muito bem o COMTUR do poder público, já que se vê busca de interesses particulares em ambos, como denota este trecho do depoimento de outro entrevistado a respeito da reforma do Solar:

5. Na ocasião deste depoimento, Wilton Néri já sabia que, até o término de seu mandato (dezembro de 2004), não seria possível fazer propostas para o Solar.

Nunca soube de interesse direto do COMTUR no Solar, mas todos têm interesse em puxar sardinha para algum lado, essa obra não, ninguém consegue puxar essa obra para lado nenhum. É o povo, a comunidade que está fazendo. Aqui, as pessoas que gostam doam, não pedem nada. Enquanto uns não gostam, outros gostam. Teve um sujeito que gostou da obra, mandou 2.140 sacos de cal, um caminhão! Tudo isso está colocado no balancete. Político se machuca com isso, no balancete da Comissão está tudo especificado e por isso, não consegue dizer que foi ele, não conseguem puxar sardinha não. Aqui tem político, principalmente vereador que não tem como falar que fez aquilo que não fez. Não precisamos deles não, político só atrapalha a gente.

Os diferentes grupos que atuam dinamicamente na produção e reprodução da cidade originam territórios, cada qual com suas aspirações e simbolizando seus desejos.

Além dos aspectos históricos, das questões relativas ao patrimônio e à memória, Bananal tem vivenciado o aparecimento de submoradias, a reconfiguração de alguns espaços como a área rural e a serra, em função do interesse turístico e do setor imobiliário, além de novas práticas socioculturais, que transformam tradições.

No bairro mais populoso daqui, o Bom Jardim, tiramos o esgoto do córrego Lavapés. Junto a isso, projetos de habitação, tentando desfavelar alguns bairros que a gente tinha aqui. Uma submoradia próxima daqui, no centro da cidade. Na antiga Rua da Palha, atual Bairro da Boa Esperança, a gente agiu, fizemos um recadastramento imobiliário que há muitos anos não se fazia, décadas. Recadastramos toda a parte comercial imobiliária da cidade, depois recadastramos IPTU e ISS, que melhorou também, porque antes não eram tributados. (Prefeito)

Apesar de a área urbana não ser muito extensa, a construção de 128 apartamentos para substituição dessas submoradias foi feita no bairro Laranjeiras, um pouco afastado do centro da cidade, o que também interfere na reorganização das famílias em outro espaço e talvez tenha mais interesse tributário do que regulatório.

... É nas Laranjeiras, depois da Beira Rio, é do outro lado, ficou muito bom e ali tem 128 apartamentos, quatro prédios e ele calçou, conseguiu o calçamento todo e ali desenvolveu também aquele canto, cresceu bastante, ficou bonito, valeu a pena, só que derrubou o prédio antigo... (Morador)

Os primeiros loteamentos para além do centro urbano, segundo os entrevistados, datam de 1959 em diante, e as décadas de 1960, 1970 e 1980 são as de maior transformação.

...Meu marido começou a lotear a minha chácara, aí começaram a fazer umas casinhas muito pobres e pensamos que ficaria horrível, porque casa boa era a nossa e só. Faziam aquelas casinhas vagabundas, pagando a prestação, o lote... Daí, um senhor que morava aqui também loteou a parte dele e pronto ! Começaram a melhorar as casinhas e virou uma vila. Começou tudo com a venda de lotes... (Morador)

Lembra-se também da entrada de outras atividades em Bananal, nesse período:

...A Ácqua fica lá no sertão e é uma fábrica de fabricação de trutas... Mas me lembro da ocasião que ele começou, eu me lembro antes da Madeirite, que teve uma época que desenvolveu bastante a cidade com isso, tinha mais de cem funcionários aqui em Bananal. Madeirite é uma firma de São Paulo que lida com madeira. Eles compram madeira do sertão e desdobram. Acho que começaram em 1960, são proprietários de grande área no sertão e eles é que faziam o reflorestamento. Cortavam pinheiros que já existiam, mas reflorestavam. Tinham compromisso. Esse madeiramento que está descendo para trabalho aqui, já é fruto da plantação deles, do reflorestamento... (Moradora)

A Serra da Bocaina, por exemplo, vem se tornando atrativa também aos investimentos imobiliários, que se expressam tanto na ampliação do número de hospedagens turísticas quanto na comercialização de lotes.

...os turistas vêm muito aqui e estão comprando propriedades no sertão... São loteamentos e fazendas, meu cunhado mesmo vendeu para um norte-americano, vendeu 100 alqueires, depois mais 100 e agora mais 300, é mato e pedra, foi um norte-americano que comprou... (Morador)

A busca pela natureza e ambiente bucólico do campo alimenta de motivações novas formas de turismo no campo, além daquelas da cidade. As principais fazendas locais se converteram para atender a esse novo viajante. Boa Vista, Três Barras, Coqueiros, Casa Grande são exemplos de propriedades abertas à visitação e, em sua maioria, possíveis de pernoitar.

Alguns jovens moradores também percebem mudanças nas tradições e nem sempre aceitam as "novidades". Nesse aspecto, o turismo também se mostra como elemento atuante na resignificação e na atribuição de valores não só ao patrimônio material, mas também às manifestações culturais imateriais. Se o turismo não se assenta numa relação de pertencimento legítimo da população com as manifestações culturais, abre espaço para que se transformem esses novos atrativos em mer-

cadorias, cujo valor passa pelo seu potencial de comercialização. Afinal, como lembra Ana Fani Carlos,

O mundo dos homens é cada vez mais o mundo da mercadoria e do que é possível comprar. A relação das pessoas – mediada pelo dinheiro – passa pela relação das coisas. (CARLOS, 2003: 19)

Exemplo dessa interferência é o que divide um jovem entrevistado entre o valor do Carnaval enquanto tradição e seu valor comercial para o “bom turista”, aquele que se sente atraído pelo que é legítimo, mas acima de tudo, é um consumidor.

... Geralmente o pessoal de Barra Mansa, Volta Redonda é um pessoal mais assim, de periferia. Sem preconceito nenhum, mas o pessoal que frequenta baile funk geralmente vem e depreda, vem para bagunça, briga... (...) Infelizmente no Carnaval vem esse pessoal de Barra Mansa que só vêm aqui para atrapalhar a nossa festa. (...) O nível do Carnaval caiu muito por conta disso... Parece que direcionaram o Carnaval para um público... Nem sei para que público, sei lá. O tipo de música que estava tocando no Carnaval atraía esse público e afastava o outro, que mantinha aquele Carnaval que era o melhor... que atraía o turista que consumia na cidade, o bom turista.

Para Irma, grande parte dessas transformações se insere num contexto mais amplo de avanço tecnológico, proliferação da televisão e de consequente mudança nos hábitos, sobretudo dos jovens. No Carnaval, inclusive, diz que é comum o envolvimento dos jovens com drogas. Irma é professora primária em São José dos Campos e isso, talvez, a faça perceber melhor as mudanças a cada geração.

O tipo de transformação percebida nessa festa abala uma sensação importante da noção de identidade e pertencimento, que existe na cidade. Tanto nos depoimentos dos moradores mais velhos quanto nos dos jovens, destaca-se a característica pacata de Bananal como aspecto a ser preservado, ainda que ele não se compatibilize com a busca por uma cidade que atraia mais turistas e ofereça melhores oportunidades de trabalho e estudo que os jovens buscam.

Cresci nesse ambiente e depois fui para São Paulo e senti muita falta daqui. Meus filhos adoram Bananal. (Maria José).
Olha quem morou aqui cria raiz, eu tenho uma parentada que tem loucura por Bananal. A Família Porto. Você conhece o Sérgio Porto ? Essa família é enraizada, ainda tem uma porção por aí, tem a Renata, o Ricardo, o Fernando, o João André. (Laurinha)

Todos os jovens reclamam da cidade, mas no fundo, no fundo, não conseguem ficar longe daqui. Acho que essa cidade encanta o pessoal... (Joaquim)

Aqui se dorme com a janela aberta sem problema nenhum. O pessoal vem muito aqui e diz: por que não vai para o Rio, São Paulo, dá para ganhar muito dinheiro em outras cidades, Barra Mansa que está aqui pertinho e está crescendo... Ele [um médico amigo] dizia: 'Não! Eu gosto de Bananal pelo que Bananal não tem, porque aqui não tem nada que tem em cidade grande... Aqui tem clima bom, povo tranquilo, uma família só, não tem assaltante, então eu gosto de Bananal pelo que Bananal não tem...' Eu também estou aqui por isso... (Plínio)

No surgimento de um novo processo de transformações, o sentimento de não ruptura da memória coletiva é importante, pois converge para o que Halbwachs chama à atenção quando explica uma certa imaginação de que 'nada mudou', mesmo em meio a crises, isso porque o que faz as pessoas criarem raízes, o aproveitamento das tradições, de alguma maneira 'reata o fio da continuidade'.

A possibilidade de substituição do velho pelo novo, essa busca incessante do novo, refletida muitas vezes na produção da cidade, a exemplo da implantação de piscinas aquecidas nos hotéis-fazenda, ou nos novos ritmos que se agregam ao Carnaval tradicional, implica compreender as várias temporalidades que habitam Bananal e, segundo Benjamin,

esta compreensão da temporalidade é inseparável da produção capitalista, em particular do seccionamento do tempo no trabalho industrial e da transformação dos produtos e da atividade humana em mercadorias, 'novidades' sempre prestes a se transformarem em sucata. (GAGNEBIN, 1999: 50)

Esses diferentes depoimentos mostram que o turismo chega em um ambiente que traz inúmeras potencialidades para a realização pessoal em diferentes gerações, valorização cultural, com inclusão plena nas atividades que vão se desenhando como novas oportunidades sem que isso implique transformar produção e trabalho humano em mercadoria, sem fetichização e exclusão.



Estação Ecológica de Bananal. Foto da autora, 2011.



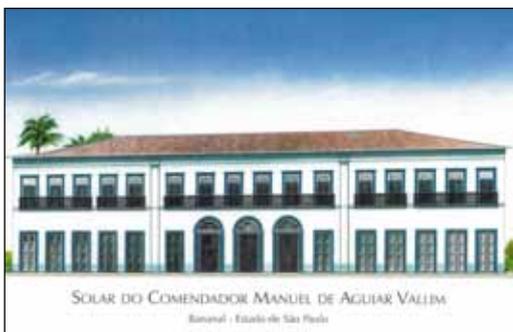
Bingo no Solar 2009. Imagem cedida pela ABATUR – Associação Bananalense de Turismo.



Hotel Brasil. Foto da autora, 2011.



Visita escolar ao Solar em 2010. Imagem cedida pela ABATUR – Associação Bananalense de Turismo.



Cartão Postal do Solar, parte das ações de arrecadação de fundos para seu restauro.



Antigo sobrado de tia Laurinha.



Igreja Matriz. Foto da autora, 2009.



Construções irregulares à beira do Rio Bananal. Foto da autora, 2004.



Pharmácia Popular Inaugurada em 1830. Ao lado, residência de Plínio Graça.

V - Rematando algumas ideias para a busca de novas viagens

O fato de a cidade de Bananal guardar em sua paisagem elementos que lembram a história vivida evita apagar, renunciar, esquecer as atividades que ajudaram a definir a trajetória de um período, das riquezas geradas pelo café e pelo comércio de escravos, do capital de seus fazendeiros, transformado em capital industrial, e fundamental para a noção de progresso que o desenvolvimento da indústria representa. Isso importa, afinal, o “esquecimento não seria só uma falha, um ‘branco’ de memória, mas também uma atividade que se apaga, renuncia, recorta...” (GAGNEBIN, 1999: 03)

Ler criticamente essa noção de progresso na paisagem urbana é pactuar com Benjamin a necessidade de *escovar a história a contrapelo*, e essa ‘desconfiança’ das benesses do progresso é necessária no processo de produção da cidade, neste caso, da cidade que se quer turística, pois a crença no mito de criar núcleos turísticos receptores de sucesso como saída econômica dentro da mesma lógica de exploração do trabalho, disciplinando moradores como trabalhadores do ‘bem receber’, seguiria como uma atividade vazia de sentido e igualmente mecânica, apenas numa outra roupagem. Além disso, pode fazer declinar a capacidade de gerar experiências, na medida em que, muitas vezes, a produção do espaço turístico implica artificialização dos lugares de memória, traduzindo a história neles contida em informações convincentes a serem divulgadas pelos folhetos e guias turísticos, lembrando, inclusive, a substituição da narrativa pela mera transmissão de informação, também criticada por Benjamin.

Retomando a importância do patrimônio, visto hoje como alegoria e, portanto, passível de ser transformado em símbolo usurpador de significados históricos poderia, porém, expressar o que o passado reprimiu, quando registrou como ‘história oficial’ a história da classe dominante, a

história daquela burguesia transformada em aristocracia cafeeira. Essa memória pode abrir-se para uma outra ressignificação da história. Benjamin, segundo Gagnebin, empreende a alegoria como “reabilitação da temporalidade e da historicidade, em oposição ao ideal da eternidade que o símbolo encarna” (GAGNEBIN, 1999: 31), mas como ter ‘leitores’ dessas alegorias capazes de identificar os sentidos da história? Remete-nos a essa preocupação o exemplo dos níveis de leitura de Orígenes (GAGNEBIN, 1999: 32), cujo primeiro leitor, mais ‘tosco’, descortina apenas o sentido literal das palavras, o segundo seria capaz de avançar para além do visível, mas apenas um terceiro, com ‘perfeição espiritual’, identificaria o sentido encoberto pelas palavras.

Além, então, da necessidade de termos sujeitos capazes de ler o sentido guardado por detrás da dimensão sensível da paisagem, os flashes que podem despertá-los para um recomeço dependem também da manutenção de registros que permitam esse encontro com o passado. Nesse sentido, a paisagem da cidade, enquanto expressão de todas as suas contradições, materializa os valores e a história dos vencedores, a ser descoberta, transformada e rompida pelos vencidos, pelos oprimidos, e por isso, a manutenção desse patrimônio histórico é importante. Ali, os jovens, os trabalhadores rurais, mulheres, compõem um grupo que vai além da classe proletária e que hoje não encontra sequer opção de trabalho, e reflete a manutenção da lógica iniciada por aquela burguesia ainda viva nas grandes propriedades rurais e fazendas históricas.

O desafio não é apenas lembrar esse passado, mas identificar quanto dele está contido no presente, nessa contínua produção da cidade, a exemplo de Proust, cuja estética se identifica no método do historiador ‘materialista’ e transforma simultaneamente o presente e o passado, conforme explica GAGNEBIN,

A mesma preocupação de salvar o passado no presente graças à percepção de uma semelhança que transforma os dois: transforma o passado porque este assume uma forma nova, que poderia ter desaparecido no esquecimento; transforma o presente porque este se revela como sendo a realização do possível dessa promessa anterior, que poderia ter-se perdido para sempre, que ainda pode se perder se não descobrirmos, inscrito nas linhas do atual. (GAGNEBIN, 1994: 16)

Esse encontro com o passado, entretanto, vai além de perceber ‘as inscrições nas linhas do atual’, mas a partir dele, procurar ações transformadoras na construção de um presente que não reproduza as semelhanças com o passado.

Uma cidade que recebe viajantes, também poderia oferecer ao seu morador a capacidade de conhecer suas próprias tradições e de ganhar sua vida, digna e prazerosamente, sem sair da cidade e, ao mesmo tempo, conhecer o que aquele que viaja tem a contar. Entretanto, o contar de experiências presente no viajante deveria recuperar sua capacidade de promover a interpenetração de vivências e experiências, característica da narração, e muito ausente em grande parte dos viajantes, que pouco se relacionam com os 'visitados'.

Além disso, a produção de cidades turísticas como lugares espetaculares gera um viajante que tende a valorizar mais a informação, afastando-se da experiência coletiva e aproximando-se da individualização. Talvez esse comportamento represente também um declínio da narração em função da difusão da informação, percebida na cidade turística num tipo de uso do patrimônio tratado enquanto ícone, símbolo, alegoria que transmite uma informação, tratado como imagem a ser consumida, revestida necessariamente de uma história plausível, qual seja a história oficial da burguesia.

A possibilidade de relacionar as teses sobre a história de Walter Benjamin a situações tão atuais revela uma fonte de reflexão capaz de alimentar o hoje de ações transformadoras, tão necessárias para o rompimento do *continuum* da história. Eis uma tarefa lançada por Benjamin, que serve de referência no momento em que se busca o passado. A busca da centelha de esperança a ser despertada; as oportunidades de lutar por um passado oprimido e a sugestão da empatia com os vencidos, uma vez que "...os que num dado momento dominam são os herdeiros de todos os que venceram antes. A empatia com o vencedor beneficia sempre, portanto, esses dominadores." (BENJAMIN, 1994: 225)

Esse conjunto de idéias impinge os objetivos que orientam o turismo em sua busca por um passado histórico e os significados ocultos na valorização de seus suportes culturais e históricos, o questionamento e, ao fazê-lo em Bananal, surgiram novas possibilidades, reforçadas pelo conceito de história vista como "...objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de 'agoras.'" (BENJAMIN, 1994: 229). Aquela paisagem que retrata a história das lavouras cafeeiras, os morros pelados pelo plantio desenfreado do café, os casarões, os sobrenomes ainda presentes na cidade, traz em si a capacidade de promover a lembrança de acontecimentos, para orientar a cidade num outro recomeço, diferente da lógica das relações historicamente impressas ali, e "um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos

encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois” (BENJAMIN, 1994: 37).

Essa revisão da história é possível, pois o turismo retorna à cidade elementos que trazem, antagonicamente em si, a capacidade de devolver à população uma cidade que lhe foi tomada, ao mesmo tempo em que pode selecionar os atores da história em mais um processo de privilegiamento de determinadas identidades, e conseqüentemente, exclusão de outras.

O turismo mostra-se como possibilidade de criar espaços de inclusão e participação, ao mesmo tempo em que produz sutilezas que geram exclusão e que dividem territórios, físicos ou imaginários. Isso pode torná-lo um ambíguo instrumento capaz de manter desigualdades e reforçar dominação, gerando emancipação, revisão de valores afetivos, subjetivos e identitários.

Ao se indagar por identidade, para se discutir cidadania ou conhecer um fenômeno, penetra-se nas filigranas das relações de poder e as respostas obtidas podem questionar ou repor significações hegemônicas que as sustentam. Identidade esconde negociações de sentido, choques de interesse, processos de diferenciação e hierarquização das diferenças, configurando-se como estratégia sutil de regulação das relações de poder, quer como resistência à dominação, quer como seu reforço.(...) (SAWAIA, 2004:123)

As configurações identitárias expressas na paisagem, e que revelam-se na visita turística, colocam visitante e visitado, frente ao que Milton Santos define como cristalizações da experiência passada, além das representações da vida cotidiana do lugar, das relações sociais e do presente. “O tempo e suas lembranças constroem o espaço da cidade. Esse espaço é aquele do lugar (...), capaz de dar ao homem sua noção de pertencer a uma cidade e que o impede de alienar-se.” (FERRARA, 2000: 148)

Quando Ferrara se remete a Benjamin, para sugerir o prazer da recuperação do passado em palavras¹ ou imagens, fornece subsídios para pensar em Bananal enquanto lugar marcado por uma experiência que, registrada na paisagem, permitiria, por meio de um turismo de visibilidade, o reconhecimento de uma experiência coletiva e emancipadora, em lugar de sua fetichização por meio de um turismo de visualidade.

A comunicação que se abre por meio do turismo, por sua vez, se mostra como uma possibilidade que vai além da mídia, ou da venda de

1. Ferrara refere-se aqui ao tipo de narração de que nos fala Benjamin. (FERRARA, 2000)

imagens publicitárias, ou da veiculação de imagens intencionais. Tendo a visibilidade como possibilidade ampliada em lugar da idealização dos espaços turísticos, orientada pelos interesses capitalistas, Ferrara sustenta que:

... a visibilidade consiste na possibilidade de ultrapassar a visualidade, ou seja, de pensar, criar, recriar, inventar a imagem e transformar o olhar na possibilidade de conhecer o mundo. Porém, longe de poder ser programada ou esquematizada, esta invenção exige que se enfrente as desigualdades sociais e culturais, não as previsíveis peculiaridades históricas e geográficas.

Essas múltiplas configurações das diferenças não são passíveis de planejamento e irrompem fortes e vitais, mas silenciosamente, ou seja, só podem ser descobertas pela curiosidade de um enxergar que vai além da imagem fantástica e preparada para ser vista. (FERRARA, 2002:74)

Para além das 'imagens fantásticas preparadas para serem vistas', Bananal pode otimizar algumas experiências, como o caso do Solar Aguiar Vallim, vista como possibilidade de apropriação legítima e, portanto, para além do simples uso do patrimônio enquanto fetiche.

...o espaço da cidade funciona como suporte para a memória histórica e sua fixação se faz pelas descrições que, nos seus detalhes, são de forte apelo visual e procuram criar as metáforas dos valores turísticos. O espaço acumula-se de memórias que se ordenam na sequência do tempo cronológico e dá suporte à construção do tempo passado. (FERRARA, 2000: 148)

Considerando esse conteúdo presente no espaço, pode-se pensar na capacidade narrativa da paisagem e identificar a potencialidade de emancipação e transformação, que Benjamin identifica na narração, na sobreposição de momentos que compõem a cidade, trazendo em si a potencialidade de libertação e transformação nas brechas que a história não apaga, ao contrário, inscreve na paisagem urbana.

O parcelamento do espaço, com o objetivo de selecionar suas partes passíveis de valorização para a troca no âmbito do mercado turístico, por outro lado, representa a contradição da produção capitalista se expressando no território da cidade turística. Nesse sentido, a organização da cidade orientada por e para quem nela habita teria, antes, que ser modelo de suas aspirações, e não das do forasteiro, para que a interferência do turismo na organização do espaço não fosse perversa.

Na sociedade capitalista, as relações sociais entre os homens surgem mascaradas por relações sociais entre coisas. A natureza de troca

que orienta a produção da cidade enquanto 'atrativo turístico' encobre o trabalho humano, no caso de Bananal, mais do que isso, encobre a espoliação do trabalho humano, já que se constitui sobre o trabalho escravo, traço identitário e histórico, não reconhecido pela cidade.

A hegemonia da elite cafeeira na história da cidade esconde a regulação de um poder que pode inviabilizar o próprio turismo enquanto uma nova opção econômica e, por isso, é importante perguntar pela identidade e sentidos que são atribuídos a Bananal, sem temer a alteridade, e em busca da inserção legítima de outros sujeitos.

A percepção de si mesmos na produção da cidade, a partir daqueles que a habitam deve preceder o 'aproveitamento turístico', para que o turismo não os aprisione em identidades cristalizadas.

Assim, dar outro tratamento à história de Bananal, recuperar outros sujeitos de uma história que não é tão maravilhosa como contam os saudosistas, talvez seja a garantia de permitir a diversidade das identidades, sem transformar habitantes e cidade em mercadorias. Além disso, o tempo da mercadoria é limitado, a moda passa, os valores mudam e seguem-se as frustrações de uma mercadoria descartável. Como alerta Benjamin, "... a mercadoria é adorada num ritual que está previamente destinado a fracassar" (BUCK-MORSS, 2002: 132).

Reconhecer a multiplicidade humana, tornando o turismo um valorizador do diverso, do múltiplo, em lugar da história única, da elite como sua única protagonista, da veiculação de significados e valores ideológicos, é explorar possibilidades sociais não realizadas até agora, e essas possibilidades pressupõem o coletivo, e não o seletivo.

Os homens realizam-se com os outros e não sozinhos, portanto, os benefícios de uma coletividade organizada são relevantes a todos, e a vontade comum a todos é mais poderosa do que o conatus individual, e o coletivo é produto do consentimento e não do pacto ou do contrato. (SAWAIA, 2004: 116)

A proposta de refletir sobre as tensões que o turismo desenvolve, a partir da experiência de Bananal, além de propor uma forma de estudo do fenômeno turístico, que implica entrecruzar diferentes áreas de conhecimento, proporcionou um inesperado encontro com cidades simbólicas e imaginativas, pulsando por detrás da dimensão cristalizada de sua paisagem. Desse encontro, emergiram dívidas com o passado, cuja resolução parece colocar-se como condição para projetar uma cidade mais justa e verdadeira, que contemple os anseios dos seus diferentes sujeitos.

Referências bibliográficas

- ANDRADE, J. V. (1992). *Turismo: Fundamentos e Dimensões*. SP: Ática.
- ARANTES, A. A. (2004). A sustentabilidade do patrimônio imaterial no contexto das políticas sociais. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/news>.
- BARRETO, M. (1995). *Manual de iniciação ao estudo do turismo*. Campinas, SP: Papirus.
- _____. (2000). *Turismo e Legado Cultural*. SP/Campinas: Papirus.
- _____. (2000). *Ciências Sociais aplicadas ao turismo*. In: BRUHNS, Heloisa Turini, LUCHIARI, Maria Tereza D. P. e SERRANO, Célia. (2000) *Olhares contemporâneos sobre o turismo*. Campinas – SP: Papirus.
- _____. (2004). *Produção científica na área de turismo*. In: MOESCH, M. M. e GASTAL, S. *Um outro turismo é possível*. SP: Contexto.
- BENI, M. C. (1998). *Análise Estrutural do turismo*. SP: Senac.
- BENJAMIN, W. (1994). *Obras Escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Ed. Brasiliense.
- BÓGUS, L. M. M. (1987). *(RE)Urbanização: por que e para quem?* Tese de Doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. SP
- BOULLÓN, R. C. *Planejamento do Espaço Turístico*. Bauru/SP: Edusc, 2002.
- BOULLÓN, R., MOLINA, S., e WOOG, M. R. (2002). *Un nuevo tiempo libre*. México: Trillas.
- BOURDIEU, P. (1996). *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. SP/Campinas: Papirus.
- _____. (1992) *A economia das trocas simbólicas*. SP: Perspectiva.
- _____. (2003) *O poder simbólico*. RJ: Bertrand Brasil.
- BOYER, M. (2003) *História do Turismo de Massa*. SP: Edusc.
- BUCK-MORSS, S. (2002) *Dialética do Olhar: Walter Benjamin e o Projeto das Passagens*. Belo Horizonte/MG: Ed UFMG, Chapecó/SC: Ed. Universitária Argos.

- CALVINO, Í. (1990) *As cidades invisíveis*. SP: Companhia das Letras.
- CAMARGO, H. L. (2001) Fundamentos multidisciplinares do turismo: história In: TRIGO, L. G. G. (org.) (2001) *Turismo: como aprender, como ensinar* vol. I, SP: Senac.
- _____. (2002) *Patrimônio histórico e cultural*. SP: Aleph.
- CARLOS, A. F. A. (2003). *A cidade*. SP: Contexto
- CASTRO, H. M. M. e SCHNOOR, E. (1995). *Resgate: uma janela para o oitocentos*. RJ: Topbooks.
- CENTENO, R. R. (2003). *Metodologia da pesquisa aplicada ao turismo: casos práticos*. SP: Roca.
- CHUVA, Márcia (org.) (1995). *A Invenção do Patrimônio*. RJ: MINC/IPHAN.
- CORIOLANO, L. N. M. T. (2001). O Real e o Imaginário nos Espaços Turísticos in: ROSENDAHL, Z. & CORRÊA, R. L. (orgs.) (2001). *Paisagem, Imaginário e Espaço*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ.
- CZAJKOWSKI, J. (org.) (2000). *Guia da arquitetura eclética no Rio de Janeiro*. RJ: Centro de Arquitetura e Urbanismo.
- DIAS, R. (2003) *Sociologia do turismo*. SP: Atlas.
- ESSUS, A. M. M. (1995). Resgate de Memórias. In: CASTRO, H. M. M. e SCHNOOR, E. (1995). *Resgate: uma janela para o oitocentos*. RJ: Topbooks.
- FARIA, S. de C. (1995). Fortuna e Família em Bananal no Século XIX. In: CASTRO, H. M. M. e SCHNOOR, E. (1995) *Resgate: uma janela para o oitocentos*. RJ: Topbooks.
- FENNEL, D. (2002). *Ecoturismo: uma introdução*. SP: Contexto.
- FERRARA, L. A. (1999). *Olhar periférico: informação, linguagem, percepção ambiental*. SP: Edusp.
- _____. (2000). *Os significados urbanos*. SP: Edusp / Fapesp.
- _____. (2002). Os lugares improváveis. In: YÁZIGI, Eduardo (org.) (2002) *Turismo e Paisagem*. São Paulo: Contexto.
- FERRETI, E. R. (2002). *Turismo e Meio Ambiente: uma abordagem integrada*. SP: Roca.
- FONSECA, M. C. L. (1997). *O Patrimônio em processo*. RJ. Ed. UFRJ / IPHAN.
- FONTENELLE, I. A. (2002). *O Nome da Marca: McDonald's, fetichismo e cultura descartável*. SP: Boitempo.
- FORTUNA, C. (1999). *Identidades, Percursos e Paisagens Culturais: estudos sociológicos de cultura urbana*. Oeiras: Celta Editora.
- FREYRE, G. (1961). *Sobrados e Mucambos*. RJ: Livraria José Olympio Editora.
- GAGNEBIN, J. M. (1999). *História e Narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva.

- _____. (1994). *Walter Benjamin ou a história aberta* (prefácio). In: BENJAMIN, Walter. (1994). *Obras Escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense.
- GALVÃO, W. N. (1986) *As formas do falso*. SP: Perspectiva.
- GEDDES, P. (1994) *Cidades em Evolução*. SP: Papirus.
- GUATTARI, F. (2000). Notas descartáveis para alguns conceitos. In: GUATTARI, F. e ROLNIK, S. (2000). *Micropolítica: cartografias do desejo*. RJ: Vozes.
- HALBWACHS, M. (1990). *A memória Coletiva*. SP: Vértice, ed. Revista dos Tribunais.
- HARVEY, David. (1989). *A condição pós-moderna*. SP: Loyola.
- HAUG, Wolfgang Fritz. (1997). *Crítica da estética da mercadoria*. SP: Unesp.
- HOBBSAWM, Eric. (2002). *A invenção das tradições*. SP: Paz e Terra.
- HOLANDA, S. B. de. (1995) *Raízes do Brasil*. 26ª ed. SP: Companhia das Letras.
- KOTHE, F. (1976). *Para Ler Walter Benjamin*. RJ: Francisco Alves.
- KRIPPENDORF, J. (2003). *Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. SP: Aleph.
- LASH, S. & URRY, J. (1994). *Economies of Signs and Space*. Londres: Thousand Oaks; Nova Delhi: Sage Publications.
- LEFEBVRE, Henry. (1991). *O Direito à Cidade*. SP: Moraes.
- LEMOES, C. (1987). Eclétismo em São Paulo. In: FABRIS, A. (org.) (1987). *Eclétismo na Arquitetura Brasileira*, SP: Nobel/Edusp.
- LINCH, K. (1960). *A imagem da Cidade*. Lisboa / Portugal: Edições 70.
- LOBATO, M. (1995). *Cidades Mortas*. SP: Brasiliense.
- LÖWY, M. (1990). *Romantismo e Messianismo*. São Paulo: Perspectiva.
- MAIA, José Carlos (1977). *Vale do Paraíba: Velhas Cidades*. SP: Edusp.
- MAIA, T. e MAIA, T. (2000). *O Vale Paulista do Rio Paraíba: guia cultural*. Aparecida-SP: Santuário.
- MARTIUS, C. F. von. (1938). O pouso e os cargueiros. In: RIEDEL, D. (s/d). *O Planalto e os Cafezais, São Paulo: seleção de contos, crônicas, memórias e narrativas de aventuras e viagens*. SP: Cultrix.
- MILLIET, S. *Roteiro do café e outros ensaios: contribuição para o estudo de história econômica e social do Brasil*. São Paulo: s. ed., 1939.
- MILLS, C. W. (1965). *A imaginação sociológica*. RJ: Zahar.
- MIRABENT, I. C. (1991). *Saber ver a arte neoclássica*. SP: Martins Fontes.
- MOESCH, M. M. (2002). *A produção do saber turístico*. SP: Contexto.
- MOLINA, S. (2003). *O pós-turismo*. SP: Aleph.
- MOTTA, J. F. (1999). *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. SP: Annablume / Fapesp.

- MULLER, N. L. (1969). *O Fato Urbano na Bacia do Rio Paraíba, Estado de São Paulo*. Rio de Janeiro: Fundação IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia.
- _____. (1969). *Geografia das Indústrias*. São Paulo: Universidade de São Paulo – Instituto de Geografia.
- OLIVEIRA, A. A. S. (2002) *Praia do Francês: uma comunidade invadida pelo turismo*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco / Massangana.
- OLIVEIRA, F. V. de. (2003). *Capacidade de carga nas cidades históricas*. Campinas, SP: Papirus.
- PELLEGRINO, C. T. (2002). *Patrimônio cultural urbano: de quem? Para o quê?* Disponível em: www.naya.org.ar/congreso2002
- PIRES, M. J. (1991). *Hóspedes, hospedeiros e viajantes no século XIX: raízes do turismo no Brasil*. Tese de doutoramento. ECA/USP.
- QUEIRÓZ, M. I. P. (1983). *Reflexões metodológicas – reflexão tecnológica: convergência e contrastes*. SP: CERV e FFLCH / USP.
- RAMOS, A. V. F. (1978). *Pequena história do Bananal*. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas.
- REIS Filho, N. G. (1970). *Quadro da Arquitetura no Brasil*. SP: Perspectiva.
- REJOWSKI, M. (1996) *Turismo e pesquisa científica*. Campinas, SP: Papirus.
- RODRIGUES, Píndaro de Carvalho. (1980) *O Caminho Novo: povoadores de Bananal*. (Coleção Paulística; v. 8) SP: Governo do Estado.
- ROSDOLSKI, R. (2001) *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*. RJ: EDUERJ / Contraponto.
- SANTOS, A. C. M. (1997). Entre a destruição e a preservação: notas para o debate. In: SCHIAVO, C. e ZETTEL, J. (1997). *Memória, Cidade e Cultura*. RJ: Ed. UERJ.
- SANTOS, Milton. (1999). *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. SP: Hucitec.
- SAWAIA, B. (2004). Identidade – uma ideologia separatista? In: SAWAIA, B. (org.) *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. RJ: Vozes
- _____. (2004). O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, B. (org.) *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. RJ: Vozes
- SCHNOOR, E. (1995). *Das casas de morada às casas de vivenda*. In: CASTRO, H. M. M. e SCHNOOR, E. (1995) *Resgate: uma janela para o oitocentos*. RJ: Topbooks.
- SEGNINI, L. R. P. (1984). *O que é mercadoria*. SP: Brasiliense.
- TUNBRIDGE, J. (2001). *Gestão de turismo em Ottawa, Canadá – Cultivo em um ambiente frágil*. In: GUERRIER, Y. ROBERTSON, M. e TYLER, D. (orgs.) *Gestão de turismo municipal*. SP: Futura.

- TYLER, D. (2001). *Política, processo e prática no turismo urbano*. In: GUERRIER, Y. ROBERTSON, M. e TYLER, D. (orgs.). *Gestão de turismo municipal*. SP: Futura.
- TURNER, L. & ASH, J. (1991). *La Horda Dorada: el turismo internacional y la periferia del placer*. Madrid: Endymion.
- URRY, J. (1996). *O Olhar do Turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. São Paulo: Studio Nobel / SESC.
- VOLDMAN, D. (1987). A invenção do depoimento oral. In: FERREIRA, M. M. e AMADO, J. (orgs.). (1998). *Usos e abusos da história oral*. Ed. FGV.
- _____. (1992). *Definições e usos in*: FERREIRA, M. M. e AMADO, J (orgs.). (1998) *Usos e abusos da história oral*. Ed. FGV.
- WINTER, Maria Cecília. (2004). *Os usos do patrimônio: três fazendas cafezeiras paulistas do século XIX*. Disponível em: <http://www.klepsidra.net>
- YÁZIGI, Eduardo. (2001). *A alma do lugar: turismo, planejamento e cotidiano*. SP: Contexto.

Outras fontes

- ABBTUR – Associação brasileira de Bacharéis em Turismo. *Turismólogo In Focco*, ano 2, nº 09, abril de 2004.
- Bananal: Projeto de Revitalização*. Secretaria de Estado da Cultura / CONDEPHAAT, SP: 1983.
- Documento do CONDEPHAAT sobre a criação do Conselho e o seu objeto*. SP: Secretaria do Estado e da Cultura, 1969.
- Estatuto da Cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos*. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana. 2ªed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.
- Plano Diretor Participativo: guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos*. CONFEA e Ministério das Cidades, 2004.
- Patrimônio Cultural Paulista: CONDEPHAAT, Bens Tombados, 1968-1998* (coord. Edna M. Kamide, Tereza Cristina Rodrigues e Epitácio Pereira) – SP: Imprensa Oficial do Estado, 1998.
- Secretaria da Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo do Estado de São Paulo. *Ata do Fórum Regional de Turismo do Vale do Paraíba*, 18/02/2005.
- Secretaria da Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo do Estado de São Paulo. *Relatório do Encontro dos Ecooperadores do Coneleste Paulista*, 16/08/2003.

Sites consultados

<http://www.estacaodapesca.com.br>, consultado em julho de 2004.
<http://www.geocities.com>, consultado em julho de 2004.
<http://www.geoheco.igeo.ufrj.br/bocaina>, consultado em julho de 2004.
<http://www.historia.uff.br>, consultado em janeiro de 2005.
<http://www.klepsidra.net>, consultado em janeiro de 2005.
<http://www.namastenatureza.com.br>, consultado em janeiro de 2005
<http://www.naya.org.ar/congreso2002>, consultado em janeiro de 2005
<http://www.poetrycafe.weblog.com.pt>, consultado em abril de 2005
<http://www.prefeitoempreendedor.org.br>, consultado em janeiro de 2005
<http://www.seade.gov.br>, consultado em julho de 2004.
<http://www.sebrae.com.br>, consultado em junho de 2004
<http://www.sebraesp.com.br>, consultado em junho de 2004
<http://www.saopaulo.sp.gov.br/conhecasp/estancias>, consultado em
abril de 2011
<http://www.valeparaibano.com.br>, consultado em janeiro de 2005

